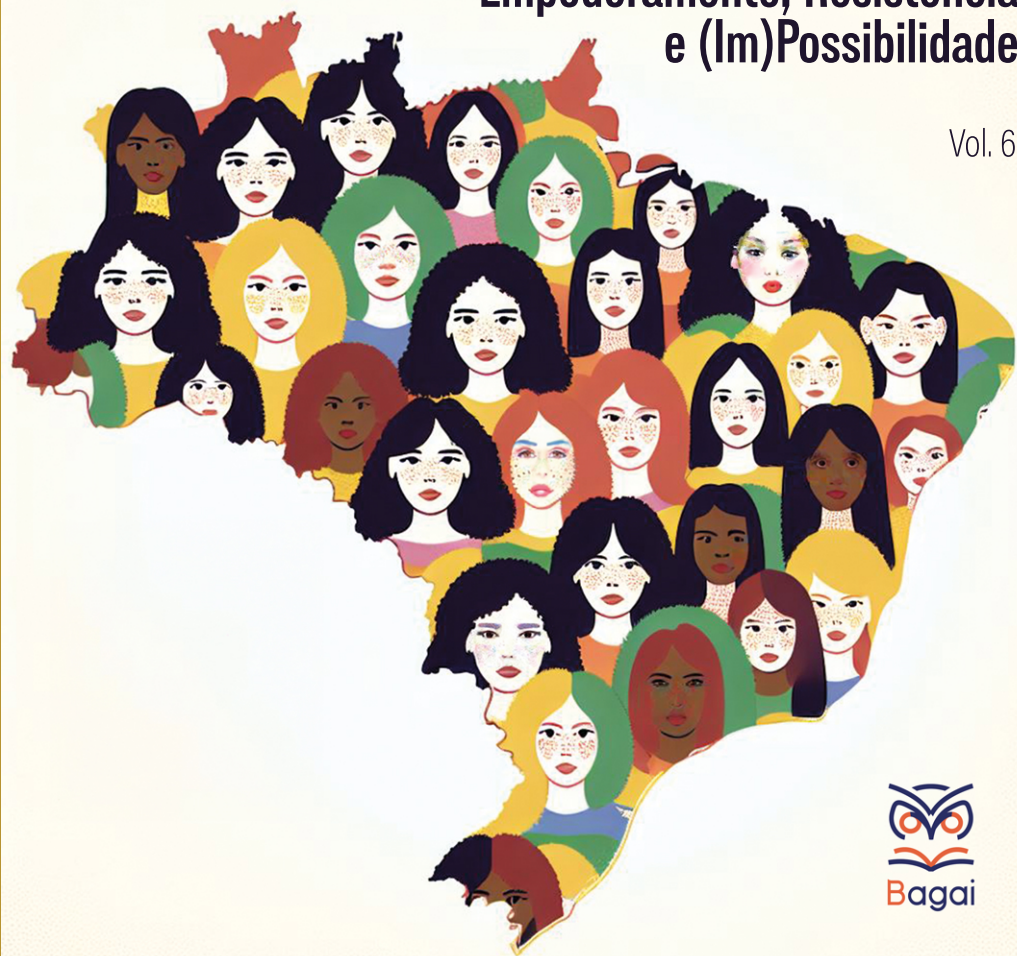


CLEBER BIANCHESSI
Organizador

Mulheres^{do} BRASIL

Empoderamento, Resistência
e (Im)Possibilidade

Vol. 6



MULHERES DO BRASIL

Empoderamento, Resistência e (Im)Possibilidade – Vol. 6





AValiação, Parecer e Revisão por Pares

Os textos que compõem esta obra foram avaliados por pares e indicados para publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária responsável: Maria Alice Benevides CRB-1/5889

E26 Mulheres do Brasil: empoderamento, resistência e
1.ed. (im)possibilidade – vol. 6 [recurso eletrônico] /
[org.] Cleber Bianchessi. – 1.ed. – Curitiba-PR,
Editora Bagai, 2024. 148p.

Recurso digital.
Formato: e-book
ISBN: 978-65-5368-504-8

1. Mulheres. 2. Empoderamento. 3. Resistência.
I. Bianchessi. Cleber

10-2024/86

CDD 370.7
CDU 37.01

Índice para catálogo sistemático:
1. Educação: Mulheres do Brasil 370

 <https://doi.org/10.37008/978-65-5368-504-8.17.11.24>

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização prévia da **Editora BAGAI** por qualquer processo, meio ou forma, especialmente por sistemas gráficos (impressão), fonográficos, microfilmicos, fotográficos, videográficos, reprográficos, entre outros. A violação dos direitos autorais é passível de punição como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de multa e prisão, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610 de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br

Cleber Bianchessi
Organizador

MULHERES DO BRASIL

Empoderamento, Resistência e (Im)Possibilidade – Vol. 6



O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) respectivo(s) autor(es). As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referencial bibliográfico são prerrogativas de cada autor(es).

<i>Editor-Chefe</i>	Prof. Dr. Ceber Bianchessi
<i>Revisão</i>	Os autores
<i>Capa e Diagramação</i>	Brenner Silva
<i>Conselho Editorial</i>	Dr. Adilson Tadeu Basquerote – UNIDAVI Dr. Anderson Luiz Tedesco – UNOESC Dra. Andréa Cristina Marques de Araújo - CESUPA Dra. Andréia de Bem Machado – UFSC Dra. Addressa Grazielle Brandt – IFC - UFSC Dr. Antonio Xavier Tomo - UPM - MOÇAMBIQUE Dra. Camila Cunico – UFPA Dr. Carlos Alberto Ferreira – UTAD - PORTUGAL Dr. Carlos Luís Pereira – UFES Dr. Claudino Borges – UNIPHAGET – CABO VERDE Dr. Cledione Jacinto de Freitas – UFMS Dra. Clélia Peretti - PUCPR Dra. Daniela Mendes V da Silva – SEEDUCRJ Dr. Deivid Alex dos Santos – UEL Dra. Denise Rocha – UFU Dra. Elisa Maria Pinheiro de Souza – UEPA Dra. Elisângela Rosemeri Martins – UESCS Dra. Elnora Maria Gondim Machado Lima - UFPI Dr. Ernane Rosa Martins – IFG Dra. Flavia Gaze Bonfim – UFF Dr. Francisco Javier Cortazar Rodriguez - Universidad Guadalajara – MÉXICO Dr. Francisco Odécio Sales – IFCE Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes – UENP Dr. Helder Rodrigues Maunga - ISCED-HUILA - ANGOLA Dr. Helio Rosa Camilo – UFAC Dra. Helisamara Mota Guedes – UFVJM Dr. Humberto Costa – UFPR Dra. Isabel Maria Esteves da Silva Ferreira – IPPortalegre - PORTUGAL Dr. João Hilton Sayeg de Siqueira – PUC-SP Dr. João Paulo Roberti Junior – UFRR Dr. Joao Roberto de Souza Silva - UPM Dr. Jorge Carvalho Brandão – UFC Dr. Jose Manuel Salum Tome, PhD – UCT - Chile Dr. Juan Eligio López García – UCF-CUBA Dr. Juan Martín Ceballos Almeraya - CUIM-MÉXICO Dr. Juliano Milton Kruger - IFAM Dra. Karina de Araújo Dias – SME/PMF Dra. Larissa Warnavin – UNINTER Dr. Lucas Lenin Resende de Assis - UFPA Dr. Luciano Luz Gonzaga – SEEDUCRJ Dra. Luisa Maria Serrano de Carvalho - Instituto Politécnico de Portalegre/CIEP-UE - POR Dr. Luiz M B Rocha Menezes – IFTM Dr. Magno Alexon Bezerra Seabra - UFPA Dr. Marciel Lohmann – UEL Dr. Márcio de Oliveira – UFAM Dr. Marcos A. da Silveira – UFPR Dra. Maria Caridad Bestard González - UCF-CUBA Dra. Maria Lucia Costa de Moura – UNIP Dra. Marta Alexandra Gonçalves Nogueira - IPLEIRIA - PORTUGAL Dra. Nadja Regina Sousa Magalhães – FOPPE-UFSC/UFPE Dr. Nicola Andrian - Associação EnARS, ITÁLIA Dra. Patrícia de Oliveira - IF BAIANO Dr. Paulo Roberto Barbosa – FATEC-SP Dr. Porfírio Pinto – CIDH - PORTUGAL Dr. Rogério Makino – UNEMAT Dr. Reiner Hildebrandt-Stramann - Technische Universität Braunschweig - ALEMANHA Dr. Reginaldo Peixoto – UEMS Dr. Ricardo Caica Ferreira - UNITEL - ANGOLA Dr. Ronaldo Ferreira Maganhotto – UNICENTRO Dra. Rozane Zaionz - SME/SEED Dr. Stelio João Rodrigues - UNIVERSIDAD DE LA HABANA - CUBA Dra. Sueli da Silva Aquino - FIPAR Dr. Tiago Tendai Chingore - UNILICUNGO – MOÇAMBIQUE Dr. Thiago Perez Bernardes de Moraes – UNIANDRADE/UK-ARGENTINA Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández – UCLV e CUM – CUBA Dra. Vanessa Freitag de Araújo – UEM Dr. Waldir Fernandes Pereira – FLSHEP - FRANÇA Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT Dr. Yoissell López Bestard- SEDUCRS

APRESENTAÇÃO

A obra tem como premissa ressaltar a importância do papel das mulheres ao longo da história e sua contribuição para o presente e futuro da sociedade enfatizando temas de destacada relevância e reflexão. Desde as limitações impostas às mulheres em sociedades antigas até os movimentos feministas do século XX, a trajetória revela lutas por direitos, reconhecimento e autonomia.

Assim, a coletânea propõe uma nova perspectiva sobre os variados assuntos ligados às mulheres e defende a necessidade de mudança da postura para ampliar o espaço destinado à presença feminina. No Brasil, temos acompanhado e participado das discussões públicas acerca do papel da mulher em diversas esferas e pautas femininas. A batalha contínua pelos direitos das mulheres tem progredido de forma gradual no território nacional. Avanços significativos foram obtidos nas últimas décadas, como o direito ao voto e à participação política etc. Contudo, quando o foco se volta para a representatividade feminina, observa-se que essa discussão ainda está distante do ideal almejado dada a escassa presença de mulheres. Tal cenário pode ser reflexo da histórica exclusão enfrentada pelo gênero feminino, cujos impactos ressoam até os dias atuais em nossa sociedade brasileira.

Deste modo, esta coletânea reúne capítulos de diferentes áreas do saber e níveis educacionais, os quais foram elaborados de forma a considerar, ou não, a interconexão e influência entre eles, podendo até mesmo questionar a visão fragmentada (disciplinar) da realidade do processo da independência das mulheres.

Destarte, o primeiro capítulo expressa reflexões sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres nas profissões de tecnologia da informação e comunicação. Na sequência, o segundo capítulo destaca a história das mulheres brasileiras pioneiras na defesa. Por sua vez, o terceiro capítulo ressalta as mulheres encarceradas e, em consonância, o quarto capítulo enfatiza a saúde da mulher privada de liberdade em regime fechado na penitenciária feminina.

Por conseguinte, o quinto capítulo faz análise dos condicionantes e determinantes da hemorragia pós-parto na saúde materna. Em continuidade, o sexto capítulo disserta sobre o racismo. No que lhe concerne, o sétimo capítulo destaca a importância da participação feminina na política brasileira, o oitavo capítulo salienta as mulheres no ensino superior por meio do referencial bibliográfico, o nono capítulo, por sua vez, discorre sobre o caminho da educação para mulheres no Brasil e, por fim, o décimo capítulo apresenta o clube de leitura #leiamulhereslavras e fortalecimento entre mulheres por meio de uma análise de relato de leitoras e a relação com patriarcado e gênero.

À luz do que foi dito, a coletânea é composta por textos que convidam à reflexão sobre a formação e o papel das diversas heroínas da Nação Brasileira, seja por sua influência na História, Educação, Política, Saúde, Linguística, Literatura, Ensino, Artes, Direitos Humanos, entre outros. Com isso, a evolução da importância da mulher na sociedade é uma narrativa de resistência, superação de desafios e conquistas. Desde sociedades antigas nas quais os papéis de gênero eram rigidamente definidos, até o século XXI, quando avanços significativos foram alcançados, a trajetória das mulheres reflete mudanças sociais profundas e a luta por igualdade e liberdade.

Enfim, o livro é um convite ao leitor para refletir de maneira ampla e contextualizada sobre a importância de analisar os diferentes temas e aspectos do empoderamento e da resistência das Mulheres no Brasil.

Equipe editorial

SUMÁRIO

BARREIRAS ENFRENTADAS PELAS MULHERES NAS PROFISSÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	9
Renata Karla Araújo dos Santos	
Anna Cláudia dos Santos Nobre	
Idelmárcia Dantas de Oliveira	
Adriane Paula Vieira de Andrade	
Karliane Medeiros Ovidio Vale	
HISTÓRIA DAS MULHERES BRASILEIRAS PIONEIRAS NA DEFESA.....	23
Célia Regina Rodrigues Gusmão	
MULHERES ENCARCERADAS: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO NA REGIÃO NORTE (2018-2024)	41
Hagda da Cunha	
Ana Luiza Batista Prata	
Deborah Azevedo Andrade	
SAÚDE DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO NA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL.....	55
Ítalo Souza Rodrigues	
ANÁLISE DOS CONDICIONANTES E DETERMINANTES DA HEMORRAGIA PÓS-PARTO NA SAÚDE MATERNA	63
Alendiana da Silva Santos	
Grethe Berger Heitmann	
Tatiana Rodrigues do Amaral	
Edson Theodoro dos Santos Neto	
RACISMO.....	87
Erica Saraiva Quintanilha Estrela	
João Carlos Estrela	
Stephanie Brandizzi Maciel Figueiredo	
PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM SOB A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ	95
Izadora Tavares Arruda	
AS MULHERES NO REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO NO ENSINO SUPERIOR	109
Larissa Klosowski de Paula	
DO PRIVILÉGIO AO ACESSO UNIVERSAL: O CAMINHO DA EDUCAÇÃO PARA MULHERES NO BRASIL	121
Renata Maldonado Silveira Romão	
Taís de Queiroz Santos	
CLUBE DE LEITURA #LEIAMULHERESLAVRAS E FORTALECIMENTO ENTRE MULHERES: UMA ANÁLISE DE RELATO DE LEITORAS E A RELAÇÃO COM PATRIARCADO E GÊNERO	133
Pauline Freire Pimenta	
Lutricia Hiani Machado Monti Sousa	
SOBRE O ORGANIZADOR	147
ÍNDICE REMISSIVO.....	148

Ah, que a mulher dê sempre a impressão de que se fechar os olhos
Ao abri-los ela não estará mais presente
Com seu sorriso e suas tramas. Que ela surja, não venha; parta, não vá
E que possua uma certa capacidade de emudecer subitamente e nos fazer beber
O fel da dúvida. Oh, sobretudo
Que ela não perca nunca, não importa em que mundo
Não importa em que circunstâncias, a sua infinita volubilidade
De pássaro; e que acariciada no fundo de si mesma
Transforme-se em fera sem perder sua graça de ave

Vinicius de Moraes

Antologia poética

Nota: Trecho do texto “Receita de Mulher”

BARREIRAS ENFRENTADAS PELAS MULHERES NAS PROFISSÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Renata Karla Araújo dos Santos¹
Anna Cláudia dos Santos Nobre²
Idelmárcia Dantas de Oliveira³
Adrianne Paula Vieira de Andrade⁴
Karlíane Medeiros Ovidio Vale⁵

INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres tiveram um papel significativo no desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Nos primórdios da computação, figuras como Ada Lovelace, reconhecida como a primeira programadora (MIT, 2020), e Grace Hopper, desenvolvedora da linguagem que serviu de base para o COBOL (Yale, 2017), foram pioneiras essenciais. Em adição, durante a Segunda Guerra Mundial, mulheres foram fundamentais em projetos de criptografia e computação nos Estados Unidos, como as “computadoras” do ENIAC (Rezende, 2018). Tais contribuições continuaram ao longo dos anos, como o desenvolvimento do código do *software* usado no primeiro sistema de defesa aéreo americano por Margaret Hamilton (Souza; Rapkiewicz, 2021), e a liderança de Radia Perlman no desenvolvimento de protocolos essenciais para a internet (MIT, 2007).

Contudo, apesar dessas contribuições cruciais, o reconhecimento e a representação das mulheres na área de TIC diminuíram significativamente nas décadas seguintes (Miranda *et al.*, 2021). Alguns estudos mostram que a visibilidade dessas contribuições foi frequentemente obscurecida

¹ Graduanda Sistemas de Informações (UFRN). CV: <http://lattes.cnpq.br/1752233164536501>

² Doutora em Administração (UFRN). Docente (UFRN). CV: <http://lattes.cnpq.br/4758823921043608>

³ Doutoranda em Administração (UnP). Docente (IFRN). CV: <http://lattes.cnpq.br/0247114604113222>

⁴ Doutora em Administração (UFRN). Docente (UFRN). CV: <http://lattes.cnpq.br/3586441259396470>

⁵ Doutora em Sistemas e Computação (UFRN). Docente (UFRN).

CV: <http://lattes.cnpq.br/7907570677010860>

pelo predomínio masculino nas narrativas históricas e profissionais da tecnologia (Rezende, 2018), enquanto outros destacam fatores que explicam o aparente desinteresse das mulheres por ciência e tecnologia, como o trabalho de Mello *et al.*, (2023). Tal desinteresse, muitas vezes, é reforçado por estereótipos de gênero que moldam a socialização de meninos e meninas, influenciando desde as brincadeiras de criança até as habilidades cultivadas (Mello *et al.*, 2023).

Nas últimas décadas, o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) experimentou um crescimento exponencial, transformando-se em um dos pilares fundamentais da economia global. Entretanto, apesar dessa expansão e da crescente demanda por profissionais qualificados, a representatividade feminina na área de TIC ainda é significativamente baixa (Martins *et al.*, 2019; Brasscom, 2024). Essa sub-representação não só afeta o reconhecimento das conquistas das mulheres, mas também influencia a percepção de jovens mulheres sobre suas possibilidades de carreira na área de TIC (Pavan, 2017). Para Oliveira (2019) e Iata (2020) as mulheres continuam sub-representadas tanto nos cursos de graduação relacionados à tecnologia quanto no mercado de trabalho, enfrentando diversas barreiras que dificultam seu ingresso e desempenho na profissão.

As principais barreiras enfrentadas pelas mulheres na área de TIC são diversas e complexas. Lopes *et al.* (2023) destacam que a cultura organizacional em muitos ambientes de tecnologia é percebida como hostil ou excludente para as mulheres, levando a sentimentos de isolamento e desmotivação. Por sua vez, Oliveira (2022) aponta que a ausência de modelos femininos e mentoras dificulta a inserção e a progressão das mulheres na carreira tecnológica. Além disso, há barreiras relacionadas à discriminação e ao preconceito no ambiente de trabalho, que podem se manifestar por meio de piadas sexistas (Cardoso, 2017), menor reconhecimento profissional, e a “síndrome do impostor”, que afeta muitas mulheres, levando-as a duvidar de suas capacidades e méritos (Santos, 2019).

As desigualdades salariais e a dificuldade de conciliar carreira e vida pessoal também são barreiras significativas (Silva, 2021). A falta de políticas de apoio, como licenças-maternidade adequadas e ambientes

de trabalho flexíveis, também contribui para a alta taxa de desistência de mulheres na área de TIC (Rezende, 2018). Esses fatores combinam-se para criar um ambiente onde as mulheres sentem que precisam constantemente provar sua competência, o que pode levar ao desgaste profissional e à saída prematura do setor.

Diante deste contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: **Quais são as barreiras enfrentadas pelas mulheres nas profissões de Tecnologia da Informação e Comunicação?** Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar e categorizar as barreiras enfrentadas por mulheres nas profissões de Tecnologia da Informação e Comunicação, com base em revisão de literatura.

DESENVOLVIMENTO

As mulheres têm desempenhado um importante papel no desenvolvimento e crescimento da área de Tecnologia. Durante as Guerras Mundiais, as mulheres desempenharam um papel crucial no desenvolvimento de códigos e criptografia, destacando sua capacidade de lidar com sistemas de comunicação complexos (Lima, 2014). Além disso, o movimento pelos direitos civis na década de 1970 abriu caminho para que mais mulheres ingressassem nos campos tecnológicos, apesar das barreiras e desigualdades que enfrentavam (Castelini, 2018).

O exemplo dessas mulheres destaca as contribuições pioneiras que desempenharam e o impacto significativo que tiveram no desenvolvimento da área de Tecnologia da Informação ao longo da história. O Quadro 1 resume as principais contribuições das mulheres de destaque na TIC.

Quadro 01 – Mulheres de destaque na TIC e suas principais contribuições

Nome	Principal Contribuição
Augusta Ada Byron King	Pioneira na programação de computadores, desenvolvendo o primeiro algoritmo da história para a máquina analítica de Charles Babbage.
Grace Murray Hopper	Criou a linguagem de programação Flow-Matic, que serviu como base para o COBOL. Ficou famosa por cunhar o termo “bug”, utilizado para descrever um problema ou falha em um sistema.
Programadoras do ENIAC – Kathleen Antonelli, Jean Jennings Bartik, Frances Bilas, Betty Holberton, Marilyn Meltzer e Ruth Teitelbaum	Contribuíram para o desenvolvimento do primeiro computador eletrônico digital, o ENIAC, desempenhando papéis importantes na programação e operação da máquina.

Nome	Principal Contribuição
Margaret Hamilton	Liderou a equipe de engenharia de software do Projeto Apollo da NASA e desenvolveu o código do <i>software</i> usado no primeiro sistema de defesa aéreo americano.
Radia Perlman	Desenvolveu o algoritmo Spanning Tree Protocol (STP), fundamental para a comunicação em redes de computadores.
Hedy Lamarr	Uma das desenvolvedoras de sistema de comunicação secreto durante a Segunda Guerra Mundial que inspirou tecnologias modernas, como o Bluetooth e o Wi-Fi.
Erna Schneider Hoover	Inventou um sistema de controle de tráfego telefônico que revolucionou as comunicações e foi uma das primeiras mulheres a receber uma patente nos Estados Unidos na área de Tecnologia da Informação.

Fonte: Elaboração própria (2024)

O sucesso dessas mulheres abriu caminho para as futuras gerações de mulheres em TI e destacou a importância de reconhecer e celebrar a diversidade de talentos nesse campo. No entanto, ainda hoje existem muitos desafios que as mulheres enfrentam nas TI e obstáculos à sua plena participação e reconhecimento neste campo em constante evolução.

O conceito de barreiras pode ser entendido em diversos contextos e áreas do conhecimento. Em geral, define-se “barreira” como obstáculos que impedem ou dificultam o progresso, a comunicação, a passagem ou a realização de algo (Priberam, 2024). Acerca das barreiras enfrentadas por mulheres especificamente na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), elas podem ser multifacetadas e complexas, abrangendo desde estereótipos de gênero até a desigualdade de oportunidades de carreira (Iata, 2020). Um dos principais obstáculos enfrentados pelas mulheres em TI é a persistência de estereótipos de gênero que as consideram menos capazes ou menos interessadas em tecnologia do que os homens (Silva, 2021).

O estudo de Santos (2019) aponta que as raízes da invisibilidade das mulheres em determinadas áreas do conhecimento e nas práticas científicas, inclusive de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), podem ser encontradas na construção de uma ideia distorcida e limitadora dos atributos femininos.

A figura feminina voltada para a superficialidade e pouca confiabilidade foi estabelecida a partir da filosofia clássica, que formulou o conceito de natureza. Como se entendeu que o modo de ser, estar e agir das mulheres, escravos e animais é determinado pela natureza, a função desses

grupos, na visão filosófica da época, era divergente da vida na pólis (...) filósofos como Hipócrates, Aristóteles e Galeno desenharam uma imagem da mulher como ser inferior ao homem (...) no Século XV, os adjetivos atribuídos à mulher eram fraqueza moral e física, limitada inteligência, carência de raciocínio, sexualidade incontável e lubricidade, e, por isso, ela seria a vítima privilegiada do diabo. Nesse contexto, é formada a representação desfavorável à mulher por meio de textos “científicos” que fundamentaram a perseguição às bruxas (Santos; 2019, p. 18).

Esses estereótipos contribuem para criar uma atmosfera de preconceito e subvalorização das habilidades das mulheres ainda atualmente, tornando mais difícil para elas ingressarem e avançarem na carreira em TI, mesmo com os avanços na luta pela igualdade de gênero. Além disso, a ausência de modelos femininos na área e a falta de exposição precoce das mulheres ao campo da tecnologia contribuem para perpetuar essa desigualdade. De acordo com Oliveira (2022), nos últimos 20 anos, análises detalhadas do ambiente tecnológico revelaram que o uso da tecnologia é mais aceito por meninos do que por meninas desde as primeiras idades. Isso pode ocorrer porque programas de computadores e jogos, em sua maioria, são desenvolvidos por homens e tendem a reforçar a masculinidade.

Esse dado é comprovado pela Pesquisa Nacional da Indústria de Games, estudo lançado pela Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Digitais (Abragames), desenvolvido junto à Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (Apex) e realizado por meio do projeto setorial de exportação Brazil Games. O estudo aponta que os homens ainda são a grande maioria no setor de games pois, considerando as empresas desenvolvedoras, sejam como sócios ou colaboradores, 74,2% da força de trabalho é composta por homens (Meio & Mensagem, 2023). Esses números são semelhantes aos dados globais revelados pela International Game Developer Association (IGDA), que indicam que 74% dos desenvolvedores de jogos são homens, enquanto 21% são mulheres (Terra, 2023).

O estudo de Oliveira (2019) aponta para a predominância masculina na esfera de trabalho em TIC, onde as mulheres ainda são sub-representadas e frequentemente relegadas a papéis secundários. Essa disparidade de gênero é reforçada por uma série de barreiras, incluindo preconceitos e estereótipos de gênero arraigados na cultura organizacional. Além disso, a falta de modelos femininos na área e a ausência de exposição precoce das mulheres ao campo da tecnologia, como citado anteriormente (Oliveira, 2022), contribuem para perpetuar essa desigualdade. Um estudo conduzido por Trotman (2017) e publicado no site da Microsoft, intitulado “Por que as meninas europeias não gostam de Ciência ou Tecnologia?” - do inglês “*Why don't European girls like science or technology?*” - destaca alguns motivos pelos quais as mulheres podem não optar por carreiras na área de tecnologia, como a falta de modelos femininos, a falta de confiança na equidade entre homens e mulheres em áreas exatas e a ausência de exposição ao cálculo e à programação antes da faculdade.

A área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) tem testemunhado um crescimento expressivo nas últimas décadas, consolidando-se como um dos setores mais dinâmicos e promissores da economia global. A produção mundial de TIC apresentou, em 2022, um crescimento de 7,4%, enquanto no Brasil o crescimento chegou a 3,0%, atingindo um investimento de R\$ 247,4 bilhões, equivalendo na época a US\$ 45,9 bilhões, se considerados os mercados de software, serviços e hardware (ABES, 2023). Esse aumento reflete uma demanda constante por profissionais qualificados neste campo.

No entanto, apesar desse crescimento, a participação das mulheres na TI permanece abaixo da dos homens. A presença feminina nos empregos nacionais é de 44%, enquanto no setor de TIC é de 39%. Em serviços de TI, a representação feminina é de 37,7%, e em software, é de 36,7%, ambas abaixo da média do setor em 2023, segundo a (Brasscom, 2024), Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais. Dentre as áreas apresentadas no estudo, a de software é a que apresenta proporcionalmente maior diferença entre homens e mulheres.

A desigualdade salarial entre homens e mulheres na área de TI é uma questão significativa que contribui para as disparidades de gênero no setor. Pesquisas mostram que, em média, as mulheres na TI ganham menos que seus colegas homens (Oliveira, 2022), mesmo realizando o mesmo trabalho e tendo o mesmo nível de qualificação. Essa desigualdade salarial não apenas afeta o bem-estar financeiro das mulheres, mas de acordo com Santos (2019) também perpetua a percepção de que suas contribuições são menos valiosas, minando sua confiança e motivação profissional.

O salário das mulheres no setor TIC cresceu 4,7% em 2023, um aumento de 3,8 pontos percentuais em relação aos homens. Isso indica que o setor está caminhando em direção à igualdade salarial, embora a passos lentos. Apesar desse crescimento, a diferença entre a média salarial feminina ainda é significativamente menor do que a masculina, não apenas no setor de TIC, mas em outros setores mencionados, com exceção do setor da Construção Civil.

Outro desafio enfrentado pelas mulheres na TI é a falta de oportunidades de carreira e progressão profissional. As mulheres são frequentemente sub-representadas em cargos de liderança e têm menos chances de serem promovidas do que seus colegas homens, mesmo quando possuem as mesmas qualificações e experiência (Pavan, 2017). Esse fenômeno, conhecido como “teto de vidro”, limita as aspirações e ambições das mulheres na TI, contribuindo para a falta de diversidade nos níveis mais altos da hierarquia organizacional (Oliveira, 2016) e relaciona-se predominantemente com relação ao preconceito, à discriminação, ao estereótipo, à capacidade de liderança feminina, ao conflito entre trabalho e família, e à questão da maternidade (Cardoso; 2017).

A cultura de trabalho em TI, muitas vezes caracterizada por longas horas e alta pressão, pode criar dificuldades adicionais para as mulheres, especialmente aquelas que também têm responsabilidades familiares. Equilibrar as demandas do trabalho com as da vida pessoal pode ser desafiador e pode levar as mulheres a enfrentarem o estresse, e chegarem à exaustão (Oliveira, 2022). Segundo Iata (2020) essa falta de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal pode afetar negativamente a satisfação no trabalho e a retenção de talentos femininos na área de TI.

Além das barreiras mencionadas, uma barreira significativa que merece mais atenção é o ambiente de trabalho hostil ou pouco acolhedor para mulheres na área de TI. O estudo de Kim e Meister (2023) ressalta que muitos ambientes de trabalho em tecnologia ainda apresentam cultura organizacional masculina dominante, que pode se manifestar em micro agressões, exclusão de redes informais e oportunidades de desenvolvimento de carreira, além de práticas de recrutamento e promoção tendenciosas. Indivíduos com altos valores de masculinidade tendem a ser obcecados por competição e sucesso, percebendo a tecnologia como uma ferramenta que precisa constantemente alavancar para fins competitivos (Ma e Turel, 2019). Esses fatores contribuem para o desânimo e eventual abandono da carreira por parte das mulheres.

Segundo Smith (2013), em profissões predominantemente masculinas, comportamentos misóginos são comuns, levando muitos homens a questionarem a competência e a motivação de suas colegas mulheres por terem escolhido aquela profissão específica. Além disso, as mulheres podem ser vistas como uma ameaça à autoimagem de seus colegas homens.

De acordo com Hicks (2013), na última década, os “geeks” empreendedores passaram por uma reformulação, adotando uma “cultura competitiva de fraternidade” que exhibe uma hipermasculinidade semelhante à das fraternidades universitárias. Isso marcou uma transição dos hackers “não convencionais” dos anos 2000 para uma cultura mais lucrativa e dominante no mercado atual. Esse novo estereótipo, conhecido como “brogrammer” (uma combinação das palavras “bro” e “programmer”), exemplifica como discursos e comportamentos misóginos se repetem e se fortalecem no desenvolvimento computacional.

O estudo de Williams *et al.* (2016) indica que a cultura de “brogramming” em algumas empresas de tecnologia reflete atitudes e comportamentos que alienam mulheres, limitando sua participação e progressão nas carreiras de TI. Essa cultura não apenas reforça estereótipos de gênero, mas também cria um ambiente onde as mulheres não se sentem apoiadas ou valorizadas, o que pode resultar em maiores taxas de rotatividade e menores níveis de satisfação no trabalho.

Apesar de não ser uma temática recente, ainda existem poucas pesquisas *stricto sensu* acerca das mulheres nas TICs. Ao realizar uma busca no banco de teses e dissertações da Capes, utilizando “mulheres TI”, “TIC mulheres”, “TI mulheres gênero” como chaves e sem nenhuma limitação temporal, são identificadas apenas duas teses e dez dissertações nessa temática (Melo; 2014, Oliveira; 2019, Castelin; 2018, Rezende; 2018, Silva; 2021, Santos; 2019, Iata; 2020, Lima; 2014, Oliveira; 2022, Oliveira; 2017, Cardoso; 2017, Oliveira; 2022).

Esses estudos foram coletados no banco de teses e dissertações da Capes e foi realizada uma análise temática. Em relação aos objetivos, observa-se que são variados, mas convergem em torno da análise das barreiras e facilitadores para a participação feminina em Tecnologia da Informação (TI). Alguns estudos buscam compreender as experiências e desafios enfrentados pelas mulheres em cursos e profissões dominadas por homens (Melo, 2014; Castelin, 2018; Rezende, 2018), enquanto outros focam na vivência profissional das mulheres em contextos organizacionais de TI (Oliveira, 2019; Iata, 2020). A maioria dos estudos utiliza métodos qualitativos, como entrevistas e análise fenomenológica (Oliveira, 2019; Iata, 2020; Lima, 2014; Santos, 2019).

Os resultados dos estudos analisados revelam um panorama preocupante de desigualdade de gênero no campo da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). As estudantes e profissionais enfrentam preconceitos velados e explícitos que se manifestam por meio de brincadeiras, observações e comportamentos discriminatórios (Melo, 2014; Oliveira, 2019). Apesar de uma percepção inicial de igualdade, muitas mulheres se sentem fadigadas pelas tentativas de combater a discriminação, destacando a falsa ideia de igualdade de gênero no ambiente de TI (Oliveira, 2019). Há fatores sociais e individuais que atuam tanto como barreiras quanto como facilitadores nas trajetórias profissionais das mulheres (Iata, 2020) e eles encontram-se detalhados no quadro 02.

A literatura revisada demonstra que, embora haja um crescente reconhecimento da importância da participação feminina na TI, persistem inúmeras barreiras que dificultam a plena inserção e progresso das mulheres nessa área. Essas barreiras são complexas e multifacetadas,

englobando desde preconceitos e estereótipos de gênero até falta de políticas públicas eficazes e suporte institucional. Os estudos sugerem que, para promover uma verdadeira igualdade de gênero na TI, é necessário um esforço conjunto que inclua políticas públicas estratégicas, produtos educacionais eficazes e um ambiente organizacional que apoie e valorize a contribuição das mulheres. A inclusão de mulheres na TI não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma necessidade para a sustentabilidade e inovação contínua do setor tecnológico. O Quadro 02 apresenta as barreiras discutidas ao longo desta seção.

Quadro 02 – Resumo das Barreiras às Mulheres na TIC

CÓDIGO	BARREIRAS	REFERÊNCIA
BAR01	Estereótipos de gênero: as mulheres são menos capazes em tecnologia do que os homens	Silva (2021)
BAR02	Estereótipos de gênero: as mulheres são menos interessadas em tecnologia do que os homens	Oliveira (2022); Trotman (2017)
BAR03	Ausência de modelos femininos nas TICs	Oliveira (2022)
BAR04	Exposição tardia às TICs das mulheres em relação aos homens	Oliveira (2022)
BAR05	Homens aceitam mais as TICs porque os programas de computadores e jogos, em sua maioria, são desenvolvidos por homens e tendem a reforçar a masculinidade	Trotman (2017)
BAR06	Falta de confiança na equidade entre homens e mulheres em áreas exatas	Trotman (2017)
BAR07	Ausência de exposição de mulheres ao cálculo e à programação antes da faculdade.	Oliveira (2022)
BAR08	Oportunidades de desenvolvimento de carreira limitadas	Kim e Meister (2023)
BAR09	Práticas de recrutamento e promoção tendenciosas	Kim e Meister (2023)
BAR10	A desigualdade salarial entre homens e mulheres na área de TI	Santos (2019)
BAR11	Existe uma percepção de que as contribuições das mulheres são menos valiosas que as dos homens na área de TIC, minando sua confiança e motivação profissional.	Pavan (2017)
BAR12	Falta de oportunidades de carreira e progressão profissional para mulheres na área de TIC	Pavan (2017)
BAR13	As mulheres são frequentemente sub-representadas em cargos de liderança	Pavan (2017)
BAR14	As mulheres têm menos chances de serem promovidas do que seus colegas homens, mesmo quando possuem as mesmas qualificações e experiência	Oliveira (2022)
BAR15	As mulheres são menos capazes a ocupar posições de liderança na área de TIC	Cardoso (2017)
BAR16	Existe preconceito contra as mulheres profissionais da área de TIC	Cardoso (2017)
BAR17	Existe discriminação contra as mulheres profissionais da área de TIC	Cardoso (2017)
BAR18	As mulheres são afetadas pela obsessão por competição e sucesso associada a altos valores de masculinidade	Ma e Turel (2019)
BAR19	Equilibrar as demandas do trabalho com as da vida pessoal pode ser desafiador para as mulheres	Oliveira (2022)
BAR20	Equilibrar as demandas do trabalho com as da vida pessoal pode levar as mulheres a enfrentarem o estresse, e chegarem à exaustão	Iata (2020)
BAR21	A falta de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal pode afetar negativamente a satisfação no trabalho e a retenção de talentos femininos na área de TI	Cardoso (2017)
BAR22	Para as mulheres existe conflito entre família e trabalho na área de TIC	Cardoso (2017)
BAR23	A maternidade dificulta o desempenho de profissões na área de TIC	Cardoso (2017)
BAR24	Ambiente de trabalho hostil ou pouco acolhedor para mulheres na área de TI	Kim e Meister (2023)
BAR25	Cultura organizacional masculina dominante: Micro agressões e Exclusão de redes informais.	Kim e Meister (2023)

CÓDIGO	BARREIRAS	REFERÊNCIA
BAR26	Cultura organizacional masculina dominante: Comportamentos misóginos.	Smith (2013)
BAR27	Cultura de “brogaming”: Atitudes e comportamentos que alienam mulheres.	Hicks (2013)
BAR28	As mulheres não se sentem apoiadas ou valorizadas relacionado com a atmosfera e as normas sociais do ambiente de trabalho.	Williams et al (2016)

Fonte: Elaboração própria (2024)

Ao observar essas barreiras é possível inferir uma espécie de categorização ou agrupamentos, destacados em tons de cinza diferentes, que podem ser testados em pesquisas futuras. No primeiro grupo de barreiras, de BAR01 a BAR09, observa-se como característica similar, entendimentos culturais preconcebidos que diferenciam as habilidades e aptidões de homens e mulheres para a área de TI. Pelo referencial teórico, percebe-se que essas barreiras afastam as mulheres das áreas tecnológicas, muitas vezes dificultando seu ingresso em profissões dessa natureza; assim, essas barreiras são categorizadas com a denominação de **Barreiras Estruturantes**.

O segundo grupo, de BAR10 a BAR18, é formado por barreiras relativas às distinções entre homens e mulheres no ambiente profissional, tanto as básicas, como salariais, até o reconhecimento nas carreiras que, segundo as Teorias motivacionais, são fatores relevantes para estimular as pessoas a desempenharem adequadamente suas funções. Esse grupo recebeu a denominação de **Barreiras Motivacionais**.

O terceiro grupo, de BAR19 a BAR28, representam as barreiras ligadas ao equilíbrio entre a vida profissional e pessoal que, de certa forma, são decorrentes da cultura de que cabe às mulheres as atividades domésticas. Esse grupo foi categorizado com a denominação de **Barreiras Culturais**.

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa abordou questões de gênero relacionadas à área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), destacando as barreiras enfrentadas por mulheres em um campo crucial para o cenário organizacional contemporâneo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica atualizada com o objetivo de listar e categorizar essas barreiras.

A relevância desse estudo consiste na contribuição para o avanço do conhecimento em uma área que ainda é insuficientemente explorada, identificando barreiras enfrentadas pelas mulheres na área de TIC, criando as categorias Estruturantes, Motivacionais e Culturais. Como contribuição prática, os resultados podem ajudar gestores a, conhecendo essas barreiras, combatê-las para fomentar a ampliação da participação das mulheres da área de TIC.

Sugere-se, como estudos futuros, realizar pesquisa de campo para identificar a percepção de profissionais quanto a essas barreiras tanto numa perspectiva quantitativa quanto qualitativa, dando voz a histórias e relatos dessas profissionais acerca das dificuldades encontradas.

Por último, espera-se que este estudo contribua para o debate acadêmico, bem como, estimule novas pesquisas, vislumbrando a redução das desigualdades de gênero e uma maior inclusão no âmbito das organizações que atuam na área de Tecnologia da Informação e Comunicação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE. **Estudo Mercado Brasileiro de Software – Panorama e Tendências**. São Paulo: ABES, 2023. Disponível em: <https://is.gd/tDaBmp>. Acesso em: 11 mar. 2024.

ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E DE TECNOLOGIAS DIGITAIS. **Diversidade de Gênero no setor TIC em 2023**. São Paulo:

BRASSCOM, 29 fev. 2024. Disponível em: <https://is.gd/AXHUi>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CARDOSO, Andreia. **Atitudes de mulheres com relação ao teto de vidro**: um estudo em empresas do setor de tecnologia de informação e comunicação. 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em Administração de empresas) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2017.

CASTELINI, Priscila. **Mulheres na Computação**: percepções, memórias e participação de estudantes e egressas. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

DPLP - Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2024. Disponível em: <https://is.gd/nh86uc>. Acesso em: 18 maio 2024.

HICKS, Mar. **De-Brogramming the History of Computing [Think Piece]**. Annals of the History of Computing, IEEE. v. 35, n. 1, p. 88-88, (2013). DOI: 10.1109/MAHC.2013.3.

IATA, Cristiane Mitsue. **Liderança feminina**: a experiência de mulheres que se tornaram líderes em empresas de base tecnológica. 2020. 212f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

KIM, J.Y.; MEISTER, A. **Microaggressions, Interrupted**: The Experience and Effects of Gender Microaggressions for Women in STEM. *J Bus Ethics* **185**, 513–531 (2023). DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-022-05203-0>

LIMA, Fabiane Alves de. **Mulheres na Tecnociência**: Depoimentos e Vivências de Mulheres nos Cursos de Computação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) — Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

MA, Yanan, TUREL, Ofir. **Information technology use for work and technostress**: effects of power distance and masculinity culture dimensions. *Cognition, Technology & Work*. **21**, (2019). DOI: [10.1007/s10111-018-0503-1](https://doi.org/10.1007/s10111-018-0503-1).

MARTINS, Amanda et al. **Fatores que Atraem e Afastam as Meninas de cursos da Área de TI**. In: WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY (WIT), 13., 2019, Belém. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2019. p. 114-118. ISSN 2763-8626.

MEIO & MENSAGEM. Games: cresce o número de desenvolvedores e estúdios brasileiros. 2023. Disponível em: <https://is.gd/n7sCqS>. Acesso em: 26 ago. 2024.

MELLO, Aline Vieira de et al. **Egressas de Cursos de Computação**: o quê as influenciou a escolherem um curso na área? In: WOMEN IN INFORMATION

TECHNOLOGY (WIT), 17., 2023, João Pessoa/PB. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 113-123. ISSN 2763-8626.

MELO, Brunilla Thaís Queiroz de. **Barreiras (in)visíveis**: a segregação de gênero em cursos universitários da UFRN. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

MIRANDA, Beatriz A. de et al. **Análise da participação feminina no curso de Ciência da Computação da UFCG**. In: WOMEN IN INFORMATION

TECHNOLOGY (WIT), 15., 2021, Evento Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 11-20. ISSN 2763-8626.

MIT - MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY. **Ada Lovelace Computer Algorithm**. Lemelson. 12 out. 2020a. Disponível em: <https://is.gd/UqxAIU>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

OLIVEIRA Raquel Rosa de. **MULHERES EM TI**: vivências do trabalho feminino em tecnologia da informação. 2019. 69f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, Cláudia Maria Arantes Marquesani. **Mulheres nas organizações brasileiras**: uma análise dos fatores que impulsionam e desafiam a equidade de gênero na área de tecnologia da informação. 2022. 81f. Dissertação (mestrado em gestão para a competitividade) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, Jussara Ribeiro de. **A Participação Feminina nos Grupos de Pesquisa sobre Tecnologia Da Informação (Ti) No Brasil**: Um estudo no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). 2016. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016.

PAVAN, Danielle Fernanda Moraes. **Perfis, trajetórias e relações de gênero na gestão da educação científica, tecnológica e profissional de Goiás**. 2017. 225 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

REZENDE, Daniela Teixeira. **Mulheres na Ti: Visões de Alunas do Curso de Engenharia de Computação sobre a Área**. 2018. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) – Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG. Belo Horizonte, 2018.

SANTOS, Nádia Bernuci dos. **Diferenças de gênero na apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)**: um olhar a partir do ambiente do Ensino Médio do Colégio Pedro II. 2019. 171f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro /Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Isabel Cristina da. **Mulheres na ciência e tecnologia**: a “visibilidade” do trabalho feminino como estímulo à percepção e perspectivas dos estudantes da educação profissional e tecnológica. 2021. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. São Paulo, 2021.

SMITH, Louisa. **Working hard with gender**: Gendered labour for women in male dominated occupations of manual trades and information technology (IT). *Equality*. 32, (2013). DOI: 10.1108/EDI-12-2012-0116.

SOUZA, Hariel S.; RAPKIEWICZ, Clevi E. **Margaret Hamilton**: mãe cientista na liderança do Apollo 11. *SBC Horizontes*, maio. 2021. ISSN 2175-9235. Disponível em: < <https://is.gd/ecZdgB>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

TERRA. Número de estúdios de games no Brasil cresce 180% em quatro anos. 2023. Disponível em: <https://is.gd/g4Qs4Z>. Acesso em: 26 ago. 2024.

TROTMAN, Andrew. **Why don't European girls like science or technology?** Microsoft News Centre. Europe, 2017. Disponível em: <https://is.gd/OfdDCI>. Acesso em: 28 mar. 2024

WILLIAMS, Joan C.; PHILLIPS, Katherine W.; HALL, Erika V. **Tools for Change**: Boosting the Retention of Women in the STEM Pipeline, 6 *J. Res. Gender Stud.* 11 (2016).

YALE UNIVERSITY. **Grace Murray Hopper (1906-1992)**: A legacy of innovation and service. *YaleNews*. 10 feb. 2017. Disponível em: <<https://is.gd/TgnerB>>. Acesso em: 21 abr. 2024.

HISTÓRIA DAS MULHERES BRASILEIRAS PIONEIRAS NA DEFESA

Célia Regina Rodrigues Gusmão¹

INTRODUÇÃO

Em diferentes sociedades, o serviço de defesa de uma nação é associado à figura masculina. No Brasil, servir à Pátria é visto como um teste de masculinidade e como um rito de passagem pelo imaginário social: o quartel recebe um menino e devolve um homem à sociedade. Recentemente, o Ministério da Defesa (MD) divulgou a possibilidade de alistamento de mulheres para o Serviço Militar voluntário, por meio do Decreto nº 12.154 de 28 de agosto de 2024, com ingresso nas Forças Armadas (FA) previsto para 2026. No entanto, mesmo a mulher estando presente na caserna há mais de quatro décadas, a decisão provoca reações diversas da sociedade.

Este capítulo tem como centralidade temática a historiografia da mulher militar brasileira. Com Bentivoglio (2014), entendemos que “cada coisa carrega consigo sua historicidade, mas esta precisa ser reconhecida pelos indivíduos” (Bentivoglio, 2014, p. 23). Assim, para entender a origem da visão predominante a respeito da atuação da mulher na Defesa, é necessário empreender uma descrição das condições sócio-históricas da mulher em sua trajetória de inserção nas instituições castrenses, com base na noção de *campo*, de Bourdieu (2019). Por meio de revisão bibliográfica, objetivamos rememorar a história da mulher nas atividades de defesa da Pátria e em sua trajetória de ingresso nas FA, atribuindo significados aos eventos e aos desafios empreendidos.

Para desenvolver esse objetivo, relembramos em que circunstâncias ocorreu o ingresso da mulher militar nas Forças; como foi o preparo para essa inserção e o que pensava a sociedade brasileira à época sobre a abertura desse campo profissional para elas. Também, fazemos uma

¹ Doutoranda em Língua Portuguesa (PUC-SP). CV: <http://lattes.cnpq.br/9460613486742541>

apresentação do percurso da mulher nas três Forças, comparando semelhanças e diferenças existentes.

De acordo com Bentivoglio, “não é possível construir nenhuma história sem o recurso à temporalidade” (Bentivoglio, 2015, p. 52). Portanto, voltar ao passado e revisitar a historiografia da mulher militar brasileira nos permite não apenas rememorar histórias, mas também refletir sobre o momento presente em que desafios ainda existem, sobretudo com a previsão de inclusão da mulher no Serviço Militar proposta pelo MD.

MULHERES NA DEFESA: HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS POR DESAFIOS

Para Certeau (2002), a operação historiográfica “expressa um lugar social que envolve relações de poder e força, no modo como os indivíduos se organizam para produzir e validar a própria história (Certeau, 2002 Apud Bentivoglio, 2015, p. 49). Assim sendo, para a abordagem sobre a historiografia da mulher militar, é necessário entender as questões relacionadas a poder que envolvem o tema. Pierre Bourdieu (2019) afirma que os sujeitos são produtos da história e da experiência acumulada no curso da trajetória individual de acordo com os espaços ou esferas diferentes nos quais transitam, onde ocorrem disputas e jogos de poder, tais como: a família; a escola; o trabalho; os grupos de amigos; a igreja. Esses espaços são chamados de *campo* pelo sociólogo francês. Nossas ações individuais e os condicionamentos que recebemos da coletividade se refletem no nosso modo de ser e ver o mundo, que podem ir se adequando às mudanças.

Logo, empreendemos uma volta ao passado para lembrar a partir de quando a mulher foi autorizada a fazer parte do *campo militar* e quais foram os desafios para essa inserção. No decorrer de nossa história, houve várias tentativas de mulheres para serem aceitas como soldados. Algumas, inclusive, vestiram-se como homem, na tentativa de burlar a proibição de ser militar, situação que só começaria a mudar no século XX. Seja na época do Brasil colonial ou no período pós-Independência, seja nos dois conflitos principais dos quais o País participou, a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e a II

Guerra Mundial (envio da Força Expedicionária Brasileira aos campos da Itália), as mulheres sempre tentaram estar presentes.

Em 1646, um grupo de mulheres enfrentou um dos exércitos mais avançados da época: os invasores holandeses, no local que, hoje, corresponde ao município de Goiana, em Pernambuco (PE), obtendo êxito. Maria Quitéria, Maria Camarão, Maria Clara e Maria Joaquina lideraram mulheres munidas de dardos, chuços, paus tostados e outras armas. Acrescentaram “pimenta em água fervente e miravam nos olhos do inimigo, que saíram em fuga disparada” (Telles, 2022, p. 124).

Ainda, no período colonial, em 1822-1823 registramos a participação da baiana Maria Quitéria de Jesus, a primeira mulher reconhecida combatente da história. Quando a Bahia ficou dividida, nas lutas pela independência, a vila de Cachoeira foi convocada para participar da batalha junto aos partidários de d. Pedro contra o general português Madeira de Melo. Ao saber da convocação, Quitéria cortou os cabelos, vestiu as roupas do cunhado, e, com o sobrenome dele, Medeiros, auxiliada pela sua irmã Teresa Maria, partiu rumo ao campo de batalha, integrando-se nas fileiras do Regimento de Artilharia. Pouco tempo depois, passou a compor o Batalhão dos Periquitos. Em fevereiro daquele mesmo ano, foi citada na ordem do dia por sua coragem durante batalha em Itapuã.

A mulher que se distinguiu “em toda a campanha com indizível valor e intrepidez”, e que nas “três vezes que entrou em combate apresentou feitos de grande heroísmo, avançando de uma, por dentro de um rio com água até os peitos, sobre uma barca, que batia renhidamente nossa Tropa” precisou primeiro ser identificada como homem para depois ser reconhecida por suas ações pelo comandante do Exército Pacificador, José Joaquim de Lima e Silva, bem como recomendada à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. (Telles, 2022, p. 135)

Anos mais tarde, novos projetos de contribuição de mulheres na defesa do país ocorreram. Na Guerra da Tríplice Aliança, em 1864, a cearense Jovita Alves Feitosa tentou fazer parte da batalha no país vizinho. Como não dispunha de soldados suficientes, o Governo mandou anun-

ciar o recrutamento de voluntários, chegando a notícia até Jaicós-Piauí (PI), seu local de moradia. De acordo com Carvalho (2022), a jovem ficou indignada com as atrocidades cometidas pelos paraguaios contra as mulheres brasileiras no Mato Grosso-MT, assim, mesmo tendo sido revelada a sua verdadeira identidade, “Jovita foi aceita como voluntária pelo presidente da província” (Carvalho, 2022, p. 4). Não obstante, pelo fato de ser mulher, muitos se opuseram à sua atuação na guerra. Então, sua iniciativa foi usada apenas como propaganda, para promover o recrutamento de homens que não queriam participar do conflito.

Em 1866, durante o mesmo conflito, outro nome feminino se destaca. Daquela vez, com participação exitosa no campo de batalha. Trata-se de Maria Francisca da Conceição, conhecida como Maria Curupaiti, casada com um cabo da esquadra e proibida de acompanhá-lo no ataque ao forte de Curuzu.

Inconformada, cortou o cabelo, vestiu roupa do marido, arrumou um boné e foi. No ataque, apossou-se das armas do primeiro soldado abatido. Ao ver que o marido fora morto com um tiro na testa, calou a baioneta e saiu estocando inimigos. No desastroso ataque a Curupaiti, foi ferida. Levada ao hospital, [...] descobriu-se que era mulher. Mas foi aceita como combatente. Na Batalha de Tuiuti, bateu-se já com o honroso título de Maria Curupaiti. (Carvalho, 2022, p. 123-124)

Apesar de todas as demonstrações de aptidão na defesa da Pátria, no protagonismo ou na retaguarda do combate, a iniciativa de mulheres de diferentes épocas por fazer parte das fileiras militares não obteve apoio das instituições brasileiras durante muito tempo. Estamos há pouco mais de dois séculos desde que Maria Quitéria (1822-1823) tornou-se a primeira combatente da história, porém, ainda hoje, há debates sobre a das mulheres na Defesa.

MILITARES QUE REGISTRARAM SEUS NOMES NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Após o período em que a participação da mulher no campo bélico ocorreu de forma individual e camuflada, a incorporação feminina nas Forças Armadas (FA) aconteceu, de forma coletiva, em dois momentos. O início oficial dessa inserção deu-se com as enfermeiras brasileiras que participaram do atendimento aos militares expedicionários nos campos de batalha na Itália, durante a II Guerra Mundial (II GM).

A convocação foi vista como oportunidade por aquelas que preenchiem os requisitos exigidos. Foram 73 mulheres selecionadas, para comporem a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a Força Aérea. Embora esse fato tenha simbolizado uma abertura da instituição castrense para elas, sua ocorrência não foi iniciativa do Governo brasileiro, mas sim fruto de solicitação dos norte-americanos: “O quadro de enfermeiras militares foi criado, na realidade, por imposição dos americanos. Não pensavam os dirigentes militares da época em incorporar mulheres” (Cansanção, 1987, p. 222).

Assim, a fim de atender ao contingente expedicionário na Itália, o Quadro de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército Brasileiro (QEERE), criado pelo Decreto - Lei nº 6097, em 1943, foi marcado por desafios, tais como a falta de adequação a um posto hierárquico existente e os baixos soldos. Ademais, a falta de experiência do Exército na formação de mulheres representou uma questão a ser superada por aquelas jovens enfermeiras, conforme relato a seguir:

Era a primeira vez que o Exército tinha mulheres em seus quadros, e, como era natural, não sabiam muito bem como agir conosco, e muito menos que tipo de treinamento físico nos deveriam ministrar. Para simplificar, ou por maldade, nos fizeram executar todos os exercícios que eram ministrados para os soldados, exceto o treinamento da cavalaria. (Cansanção, 1987, p. 50)

Outra questão enfrentada foi a inadequação dos uniformes femininos. De acordo com Bernardes et al (2005, p. 316), quando as febianas

foram selecionadas para a missão na Itália, foi criada uma comissão com a finalidade de decidir a indumentária das enfermeiras, porém, os modelos adotados não atenderam às expectativas, além de terem gerado alguns problemas, por serem confeccionados com tecido de baixa qualidade ou inadequados às baixas temperaturas.

Além do ajuste dessas situações, as pioneiras sofreram com o preconceito, devido ao papel exercido pelas mulheres da época. A sociedade passava por mudanças, mas não era comum uma mulher sair de casa para ir à guerra: “As primeiras voluntárias do Brasil sofreram difamações e pechas horríveis. Até a mulher de um militar de alta patente do Exército tachou-nos de ‘prostitutas que queriam ir para a guerra para fazer a vida’. A nossa guerra, na realidade, começou aqui mesmo” (Cansação, 1987, p. 224).

Após a II GM, o mundo continuou a passar por transformações e, no Brasil, não foi diferente. Em 1955, as mulheres conquistaram espaço em uma instituição predominantemente masculina, a polícia de São Paulo. A advogada criminalista Hilda Macedo participou do 1º Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia e, com base nos exemplos trazidos de outros países e em teses médicas, defendeu a inclusão das mulheres na corporação. Assim, em 12 de maio, sob o Decreto 24.548, institui-se o corpo de Policiamento Especial Feminino na Guarda Civil de São Paulo (integrada à Polícia em 1966):

As primeiras policiais formavam um corpo à parte na Polícia de São Paulo e, apesar de aprenderem tiro, defesa pessoal e outras habilidades ligadas ao uso da força, em princípio, não podiam portar armas. Sua função seria justamente oferecer um contraponto à polícia “masculina”, violenta, repressora, oferecendo ajuda a migrantes, mulheres e crianças que precisavam da benemerência do Estado. (Wolff, 2012, p. 432)

As 12 integrantes pioneiras da polícia feminina e sua comandante foram chamadas de “as 13 mais corajosas de 1955”. Por romperem paradigmas, causaram estranheza no imaginário social, que não viu com naturalidade a participação da mulher na polícia, cujo trecho des-

tacamos a seguir, conforme figura 2: “a Polícia Feminina tem encontrado uma série de obstáculos a vencer, principalmente por parte da opinião pública, que ainda não se habituou a encarar com naturalidade a mulher nesse novo mister”.

Figura 1 – As 12 pioneiras da Polícia Feminina (SP) e fragmento de matéria de jornal O Estado de S. Paulo (28 março 1956, p. 12)



Disponível em: <https://is.gd/uEvMzg> e <https://is.gd/UNFyqD> Acesso em: 10 ago. 2024.

Anos mais tarde, em 1975, Neumann (2023, p. 90) relembra que o deputado federal Pedro Lucena (RN) lançou o projeto para a inserção da mulher na Marinha do Brasil (MB), mas o documento foi vetado pelo presidente. Novamente, em 1979, foi a vez do senador Orestes Quércia (SP) de fazer a proposta de ingresso voluntário da mulher nas escolas militares, por meio do Projeto de Lei do Senado n. 323, trazendo luzes à questão da inserção. Mais uma vez, o projeto foi vetado, porém, “a Marinha continuou com os estudos que resultaram na criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha” (Martins, 2015, p. 87).

Dessa forma, o segundo momento de inserção da mulher na carreira militar ocorreu quando a MB abriu suas portas para elas. De acordo com Martins (2015, p. 88), o Ministro da Marinha, em 28 de abril de 1980, enviou uma exposição de motivos ao Presidente da República, assim como a minuta do Anteprojeto de Lei para a criação do Corpo Auxiliar Feminino. Como justificativa, além de alegar a necessidade de substituir homens, oficiais e praças, que estavam exercendo atividade

em terra, para que pudessem exercer funções operativas nos navios, outro motivo referido foi a “grande conveniência” pelo fato de contribuir para igualdade de direitos, assegurada no art. 153 da Constituição Federal/1967 (Martins, 2015, p. 88).

Para Cristina Wolff, os movimentos feministas da década de 1970 ajudaram na incorporação das mulheres nas FA, sobretudo a declaração da Década da Mulher pela Organização das Nações Unidas, em 1975. Para a historiadora, “na maioria dos países da Europa e América do Norte, essa incorporação se deu na década de 1980, e o Brasil certamente também não quis ficar numa posição considerada “atrasada” a partir de então” (Wolff, 2012, p. 433).

AS PIONEIRAS NA MARINHA DO BRASIL

A abertura da MB às mulheres representou um grande marco na história do Brasil, com a criação do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), para atuação nas áreas técnicas, administrativas e de saúde, composto de dois quadros, por meio da Lei nº 6.807, de 07 de julho de 1980. As primeiras turmas, tanto de oficiais quanto de praças, formaram-se em 1981, em meio a uma grande expectativa a respeito do profissionalismo da mulher recém-ingressada.

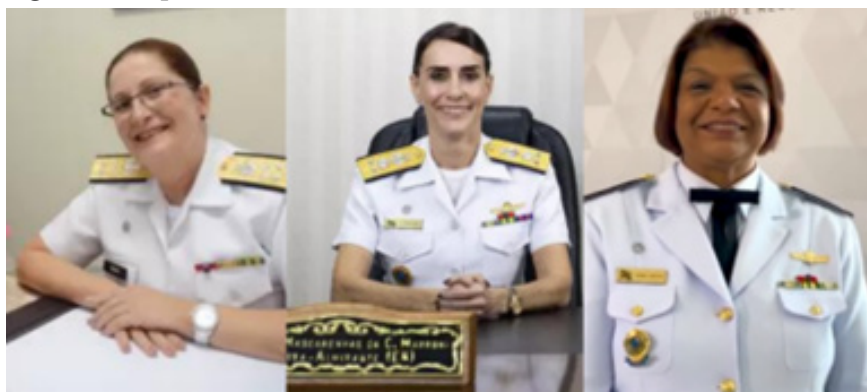
Semelhante às enfermeiras da FEB, as marinheiras pioneiras enfrentaram desafios em relação à desigualdade de condições. A abertura foi feita em algumas áreas, o que restringiu a participação da mulher a alguns cargos e serviço em terra. Além disso, elas integravam um corpo à parte, ou seja, não faziam parte dos quadros e corpos gerais, havendo, portanto, um segmento feminino exclusivo. Também, permitia-se às oficiais chegar até o posto de Capitão-de-Fragata (equivalente a Tenente-coronel nas demais Forças) somente. Ainda, havia diferenciação em relação ao tempo para alcançar esses postos, isto é, o interstício era mais demorado para as mulheres.

Em 1997, o CAFRM foi extinto e a Marinha permitiu a participação feminina em seus quadros gerais. As mulheres passaram a integrar os respectivos Corpos e Quadros existentes para o sexo masculino (Engenheiros e de Intendentes da Marinha e Quadros de Médicos, de

Cirurgiões-Dentistas, de Apoio à Saúde e Técnico), ou seja, a partir daquele momento também puderam servir à Pátria embarcadas. Assim, tornou-se possível a promoção ao posto de Vice-Almirante (equivalente a General de Divisão no Exército e a Major-Brigadeiro na Aeronáutica). Em 2014, as mulheres puderam integrar a primeira turma mista da Escola Naval, para fazer parte do Quadro de Intendência, formando-se em 2017.

Por ter sido a pioneira a incluir a mulher, a Marinha também foi a primeira Força a promover mulheres ao generalato. Em 2012, a médica Dalva Maria Carvalho Mendes, integrante da 1ª turma do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva (Saúde), teve sua promoção a Contra-Almirante, entrando para a história como a primeira mulher brasileira a ascender ao generalato. Posteriormente, em 2018, promoveu a Engenheira Naval Luciana Mascarenhas da Costa Marroni, a 2ª mulher Contra-Almirante da história brasileira. Em 2023, promoveu ao posto de Contra-Almirante a médica Maria Cecília Barbosa, que atingiu duas marcas: entra para a história como a primeira mulher negra a alcançar o generalato na instituição, conforme figura 2.

Figura 2 – As primeiras Contra-Almirantes da história do Brasil



Da esquerda para a direita: Contra-Almirantes (Md) Dalva, (EN) Luciana e (Md) Maria Cecília

Fonte: montagem feita pela autora²

² Com base em: <https://is.gd/rPwGR0> e <https://is.gd/wyu7Md> e <https://is.gd/hS0vzy> Acesso em: 18 ago. 2024.

AS PIONEIRAS NA AERONÁUTICA

Por sua vez, em 1982, a Aeronáutica abriu suas portas ao ingresso das mulheres, criando o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA). As primeiras turmas não só tiveram o apoio de instrutores da Marinha (Aeronáutica, 2018, p. 12), mas também puderam aproveitar a experiência adquirida na recepção à mulher na Força coirmã, inclusive, na questão da criação dos uniformes femininos.

Da mesma forma que na Marinha, o CFRA destinava-se às atividades técnicas e administrativas, composto pelo Quadro Feminino de Oficiais, cujo ingresso ocorria como 2º Tenente, podendo haver promoção até Tenente-coronel; e Quadro Feminino de Graduados, cujo ingresso ocorria como Cabo e poderia chegar até Suboficial.

A partir de 1990, a Aeronáutica admitiu mulheres na Área de Saúde (médicas, farmacêuticas e odontólogas), propiciando acesso aos quadros gerais de carreira e a possibilidade de promoção ao posto de Brigadeiro. Em 1995, por meio do Aviso Ministerial nº 006/GM3/024 (05/05/1995), o ingresso de mulheres no Curso de Formação de Oficiais Intendentes foi permitido. Portanto, a Força Aérea Brasileira (FAB) foi a primeira a conceder acesso à mulher ao curso de formação militar idêntico ao masculino. Em 1996, ocorreu a permissão para ingresso no Instituto Tecnológico de Aeronáutica, quando as mulheres compuseram turmas mistas e puderam integrar a linha combatente. Em 2003, a FAB admitiu a primeira turma com cadetes pilotos.

A Aeronáutica admitiu mulheres em 1982, foi a primeira força a formar oficiais mulheres [na linha combatente], a partir de 1996, e é a força com a maior proporção de mulheres em seus quadros. Em 2003, abriu para elas o Curso de Formação de Oficiais Aviadores, permitindo que pudessem então seguir o caminho de aviadoras, que abre as portas para uma carreira que leva a quatro estrelas. As oficiais-aviadoras formadas pela Academia da Força Aérea em 2006 poderão alcançar, futuramente,

o mais alto posto da carreira, o de Tenente-Brigadeiro do Ar, mas isso ainda levará décadas. (FRANCO, 2020)

Em 2015, a Força Aérea teve a primeira militar a comandar uma unidade: a então Coronel Carla Lyrio Martins, comandante da Casa Gerontológica Brigadeiro Eduardo Gomes (RJ). Mais tarde, em 07 de outubro de 2020, a militar entrou para a história como a primeira Oficial da Força Aérea Brasileira a ocupar o posto de Brigadeiro. Atualmente, foi promovida a Major-Brigadeiro (3 estrelas), entrando para a história por ser a primeira Comandante da Escola Superior de Defesa (ESD), em Brasília. A segunda mulher Oficial-General da FAB é a Brigadeiro Médica Ana Paula Brasil Medeiros, promovida em março de 2022, tendo passado à reserva em 2024, conforme figura 3.

Figura 3 – As primeiras Brigadeiros da história do Brasil³



À esquerda, a Major-Brigadeiro Carla e à direita, a Brigadeiro Médica Ana Paula Brasil Medeiros

³ Com base em: <https://is.gd/xsgEXz> e <https://is.gd/eqsBB1> Acesso em: 18 ago. 2024.

AS PIONEIRAS NO EXÉRCITO BRASILEIRO

No Exército Brasileiro (EB), o ingresso da mulher para ser militar do efetivo permanente ocorreu por meio de concurso público para a Escola de Administração do Exército. Por meio da Lei nº 7831, de 2 de outubro de 1989, foi criado o Quadro Complementar do Exército, a fim de prover à Força pessoal especializado com nível superior para desempenhar atividades complementares. As duas primeiras turmas, em 1990 e 1991, foram exclusivamente compostas por homens.

Em 1992, formou-se a primeira turma mista, a Turma Maria Quitéria, da qual fizeram parte 52 integrantes. Embora tenha permitido o ingresso tardio, no EB, as mulheres tiveram igualdade de condições com os homens do Quadro Complementar de Oficiais (QCO), sendo permitido, inicialmente, ascender até o posto de Tenente-Coronel. Hoje, integrantes do QCO podem ser promovidas ao posto de Coronel.

Em 1996, o Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras de nível superior foi instituído. Em 1997, o Instituto Militar de Engenharia (RJ) matriculou as primeiras alunas, um total de 10, incluídas no Quadro de Engenheiros Militares, por meio do Curso de Formação de Oficiais. A Escola de Saúde do Exército matriculou e formou, também em 1997, a primeira turma de Oficiais médicas, dentistas, farmacêuticas, veterinárias e enfermeiras de nível superior, do Quadro de Saúde do Exército.

Em 24 de janeiro de 2017, as mulheres ingressaram na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (Campinas-SP), dando início às etapas finais do processo seletivo à formação combatente do Exército Brasileiro. A primeira turma mista da escola, turma “Dona Rosa da Fonseca”, simbolizou um marco na história da instituição. Ainda, em abril de 2017, foram promovidas as primeiras coronéis do Exército, as integrantes da primeira turma do QCO.

DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS NA INSERÇÃO DA MULHER MILITAR NAS FA

Inicialmente, as diferenças entre as três Forças Armadas brasileiras, no que se refere à inserção da mulher militar, consistem nas datas, formas de ingresso e oportunidades de carreira. Marinha e Aeronáutica, sendo as precursoras, criaram quadros exclusivamente femininos, extintos posteriormente, enquanto o Exército foi mais tardio e mesclou-as no Quadro Complementar, de natureza mista. Nas três Forças, elas só podiam ocupar funções técnicas, administrativas e na área de saúde. Atualmente, Exército e Aeronáutica ainda mantêm restrições à atuação feminina, enquanto a Marinha rompeu as barreiras de atuação para elas em todas as áreas.

Comparando as possibilidades de trabalho da mulher nas três Forças, constatamos que a Marinha do Brasil manteve o seu pioneirismo, permitindo a integração em todas as especialidades da linha bélica: inclusive os Corpos da Armada e o de Fuzileiros Navais, mudança ocorrida por meio da nova redação do texto da Lei nº 13.541, de 18 de dezembro de 2017. Segundo os instrutores da primeira turma mista do curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais, a instituição se preparou para receber as novas integrantes, por meio de estudos e intercâmbios, firmou parcerias para aprender com a experiência de outras instituições militares, tal como a Marinha dos Estados Unidos. Uniformes e instalações foram adaptados, assim como a estrutura de pessoal: “O campus já tinha sistema de videomonitoramento, mas, com a chegada delas, foi feito aprimoramento com câmeras no entorno do alojamento, onde também foi implementado sistema de reconhecimento facial, que permite acesso somente de alunas e instrutoras” (Sousa, 2024).

Em relação às demais Forças, ainda há restrições à atuação da mulher. A Aeronáutica não permite que a mulher faça parte da arma de Infantaria. O Exército não permite à mulher integrar as armas do combate propriamente dito: a Infantaria, a Cavalaria, a Artilharia e a Engenharia. Consequentemente, as diferenças tanto nos anos de ingresso como nas especialidades oportunizadas fazem com que, hoje, tanto a Marinha

quanto a Aeronáutica tenham oficiais gerais mulheres. O Exército, por ter sido a última Força a proporcionar a inserção da mulher, ainda não tem mulheres gerais, sendo o ano de 2027 o previsto para o início da promoção das Oficiais do Exército ao generalato.

Outra diferença consiste nas datas de ingresso da mulher na linha bélica. A Aeronáutica foi a pioneira, permitindo a entrada no curso de Intendência do Instituto Tecnológico de Aeronáutica em 1996. Em 2003, proporcionou o ingresso na Academia da Força Aérea, o que significou a possibilidade de a mulher poder ser aviadora. Em 1997, foi a vez da Marinha, que abriu a possibilidade de participação nos Corpos e Quadros de Engenheiros e Intendentes, assim como nos quadros de Apoio à Saúde e Técnico. Até então, as mulheres não podiam servir à Pátria embarcadas. Em 2014, a Escola Naval abriu suas portas às mulheres, havendo a primeira turma mista da instituição. No Exército Brasileiro, a inserção da mulher como oficial, na linha combatente, iniciou-se em 2017, pelo ingresso na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, instituição de ensino que permite a entrada na Academia Militar das Agulhas Negras (única instituição que forma o/a Oficial combatente), onde as primeiras combatentes ingressaram em 2018 e se formaram em 2021. Também, em 2018, o Exército abriu as portas para as sargentos de carreira, para ingresso na Escola de Sargentos de Logística e para o Centro de Instrução de Aviação do Exército, em diversas áreas. Apesar de ter realizado a abertura da carreira combatente para a mulher militar, no Exército, ela não pode escolher todas as especialidades, tais como as da linha de frente, o combate propriamente dito: infantaria, cavalaria e artilharia.

Em sua análise sobre as mulheres nas 3 Forças, Leite (2024) parte do princípio:

que o impacto feminino nas Forças Armadas brasileiras ocorreu, não apenas naquilo que diz respeito a novos alojamentos, uniformes mais adaptados, mudanças em leis, mas na maneira de entender novas formas de lideranças no interior de cada Força, dando à honra, à hierarquia e à disciplina - categorias nativas do ramo - novos olhares,

especialmente em relação ao que os próprios conceitos trabalham. (Leite, 2024, p. 19)

CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, nosso objetivo foi realizar um estudo sobre a historiografia da mulher militar, a fim de resgatar da história nomes de mulheres que lutaram para serem reconhecidas como aptas a participar da vida pública e da defesa do país, mesmo em meio a tantas restrições. Relembramos essa trajetória, evidenciando que, no imaginário social, avaliações e questionamentos sobre as habilidades da mulher sempre estiveram presentes. Foi necessário romper paradigmas e superar desafios sociais para que novas conquistas fossem possíveis.

Assim, o trajeto da mulher em busca de um espaço na caserna se inicia desde o Brasil Colonial, no século XVI; perpassa pelos conflitos em território interno ou externo, nos séculos XVII e XVIII; avança pelo XIX e somente se concretiza nos séculos XX e XXI. Em um primeiro momento, a inclusão ocorre por meio das enfermeiras integrantes da Força Expedicionária Brasileira, em 1943. Porém, apenas nas décadas de 1980 e 1990, há a inserção das militares nas três Forças, por meio de concursos públicos e de processos de seleção. Também, apenas no século XXI, a participação na área bélica se concretizou.

Constatamos que a trajetória da mulher militar atravessa séculos, sendo marcada por inúmeros desafios. A revisão bibliográfica empreendida revelou que, em um primeiro momento, quando da colaboração na 2ª Guerra Mundial, houve vários problemas decorrentes da falta de experiência e de preparo. Depois, quando a inserção mais ampla aconteceu, a Marinha foi a Força pioneira que planejou como recebê-las, por meio da adaptação dos uniformes, instalações e pessoal. Nesse percurso, ajustes foram necessários, principalmente quanto à separação em um quadro isolado e ao tempo de interstício, situações sanadas com o tempo.

Atualmente, a Marinha do Brasil propicia às mulheres militares todas as possibilidades de atuação profissional, enquanto a Aeronáu-

tica e o Exército mantêm restrições na área do combate. Portanto, desafios ainda existem, pois, as mulheres não podem escolher todas as especialidades da carreira. Além disso, a representatividade feminina é muito pequena, ou inexistente, nos postos que tomam as decisões nas instituições castrenses, os de generalato. Logo, revisitar a trajetória da mulher no campo militar permite constatar que esse espaço esteve restrito à presença delas durante 60 anos, desde a independência do país. Após a abertura oficial das instituições castrenses à presença da mulher militar, na década de 1980, apenas algumas áreas foram oportunizadas, estando o campo bélico excluído do rol de opções. Em diferentes épocas, a capacidade intelectual e profissional das mulheres foi colocada em xeque, no entanto, elas se mostraram aptas e eficientes no exercício de funções e cargos nas diversas áreas, inclusive na Defesa. É necessário que a sociedade e as instituições militares reconheçam esse profissionalismo e oportunizem todas as áreas de atuação profissional à mulher.

REFERÊNCIAS

AERONÁUTICA. **Elas por elas**: a mulher militar na FAB. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 2018. 79 p. Disponível em: <https://is.gd/m4vVWO> Acesso em: 10 ago. 2024.

ALMEIDA, J. R. P. de. **História da instrução pública no Brasil**: 1500 a 1889. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

BERNARDES, M.; LOPES, G.; SANTOS, T. O cotidiano das enfermeiras do exército na força expedicionária brasileira (FEB) no teatro de operações da 2ª Guerra Mundial, na Itália (1942-1945). **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 3, p. 314-321, 2005. Disponível em: <https://is.gd/QHqARA> Acesso em: 07 ago. 2024.

BENTIVOGLIO, J. C.; MERLO, P. **Teoria e metodologia da história**: fundamentos do conhecimento histórico e da historiografia. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

BRIZOLA, J. Mulheres são apenas 23% dos diplomatas no Itamaraty. **Correio Braziliense**. Brasília, 30 maio 2022. Disponível em: <https://is.gd/VrbFpY> Acesso em: 07 ago. 2024.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2019.

CANSANÇÃO, E. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

CARVALHO, J. M. de. **Jovita Alves Feitosa**: voluntária da pátria, voluntária da morte. São Paulo: Chão Editora, 2022.

CERTEAU, M. de **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FRANCO, L. **Mulheres no comando nas Forças Armadas**: as histórias das duas únicas hoje no topo da carreira e por que há só duas. São Paulo: BBC News Brasil. 08 mar. 2020. Disponível em: <https://is.gd/iz3Uzq>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2022: quantidade de homens e mulheres. Disponível em: <https://is.gd/fCpcuv> Acesso em: 07 ago. 2024.

LEITE, M. C. L. “Corpos auxiliares”: mulheres nas elites das Forças Armadas brasileiras. 2024. 319 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

LONZA, G. B. Nísia Floresta e educação das mulheres no Brasil: a experiência do Colégio Augusto (1838-1849). 2109. 88f. **Dissertação de Mestrado** (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2019. Disponível em: <https://is.gd/kBMYZW> Acesso em: 15 mar. 2024.

MARTINS, I. M. B. **Mulheres militares**: conquistas e desafios. Curitiba: Appris, 2015.

NEUMANN, I. **Interesses no comando**: a participação feminina nas Forças armadas brasileiras. Curitiba: Appris, 2023.

PRIORE, M. **Mulher, mulheres**: ontem e hoje. (sem ano de publicação) Disponível em: <https://is.gd/DeoXyT> Acesso em: 07 ago. 2024.

PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

PRIORE, M. Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil: 1.500-2000. São Paulo: Planeta, 2020.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, M.; PINSKY, C. B. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022. pp. 578-606.

RIBEIRO, A. F. M.; VIEIRA, A. M. D. P. O ingresso de mulheres nas universidades no Brasil (1940-1980). **Revista Ibero Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, 2023. Disponível em: <https://is.gd/Gc3CTs> Acesso em: 15 mar. 2024.

SOUSA, A. Mulheres entram para história das Forças Armadas e se tornam primeiras combatentes da Marinha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 jul. 2024. Disponível em: <https://is.gd/WyGWty> Acesso em: 07 ago. 2024.

TELLES, M. Maria Quitéria: algo novo na frente da batalha. In: STARLING, Heloísa M.; PELLEGRINO, Antônia (org.). **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. p. 123-142.

VIVAS, F. Em 132 anos de história, STF teve 168 ministros homens e apenas 3 mulheres. **TV Globo**, Brasília, 08 ago. 2023. Disponível em: <https://is.gd/KN2qdJ> Acesso em: 07 ago. 2024.

WESTIN, R. Para lei escolar do Império, meninas tinham menos capacidade intelectual que meninos. **Agência Senado**. Arquivo S, Educação, edição 65, 2020. Disponível em: <https://is.gd/ojTzLs> Acesso em: 07 ago. 2024.

WOLFF, C. S. Amazonas, soldadas, sertanejas, guerrilheiras. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 423-446.

MULHERES ENCARCERADAS: ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO NA REGIÃO NORTE (2018-2024)

Hagda da Cunha¹

Ana Luiza Batista Prata²

Deborah Azevedo Andrade³

INTRODUÇÃO

O encarceramento feminino no Brasil é uma realidade que tem chamado a atenção de estudiosos e especialistas devido ao aumento expressivo da população carcerária feminina nas últimas décadas, revelando não apenas uma expansão do sistema penal, mas também o impacto profundo das políticas de criminalização e das desigualdades estruturais na vida das mulheres. No contexto da região Norte do Brasil, as prisões femininas enfrentam desafios ainda mais acentuados, como a escassez de recursos, a precariedade das infraestruturas, e a ausência de políticas públicas que contemplem as necessidades específicas dessa população, como o cuidado com a maternidade, a saúde reprodutiva, e o enfrentamento de situações de violência de gênero.

Em meio a essa problemática, destaca-se a urgência de discutir alternativas ao modelo tradicional de punição, em especial as práticas restaurativas, que têm como base a promoção do diálogo, a reparação de danos e a reintegração social. Tal alternativa representa um marco significativo para justiça brasileira, quando aplicada de maneira correta e eficaz, tendo em vista que visa criar um espaço de acolhimento e responsabilização que permita à pessoa acusada refletir sobre suas ações e seus impactos, ao mesmo tempo em que oferece às vítimas e à sociedade a possibilidade de participação ativa no processo de resolução de conflitos.

¹ Graduada em Direito (UNIT). CV: <https://lattes.cnpq.br/1811871505992030>

² Graduada em Direito (UNIT). CV: <http://lattes.cnpq.br/2916539462507384>

³ Mestra em Direitos Humanos (UNIT). CV: <http://lattes.cnpq.br/8143149876363861>

Enquanto objetivos específicos tem-se: a) Identificar e analisar as violações dos Direitos Humanos das mulheres no cárcere brasileiro; b) Identificar em relatórios oficiais (nacionais e internacionais) as recomendações e orientações para aplicação de práticas restaurativas e de caminhos para uma política criminal garantista para mulheres no cárcere; c) Analisar e mapear as possíveis experiências de práticas restaurativas nas prisões femininas entre o período de 2018 a 2024, a partir da Resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na Região Norte. Os problemas de partida que norteiam este estudo são diversos e interconectados. Sendo fundamental compreender em que medida as práticas restaurativas podem e foram introduzidas nas prisões femininas da região Norte, tendo em vista as limitações estruturais como um todo.

Ao iniciar o trabalho, será utilizada pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório, por conta da pequena quantidade de material bibliográfico acerca da temática. Sendo assim, serão utilizados ao decorrer do trabalho, teses, dissertações, artigos científicos e legislações que versam sobre a temática. A partir de pesquisa exploratória, foi utilizada no levantamento da Região Norte, para visualização da existência de práticas restaurativas nas prisões femininas, analisando-as nos pontos positivos e negativos e as possibilidades de adequação das práticas em ambientes prisionais. Com base nisso, será feito um levantamento e mapeamento de dados para geração de informações mais precisas sobre a justiça restaurativa e como ela vem sendo aplicada no cárcere feminino, sendo analisadas as práticas, os pontos positivos e negativos e as possibilidades de adequação das práticas em ambientes prisionais.

Acerca do mapeamento, fora baseada na aplicação de formulários com os órgãos responsáveis pelas práticas restaurativas nos presídios femininos, diante do projeto aprovado com bolsa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), em edital de seleção de projetos de iniciação científica e iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação número 01/2023, coordenado pela professora Grasielle Borges Vieira de Carvalho, intitulado “Mulheres nas prisões e práticas restaurativas: mapeamento dessas experiências no sistema penitenciário de 2016 a 2023”.

A justificativa para este estudo reside na necessidade urgente de se repensar o sistema prisional brasileiro, em particular no que tange à realidade das mulheres, contribuindo para a ampliação da discussão sobre alternativas penais. Para a sociedade em geral, este estudo também é altamente relevante, pois propõe caminhos para uma justiça mais inclusiva e transformadora pois a prática restaurativa não tem só o potencial de reduzir os índices de reincidência, como também pode contribuir para a redução da violência e dos conflitos dentro do ambiente prisional, promovendo um ciclo de pacificação que se estende para além dos muros da prisão.

Dessa forma, questiona-se o modelo punitivo vigente e abre-se espaço para a construção de um sistema de justiça que realmente promova a ressocialização, oferecendo às mulheres encarceradas a oportunidade de reconstruir suas vidas de maneira digna e justa, visando preencher uma lacuna tanto teórica quanto prática ao propor uma investigação detalhada das possibilidades e dos desafios de implementar práticas restaurativas no sistema prisional feminino da região Norte entre os anos de 2018 e 2024.

UMA ANÁLISE DO SISTEMA PRISIONAL FEMININO

Embora o encarceramento, em teoria, devesse ser uma medida de última instância, dado o impacto significativo que impõe ao indivíduo, o aumento no número de encarceramento, especialmente entre as mulheres, tem sido notável ao longo dos anos. Diante disso, restou constatado que entre 2000 e 2016, o Departamento Penitenciário Nacional (Brasil, 2018) registrou um crescimento de 656% no número de mulheres encarceradas, em comparação aos dados do início dos anos 2000, quando menos de 6 mil estavam sob custódia no sistema prisional.

É válido destacar que o encarceramento feminino é permeado por inúmeras violações de direitos humanos, tanto no âmbito interno quanto externo, nota-se que a infraestrutura prisional, na maioria das vezes, não considera as especificidades de gênero, conforme apontado pelo ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal Ricardo Lewandowski na apresentação das Regras de Bangkok (Conselho Nacional de Justiça,

2016). Além disso, a escassez de recursos contribui para a precariedade de direitos básicos, como saúde e alimentação (Bandeira, 2018).

Conforme destaca Mariana Barcinski (2012), a entrada dessas mulheres no mundo do crime, especialmente no tráfico de drogas, está relacionada às dificuldades financeiras e à escassez de oportunidades no mercado de trabalho formal, podendo levá-las a buscar fontes de renda alternativas, inclusive se envolvendo em atividades ilegais. Além disso, é importante destacar o envolvimento emocional com parceiros envolvidos em atividades criminosas como um fator influente. Essa situação é ainda mais prevalente entre as mulheres negras, que enfrentam discriminação no mercado de trabalho formal e constituem grande parte da população das comunidades.

A maioria das mulheres inseridas no cárcere são negras e de baixa renda. Analisando dados coletados pelo RELIPEN, é possível traçar um perfil preliminar das mulheres presas no Brasil, em dezembro de 2023 a população carcerária era de 26.876 mulheres, o relatório revela que 9.455 mulheres que perfazem 35,18% das presas têm até 29 anos, que 16.359 são negras ou pardas o que totaliza 60,86% da população carcerária feminina, que 15.028 das mulheres são solteiras totalizando 55,9% e que 10.321 das encarceradas 38,4% têm ensino fundamental incompleto (Brasil, 2023).

No caso das mulheres, a reclusão traz consigo uma série de desafios específicos, sendo possível constatar que existe o sentimento de que a pena se estende para seus filhos, desencadeando como consequência angústia, ansiedade, depressão e revolta (Diwana; Corrêa; Ventura, 2017).

Além disso, ainda há uma maior vulnerabilidade a abusos e a falta de programas que as preparem para a reintegração à sociedade. A análise das práticas restaurativas como uma possível solução para esse cenário torna-se, portanto, de grande relevância para a comunidade, ao passo que possibilita a construção de novos olhares sobre o fenômeno do encarceramento feminino e os modos de lidar com suas consequências.

A justiça restaurativa, por sua vez, não possui um conceito definido, podendo ser compreendida como um procedimento, guiado por princípios e valores que tem por objetivo restaurar pessoas, estimulando paz e

harmonia em suas relações, se caracterizando como um processo, sempre aberto à contribuição, desde que a finalidade seja a mesma: restauração.

Natieli de Angelo (2019) alerta que a observância dos princípios e valores restaurativos tem relevância fundamental, sem a pretensão de universalização ou formalização, mas serve como um referencial para que seja possível averiguar a ocorrência de desvios na implantação da justiça restaurativa que a descaracterizem.

Extrai-se do Art. 2º da Resolução 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os seguintes princípios:

São princípios que orientam a Justiça Restaurativa: a corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade.

De acordo com Cristina Rego de Oliveira (2021, p. 46) são componentes centrais da justiça restaurativa o seu cunho social, participativo ou democrático e reparador, sendo essenciais não somente para definir a justiça restaurativa, mas também para diferenciá-la da racionalidade condutora das dinâmicas fundacionais da justiça penal. Nesse viés, as práticas restaurativas buscam proporcionar meios para que todos os sujeitos envolvidos no conflito possam participar ativamente de seu desfecho, reconhecendo o dano decorrente do conflito e determinando formas de repará-lo, visando a restauração das partes envolvidas.

A Justiça Restaurativa, visa, portanto, romper com o caráter retributivo da pena, devolvendo o conflito para os interessados, com o objetivo de afastar os estereótipos e empenhar-se na busca do diálogo, a fim de conquistar a realização de um acordo que traga satisfação a todos (Cardoso Neto, 2016).

Válido destacar que, no Brasil, uma das práticas restaurativas mais utilizadas são os círculos de construção de paz, mediação vítima-ofensor e as conferências familiares. Os Círculos de Construção de Paz, por sua vez, é a prática mais utilizada no Brasil, neste, conforme ressalta Cristiane Roque e Gabriela Arantes, podem estar presentes

vítimas, ofensores, seus familiares, a comunidade, os operadores do Direito, pois este modelo permite a participação de um maior número de pessoas. Os círculos vêm sendo utilizados em processos de diálogo que envolvem a construção de consenso em questões comunitárias e institucionais, 55 transcendendo o seu emprego a questões relativas a delitos (ALMEIDA; PINHEIRO, 2017).

Em contrapartida, a mediação vítima-ofensor envolve a participação da vítima, do ofensor e de um facilitador, e tem por objetivo a busca por uma reparação, compensação ou restituição para o dano causado pelo delito (ACHUTTI, 2016). É importante ainda ressaltar a existência de outras práticas conhecidas mundialmente, como os serviços comunitários, círculos de sentença e cura, apoio à vítima e os comitês de paz.

A justiça restaurativa deu seus primeiros passos visando os crimes de menor potencial ofensivo. Contudo, em função da multiplicidade de programas e práticas restaurativas e dos objetivos a serem alcançados, verifica-se sua aplicação nos crimes de média e alta gravidade. Para a justiça restaurativa as necessidades das vítimas devem ser atendidas prioritariamente (PIEDADE, 2019, p. 78). Lado outro, quando se tratam das práticas restaurativas, entende-se que vítima e ofensor têm necessidades que devem ser atendidas, pois o privilégio em beneficiar uma das partes acarreta em desigualdades sociais.

Enquanto a justiça retributiva vê o crime como uma violação ao estado, a justiça restaurativa vê o crime como uma violação às relações pessoais, sendo, por esta razão, necessária a aproximação entre vítima, ofensor e comunidade, para que possam reparar o erro, reconciliar e restabelecer a segurança (ZEHR, 2008).

Ao contrário da justiça retributiva, as práticas restaurativas ocasionam a redução da reincidência criminal, a contribuição para a pacificação social ao restaurar vínculos e reintegrar autores do crime à comunidade e a economia de custos em relação ao sistema penal tradicional. As práticas restaurativas nas prisões femininas brasileiras desempenham um papel crucial na busca por um sistema penitenciário mais justo, humano e eficaz, elas oferecem uma abordagem alternativa à punição tradicional,

promovendo a reconciliação e a reparação, em vez de simplesmente focar na retribuição punitiva.

As práticas restaurativas proporcionam um espaço para que as mulheres encarceradas expressem suas experiências, traumas e necessidades, contribuindo para o fortalecimento emocional e psicológico das detentas, oferecendo-lhes uma oportunidade de cura e reconstrução de suas vidas. O foco na resolução de conflitos ocasiona impactos positivos na reintegração social das mulheres após o cumprimento de suas penas.

No Brasil, a Justiça Restaurativa não foi implementada como um modelo substituto ao sistema tradicional de justiça punitiva. Na prática, ela incorpora de forma tímida técnicas restaurativas com o objetivo de promover uma cultura de paz (MIRANDA; LOPES, 2019) os círculos realizados com mulheres em uma penitenciária feminina visam incentivar a reflexão e a conscientização sobre os assuntos abordados. Dessa forma, busca-se criar um espaço de diálogo que contribua para o empoderamento das mulheres diante das violências que sofrem e praticam no ambiente prisional.

As consequências da Justiça Restaurativa podem ser benéficas tanto para a vítima quanto para o ofensor, sem que um precise anular o outro. É preciso destacar que o foco da justiça restaurativa está nos danos e consequentes necessidades de todos os envolvidos no conflito: vítima, ofensor e comunidade, garantir o respeito aos direitos das vítimas não significa diminuir os direitos do agente causador da infração delituosa.

A promoção da justiça restaurativa no sistema prisional feminino não deve ser vista apenas como uma alternativa ao encarceramento, mas como um movimento em direção a um sistema de justiça mais holístico e humano. A implementação dessas práticas requer uma mudança cultural profunda dentro do sistema penal, onde a ênfase se desloca da punição para a reparação e a reintegração.

A adoção de práticas restaurativas nas prisões femininas representa um passo fundamental em direção a um sistema penitenciário mais justo e humano. A partir do reconhecimento das especificidades de gênero e da promoção do diálogo, é possível não apenas restaurar as relações rompidas, mas também oferecer às mulheres encarceradas

a oportunidade de reconstruir suas vidas de maneira digna e respeitosa. Ao abordar as causas e consequências do encarceramento sob uma nova perspectiva, a justiça restaurativa pode efetivamente contribuir para a redução da reincidência e a promoção de uma cultura de paz, beneficiando não apenas as mulheres encarceradas, mas também suas famílias e a sociedade como um todo.

MAPEAMENTO DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA REGIÃO NORTE

Realizou-se um mapeamento nos sete estados da Região Norte do país em relação a utilização de práticas restaurativas nas unidades prisionais femininas. Os estados do Acre e Rondônia estão em fase de implementação das práticas restaurativas, nos estados do Pará e Amapá existe a realização de práticas restaurativas dentro das unidades prisionais femininas, entretanto em Tocantins não foi possível obter informações em sites institucionais e não obtivemos retorno através de e-mails enviados, e os estados do Amazonas e Roraima informaram que não possuem aplicação de práticas restaurativas nem previsão de implantação.

De acordo com informações coletadas no estado do Acre, por meio da Vara de Execuções Penais e Alternativas do Acre em resposta a e-mail enviado, ainda não ocorre a aplicação de Práticas Restaurativas no presente estado, entretanto está em construção um projeto para aplicação da mesma, com previsão no cronograma do Plano de ação do núcleo de justiça restaurativa do Acre, com implantação prevista ainda para o ano de 2024 (TJAC, 2024).

O projeto que está sendo desenvolvido irá implementar os Círculos de Construção de Paz no Presídio Feminino do Rio Branco no Acre, o público alvo do projeto são as reeducandas que estão na iminência de receber a liberdade e retornar ao convívio com a sociedade, este projeto é desenvolvido em parceria da administração penitenciária do estado e o tribunal de justiça do Acre (Silva, 2023).

As informações sobre Rondônia são provenientes dos sites oficiais do Tribunal de Justiça e da Secretaria de Estado e Justiça do presente

estado, a parceria estabelecida entre esses dois órgãos tem como objetivo a introdução das práticas restaurativas no sistema penitenciário, em duas unidades prisionais inicialmente sendo uma masculina e uma feminina. Na unidade prisional feminina, que é a base do nosso estudo, será aplicado o método de Círculo de Construção de Paz, com uma abordagem preventiva, sua conclusão está prevista para 2025. O principal objetivo deste projeto é a restauração e a redução de conflitos, oferecendo a detenta uma nova perspectiva sobre situações conflituosas, permitindo assim que os fatores geradores de delitos sejam tratados de maneira diferente, com vistas a sua minimização (IJRO, 2024).

Com base nas informações coletadas no estado do Amapá por meio do Instituto de Administração Penitenciária do estado, em resposta a e-mail enviado, obtivemos as seguintes informações sobre a aplicação de Justiça Restaurativa no estado do Amapá, as práticas estão em vigor desde março de 2016, em colaboração do Tribunal do Estado Amapá, o Ministério Público, a Defensoria do Estado e da Igreja Universal do Reino de Deus. Após a criação do Núcleo de Mediação, Conciliação e Práticas Restaurativas, os servidores e os indivíduos privados de liberdade beneficiam-se das práticas, as quais podem ser: Círculos de diálogo, de Construção de Paz, vítima-ofensor, de forma preventiva esses círculos são realizados com as temáticas de autorresponsabilidade, comunicação não violenta, inteligência emocional, família, sendo as mesmas aplicadas de acordo com os casos e a necessidade de aplicação (IAPEN, 2024).

Por outro lado, o Núcleo de Justiça Restaurativa encontrou alguns obstáculos na implantação da Justiça Restaurativa no Amapá, especialmente devido à cultura punitivista que prevalecia até então como uma forma de reeducação pelo sistema penitenciário. Isso resultou em uma certa resistência por parte dos servidores em aceitar a abordagem pacificadora para a resolução dos conflitos. Além disso, havia a limitação estrutural para acolher essa prática e a recusa inicial das internas. Entretanto, após a compreensão e a experimentação, as práticas passaram a ser bem acolhidas tanto pelos servidores quanto pelas internas, as quais se mostraram dispostas, se voluntariaram e solicitaram a realização de

mais círculos. Em 2023, ocorreram 280 atendimentos com as internas das unidades prisionais femininas (IAPEN, 2024).

Em relação às informações referentes ao estado do Pará, as mesmas foram obtidas através dos sites oficiais do Tribunal de Justiça. As práticas desenvolvidas no presente estado estão atuando tanto nos processos judiciais quanto nas comunidades. No Centro de Recuperação Feminino, é desenvolvido o Projeto Caminho de Casa, o qual é voltado para as mulheres em situação de encarceramento que estão finalizando suas penas. O objetivo de tal ação é facilitar e proporcionar um retorno para casa mais harmonioso, mais pacífico buscando reduzir as situações de conflitos por meio do diálogo (TJPA, 2024).

As mulheres em cumprimento de pena que estão próximas da progressão de regime são acolhidas pelo Projeto Caminho de Casa, elas participam de Círculos de Construção de Paz, que objetivam responsabilizar os atos e fortalecer os vínculos com a família, a sociedade e a comunidade, com o intuito de efetivar uma inclusão social e ressocialização dessas mulheres (TJPA, 2024).

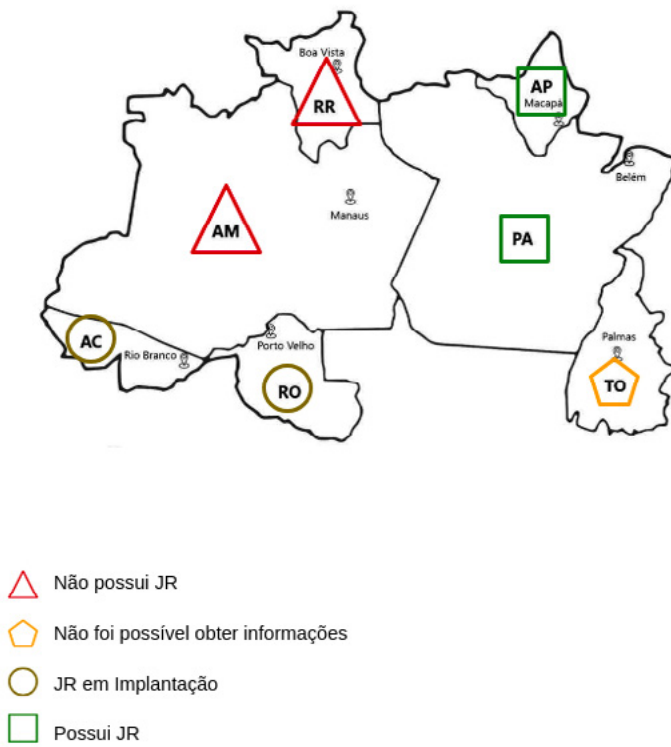
De acordo com as informações disponíveis no site do TJPA, o projeto está sendo implementado inicialmente nas comarcas de Belém e Santarém onde executam-se Círculos de Construção de Paz voltado para mulheres na fase final de sua pena privativa de liberdade. Essa iniciativa atende a resolução nº 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, e resulta de uma colaboração entre o Tribunal de Justiça do Pará e a Universidade do Oeste do Pará, por intermédio da Coordenadoria de Justiça Restaurativa, da Vara de Execução da Comarca de Santarém e da Secretaria de Estado e de Administração Penitenciária (TJPA, 2024).

Os dados de Roraima e do Amazonas foram obtidos por meio de resposta a e-mails enviados ao núcleo de Justiça Restaurativa dos estados, e em ambos não possuem implantação da Justiça Restaurativa por meio de práticas como Círculos de Construção de Paz nas Unidades Prisionais femininas.

Ademais, em relação ao estado do Tocantins não obtivemos retorno via e-mail, nem foi possível coletar em seus sites institucionais dados

sobre a aplicação de Práticas Restaurativas no presente estado devido a inexistência de matérias e dados sobre a temática.

Figura 1: Mapeamento das práticas restaurativas da região Norte do Brasil.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme podemos observar, apenas em dois estados há destaque na aplicação de práticas restaurativas nas unidades prisionais femininas. Em outros dois estados, as práticas estão sendo implantadas, enquanto em outros dois estados não há nenhuma prática em desenvolvimento ou em uso. Além disso, em um estado não conseguimos reunir informações, uma vez que não recebemos respostas aos e-mails enviados

e não encontramos dados disponíveis em seus sites oficiais. A seguir apresentamos um resumo sobre os resultados obtidos.

O estado do Acre informou, por meio de e-mail, que a implementação da Justiça Restaurativa nas unidades prisionais femininas está em desenvolvimento com a construção do projeto com respaldo e previsão no Plano de Ação do Núcleo de Justiça Restaurativa do Acre, com finalização prevista ainda para 2024 (TJAC, 2024).

Da mesma forma, em Rondônia, segundo informações disponíveis nos sites institucionais, o projeto de implementação da Justiça Restaurativa está em andamento, com término previsto para 2025, com a utilização de Círculos de Construção de Paz, o projeto tem por objetivo a restauração e a consequente minimização de conflitos (TJRO, 2024).

Conforme dados obtidos por meio de ofício, em resposta ao questionário enviado por e-mail, no Amapá, o Núcleo de Justiça Restaurativa enfrentou alguns desafios na implementação nas unidades devido diversos fatores, como resistência dos servidores influenciada por uma cultura punitivista, déficit estrutural para acolher as práticas e a recusa inicial das internas. No entanto, após a compreensão das metodologias aplicadas, as mesmas foram bem recepcionadas tanto pelos servidores quanto pelas internas. A Justiça Restaurativa neste estado é aplicada nas unidades prisionais femininas, utilizando-se das metodologias de Círculos de Construção de Paz, Círculo vítima-ofensor e Círculo de Diálogo adaptando-se às necessidades de cada caso (IAPEN, 2024).

Além disso, no Pará, os dados foram coletados através dos sites institucionais, o projeto Caminho de Casa é o meio utilizado para propagar a prática restaurativa nas unidades prisionais femininas do estado. Neste programa, as mulheres que estão prestes a progredir de regime participam dos Círculos de Construção de Paz, com o intuito de fortalecer os laços familiares, sociais e comunitários. As atividades do projeto ocorrem nas comarcas de Santarém e Belém (TJPA, 2024).

Em conclusão, observa-se uma variação significativa na adoção das práticas restaurativas nas unidades prisionais femininas dos estados analisados. Enquanto Acre e Rondônia estão em fase de implementação dessas práticas, com projetos estruturados e prazos definidos, outros esta-

dos como Amapá já superaram desafios iniciais e apresentam resultados positivos com a aceitação das metodologias aplicadas. O Pará, por sua vez, destaca-se pelo projeto Caminho de Casa, que foca na reintegração das internas em regimes de progressão. Essa diversidade de estágios evidencia tanto o potencial das práticas restaurativas quanto os obstáculos que ainda precisam ser superados para sua consolidação em todo o país.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, D. **Justiça Restaurativa e abolicionismo penal**: contribuições para um novo modelo de administração de conflitos no Brasil. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ALMEIDA, C. R.; PINHEIRO, G. A. Justiça Restaurativa como prática de resolução de conflitos. **Revista Desafios**, Palmas, v. 04, n. 04, 2017.

ANGELO, Natieli Giorisatto de. **Por uma justiça restaurativa da libertação**. Dissertação (Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais), Programa de Pós - Graduação em Direito - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2019.

BANDEIRA, R. **Presídios femininos**: o descaso com saúde e alimentação de grávidas e crianças. Conselho Nacional de Justiça, 01 de março de 2018. Disponível em: <<https://is.gd/N5MB78>>. Acesso em: 10 out. 2024.

BARCINSKI, M. **Mulheres no tráfico de drogas**: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina. Contextos Clínic, São Leopoldo, v. 5, n. 1, p. 52-61, jul. 2012. Disponível em: < <https://is.gd/VThAwJ>>. Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Mulheres**, 2ª edição. Disponível em: < <https://is.gd/YfrDX3>>. Acesso em: 5 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Secretaria Nacional de Políticas Penais. Relatório de Informações Penais: RELIPEN**, 15ºCiclo. Disponível em: < <https://is.gd/nrQCNB>>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CARDOSO NETO, Vilobaldo. **Potencialidades e impasses para a incorporação da Justiça Restaurativa no Brasil**. 159 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Tiradentes, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Regras de Bangkok**: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Brasília: CNJ, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução no 225, de 31 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <https://is.gd/Sw7IWj>. Acesso em: 5 out. 2024.

DIUANA, Vilma; CORRÊA, Marilena C. D. V; VENTURA, Miriam. **Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 727-747, jul. 2017.

MIRANDA, D. M.; LOPES, D. F. **Do ciclo do crime ao círculo de paz: a aplicabilidade dos círculos restaurativos em unidades prisionais.** Vertentes do Direito. 2019. Vol. 06, n. 1. ISSN nº 2350106. 2019.

PIEIDADE, Fernando Oliveira. **Caminhos para uma execução restaurativa.** 220f. TESE. Doutorado em Direito. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019. Disponível em <<https://is.gd/UXTix2>>. Acesso em: 05 out. 2024.

OLIVEIRA, Cristina Rego de. **Rupturas ou continuidades na administração do conflito penal? Os protagonistas e os processos de institucionalização da justiça restaurativa em Portugal e no Brasil.** 541 p. Tese (Doutorado em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI) - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, Portugal, 2020.

SILVA, V. V. **Práticas restaurativas em prisões: por um novo paradigma de política criminal no Brasil.** 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Universidade Tiradentes, Aracaju, 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Justiça Restaurativa aplica círculos de construção de paz no IFPA.** Disponível em: <<https://is.gd/S8mESR>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Justiça Restaurativa apresentará o projeto Caminho de Casa.** Disponível em: <<https://is.gd/oAAllw>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. **Justiça Restaurativa oferece curso para formar facilitadores.** Disponível em: <<https://is.gd/usE6iS>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Judiciário e Secretaria de Justiça estabelecem parceria para implementar Justiça Restaurativa no Sistema Prisional de Rondônia.** Disponível em: <<https://is.gd/DHBUB4>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

ZEHR, H. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

SAÚDE DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE EM REGIME FECHADO NA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL

Ítalo Souza Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

A população de mulheres privadas de liberdade está exposta a diversos fatores de riscos à saúde pela condição social em que se encontram. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) preconiza que a assistência à saúde deve ser ofertada a todas as mulheres com ênfase em suas necessidades, independentemente do grupo social em que se encontram, com foco na promoção e prevenção das doenças mais prevalentes nesse grupo.¹

A humanização da assistência em saúde requer reflexão contínua dos profissionais acerca do conhecimento de si para que possa entender o problema do outro sem impor valores, opiniões ou decisões, para que se possa oferecer uma assistência de qualidade e humanizada.¹

O Brasil possui a 4ª maior população carcerária feminina do mundo, o Distrito Federal tem a 17ª maior população prisional feminina do país. No Distrito Federal entre os anos de 2007 e 2014 houve um aumento de 77% da população carcerária feminina. Esse aumento das mulheres privadas de liberdade vai de encontro à precariedade da assistência de saúde prestada a essas mulheres que geralmente são negras, com baixa renda e escolaridade.²

As Doenças Crônicas não Transmissíveis (DCNT) são as principais causas de morte e internação no Distrito Federal principalmente nas populações com baixa renda e escolaridade. Dentre essas doenças encontram-se os cânceres de Colo do Útero e de Mama.³

O câncer de Colo do Útero ou de Mama ocorre devido a uma replicação anormal e desordenada das células epiteliais do respectivo órgão,

¹ Especialização em Enfermagem na Saúde Pública com Ênfase em Vigilância em Saúde (FAHOL). Professor (Faculdade Mauá - GO). Enfermeiro (NVEH e SCIH). CV: <http://lattes.cnpq.br/1766531381063767>

devido a alterações genéticas ou exposições ambientais, ocasionando crescimento anormal ou morte celular, o que origina o tumor, podendo invadir estruturas ou órgãos próximos ou distantes.⁴

O Câncer de Mama é o câncer que mais mata mulheres no Distrito Federal e o de Colo do Útero está na 4ª posição. A faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde para realização da busca ativa para prevenção e detecção precoce do câncer de mama é dos 50 aos 69 anos, e para o de útero é dos 25 aos 64 anos.^(5,4)

Portanto, devido ao aumento da população carcerária feminina, e do alto índice de morbimortalidade relacionadas ao Câncer de Colo do Útero e de Mama em mulheres no Distrito Federal, e de acordo com a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher, mostrou-se necessário a investigação acerca da assistência prestada às mulheres privadas de liberdade no Sistema Penitenciário Feminino do Distrito Federal, e se as políticas públicas de prevenção dessas doenças estão acessíveis a toda essa população e se é feita de forma adequada, independentemente da condição social a que se encontram.^(3,6)

Objetivou-se neste estudo conhecer as ações assistenciais implementadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PPDF) voltadas à promoção, prevenção e diagnóstico precoce dos cânceres de Mama e de Colo do Útero, e Infecções Sexualmente Transmissíveis; e identificar a incidência e o conhecimento das mulheres privadas de liberdade na PPDF a cerca dessas patologias.

DESENVOLVIMENTO

A análise do material empírico resultante da transcrição das entrevistas resultou em três categorias: conhecimento de como ocorre a prestação da assistência dentro da unidade prisional, perfil epidemiológico da população carcerária e a percepção dessas mulheres acerca da prevenção, proteção e recuperação da saúde em relação ao câncer de colo do útero, câncer de mama e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's).

Em relação à prestação da assistência à saúde, a gestora da unidade de saúde prisional informou que não há equipes de saúde disponíveis de forma integral para prestação de assistência à saúde dessas mulheres, pois a oferta do serviço é de atenção primária, sendo assim, as equipes de saúde estão disponíveis em horários comerciais da seguinte forma:

uma equipe que funciona das 08 às 17 horas, e outra das 07 às 19 horas, de segunda à sexta-feira. Em casos emergenciais são acionados o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) ou Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Os profissionais que compõem a equipe de saúde estão distribuídos da seguinte forma: enfermeiros, técnicos de enfermagem, médico, psiquiatra, psicólogo, dentista, técnico de higiene dental, assistente social e técnico administrativo e desenvolvem educação em saúde mensalmente com as mulheres, em locais próprios para a realização dessas atividades.

Outra atividade desenvolvida é a busca ativa para rastreamento de Infecção Sexualmente Transmissível, câncer de colo do útero e de mama, especificamente em dois momentos: primeiro, na admissão da mulher ao sistema penitenciário; segundo, de acordo com solicitação da interna e/ou segundo os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Caso ocorra a identificação de alguma interna com câncer de colo do útero ou de mama em qualquer dos estágios neoplásicos, o acompanhamento e tratamento ocorrem no hospital de referência, Instituto Hospital de Base.

Se houver o diagnóstico de acometimento por Infecção Sexualmente Transmissível o acompanhamento e tratamento ocorrem nas dependências da PFDF.

Não há locais específicos para atendimentos de urgência/emergência caso necessitem, ocorre apenas estabilização da paciente enquanto aguarda o SAMU ou Corpo de Bombeiros para transporte da paciente.

Segundo a gestora, já houve casos de mulheres diagnosticadas com câncer de colo do útero e de mama, onde se procedeu ao tratamento no hospital de referência e que, dependendo do caso, é concedido à mulher o benefício da Prisão Domiciliar Humanitária (PDH).

Em relação ao perfil epidemiológico das mulheres privadas de liberdade na PFDF, tem o que se segue:

Tabela 1.: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE NA PFDF		
VARIÁVEL	Nº (35)	%
Idade		
18-25 anos	3	8,6
26-35 anos	13	37,1
36-45 anos	10	28,6
46-55 anos	7	20
>/= 56 anos	2	5,7
Raça/cor		

Tabela 1.:PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE NA PFDF		
VARIÁVEL	Nº (35)	%
Amarrela	4	11,4
Branca	6	17,1
Parda	20	57,1
Preta	5	14,3
Estado Civil		
Solteira	26	74,3
Casada	5	14,3
Divorciada	1	2,8
Viúva	3	8,6
Filhos		
Sim	31	88,6
Não	4	11,4
Tempo de privação da liberdade		
1-5 anos	29	82,8
6-10 anos	5	14,3
11-15 anos	1	2

Fonte: dados da pesquisa.

Já em relação à frequência com que essas mulheres recebem atendimento de um profissional de saúde da PFDF e ao conhecimento que ela tem acerca do processo saúde/doença em relação ao tema abordado, está distribuído da seguinte forma:

Tabela 2.:Frequência de atendimento de saúde / conhecimento processo saúde/doença		
Frequência que recebe atendimento de um profissional de saúde PFDF	Nº (35)	%
Nunca	1	2,86
1 vez ao ano	9	25,7
6-6 meses	14	40
3-3 meses	7	20
Mensal	4	11,43
Sabe o que é Câncer de colo do útero?		
Sim	29	82,8
Não	6	17,2
Sabe o que é Câncer de mama?		
Sim	32	91,4
Não	3	8,6
Sabe o que é Infecção Sexualmente Transmissível (IST)?		
Sim	34	97,1
Não	1	2,9

Fonte: dados da pesquisa.

Acerca da ocorrência de câncer de colo do útero ou de mama, tem-se o que segue:

Tabela 3.:Ocorrência de casos de Câncer de Colo do Útero ou Mama		
VARIÁVEL	Nº (35)	%
Realização de preventivo em algum momento da vida		
Sim	33	94,3
Não	2	5,7
Resultado do exame sugestivo de câncer de colo do útero		
Positivo	2	5,7

Tabela 3.:Ocorrência de casos de Câncer de Colo do Útero ou Mama		
VARIÁVEL	Nº (35)	%
Negativo	31	88,6
Frequência de realização preventivo PFDF		
Nunca	11	31,4
Apenas 1 vez	10	28,6
Anual	14	40
Sabe realizar o autoexame para identificar alteração na mama		
Sim	26	74,3
Não	9	25,7
Realização do Exame de mamografia		
Sim	16	45,7
Não	19	54,3
História familiar de Câncer de colo do útero		
Sim	5	14,3
Não	30	85,7
História familiar de Câncer de mama		
Sim	4	11,4
Não	31	88,6

Fonte: dados da pesquisa.

Sobre o comportamento sexual dessas mulheres e informações acerca do acometimento por alguma Infecção Sexualmente Transmissível:

Tabela 4.:Comportamento sexual e incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis		
VARIÁVEL	Nº (35)	%
Recebe visita íntima		
Sim	1	3,1
Não	34	96,9
Relação íntima amorosa com outra mulher privada de liberdade		
Sim	6	17,2
Não	29	82,8
Uso de preservativo dentro ou fora da PFDF		
Sim	19	54,3
Não	16	45,7
Diagnosticada com alguma IST após ser presa		
Sim	2	5,7
Não	33	94,3
Diagnosticada com alguma IST em algum momento da vida		
Sim	3	8,8
Não	32	91,2

Fonte: dados da pesquisa.

Em consonância com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), a PFDF instituiu programas de atenção básica conjuntamente com programas de referência e contra referência para que se possa prestar uma assistência de qualidade e resolutiva.¹

O perfil da mulher privada de liberdade na PFDF não segue o perfil nacional predominante no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres, sendo que a maior parte delas possuem idades entre 26-35 anos, predominância de mulheres que se

auto declararam pardas, solteiras, com média de 3 filhos por mulher, e com tempo de reclusão na data do questionário entre 1-5 anos.²

O fato dessas mulheres, em sua maioria, estarem em idade reprodutiva, serem solteiras, e com média de 3 filhos, pode estar refletindo o explicitado na PNAISM, que afirma que as mulheres frequentemente, mais do que os homens, costumam serem abandonadas pelo companheiro após serem presas, o que pode refletir no fato de a grande maioria, cerca de 88%, serem mães solteiras.¹

O conhecimento dessas mulheres acerca do processo saúde/doença demonstra-se satisfatório, cerca de 90% delas tem conhecimento do que seja o câncer de colo do útero, câncer de mama, e Infecção Sexualmente Transmissível. Tal dado é importante devido que só é possível uma prevenção e diagnóstico precoce do acometimento por essas doenças quando há o conhecimento do paciente acerca da alteração do padrão normal de funcionamento de determinado órgão.³

Esse conhecimento acerca do processo saúde/doença reflete na adesão dessas mulheres aos exames de rastreamento dessas patologias. 5,7% dessas mulheres nunca realizaram o exame de citopatologia oncológica (preventivo) para rastreamento do câncer de colo do útero. 25,7% não sabem realizar o autoexame para verificar alterações anormais na mama. 31,4% dessas mulheres nunca realizaram o exame de citopatologia oncológica após serem presas.

As condições de saúde devem ser analisadas principalmente no que concerne às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), 5,7% das presas relatam que contraíram alguma IST após serem presas, sendo um dos agentes etiológicos a Sífilis e os outros desconhecidos por elas. Deve-se verificar constantemente a situação de saúde das que relataram já terem contraído alguma IST em algum momento da vida, que corresponde a 8,6% delas, sendo os principais agentes etiológicos a Sífilis, HPV, e HIV. Segundo a PNAISM, 76,1% das mulheres relatam terem algum problema relacionado à saúde sexual.¹

Ao verificar a incidência de acometimento por HPV e outras IST por essas mulheres antes de serem presas, mostra-se imprescindível ações de controle e a realização de busca ativa de possíveis complicações

ocasionadas por elas, levando em conta que 25,7% das mulheres entrevistadas tem história familiar de câncer de colo de útero ou de mama em parentes de primeiro grau, principalmente maternos, tendo em vista que o vírus do HPV é o principal precursor do câncer de colo do útero.⁴

Há ainda queixas acerca da demora, e muitas vezes, falta de atenção, das equipes de saúde em atenderem suas demandas. Algumas delas relataram ter massas palpáveis na região da mama, indolores, fixos, e que não tiveram a atenção, segundo elas, necessária, do profissional de saúde; outra participante da pesquisa queixava-se acerca da eliminação de secreção de aspecto esverdeado de ambos os seios e que sentia dores constantes, e que já havia solicitado o serviço de saúde e que há meses aguardava o atendimento.

Por mais que o sistema de saúde PFDF encontra-se organizado e buscando atender da melhor forma possível a demanda das mulheres privadas de liberdade, há o reflexo da assistência à saúde nacional, ou seja, há ainda barreiras a serem transpostas para que se possa efetivar uma atenção de qualidade a essas mulheres de acordo com a PNAISM e a Portaria Interministerial 1.777, de 9 de setembro de 2003, que instituiu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

CONSIDERAÇÕES

Portanto, a educação em saúde deve ser o foco principal nas ações dos profissionais de saúde na PFDF com o objetivo de prevenir, rastrear precocemente o acometimento pelo câncer de colo do útero, câncer de mama ou alguma Infecção Sexualmente Transmissível, e obter uma maior adesão dessas mulheres aos exames de rastreamento precoce e tratamento das enfermidades.

E por mais que seja satisfatória quantidade de mulheres que tenham conhecimento acerca dessas patologias, ainda há uma parcela dessa população que desconhecem o processo saúde/doença dos cânceres que mais matam mulheres no Distrito Federal.

A atenção oferecida a essas mulheres tem-se mostrado eficaz, mas necessita investir maiores recursos em ações de atenção primária, com

o objetivo de melhorar a prestação da assistência e empoderar essas mulheres acerca do conhecimento do processo saúde/doença do câncer de colo do útero, de mama e das IST's, para que elas possam ser uma usuária ativa do sistema de saúde, contribuindo tanto para sua saúde quanto para a saúde de pessoas próximas a ela.¹

Faz-se necessário realizar busca ativa com enfoque maior voltado às mulheres com histórico familiar de câncer de colo de útero ou de mama, principalmente nas que se encontram na faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde para rastreamento, que é maioria na PFDF, e das que tem sintomas ou já foram diagnosticadas com o vírus do HPV, sendo uma das formas mais eficazes para diminuir a incidência de mulheres que são acometidas pelos cânceres ou que possa ter complicações decorrentes do acometimento por essas patologias.⁴

Assim, a assistência à saúde deve ser prestada com equidade, eficiência e qualidade a todas as mulheres, independentemente da situação social em que se encontra. O respeito à vida, o direito à saúde, e o cuidado com o próximo devem nortear todas as ações de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

- Brasil. Ministério da Saúde. (2004). *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher*. Brasília: MS.
- Ministério da Justiça e Segurança Pública. (2018). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciária INFOPEN Mulheres*. Brasília: MS.
- Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. (2017). *Informativo Epidemiológico da Morbidade, fatores de risco e de proteção das doenças crônicas não transmissíveis no Distrito Federal*. Brasília: SES/DF.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2013). *Caderno de Atenção Básica, Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama*. Brasília: MS.
- Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. (30 de Outubro de 2018). *Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - Notícias*. Acesso em 12 de Agosto de 2019, disponível em Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal: <https://is.gd/sh73lV>
- Silva, E. F., & Ribeiro, E. R. (2013). Atenção à Saúde da Mulher em Situação Prisional. *Saúde e Desenvolvimento*, 168.

ANÁLISE DOS CONDICIONANTES E DETERMINANTES DA HEMORRAGIA PÓS-PARTO NA SAÚDE MATERNA

Alendiana da Silva Santos¹

Grethe Berger Heitmann²

Tatiana Rodrigues do Amaral³

Edson Theodoro dos Santos Neto⁴

INTRODUÇÃO

A Hemorragia Pós-Parto (HPP) é uma emergência obstétrica, apontada como a principal causa de morbimortalidade materna no mundo e a segunda no Brasil (COUTO, 2021; ALVES *et al.*, 2020; HOLCROFT *et al.*, 2024). Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) em 2018, a definição clássica da HPP envolve o volume de sangue perdido nas primeiras 24 horas após o parto, considerando-se mais de 500 mL no parto vaginal e mais de 1.000 mL na cesariana. Uma outra definição para HPP engloba a perda de qualquer quantidade de sangue pelo trato genital que possa ocasionar uma instabilidade hemodinâmica (FEBRASGO, 2021). A HPP pode ser classificada como precoce, quando ocorre nas primeiras 24 horas pós-parto, e secundária ou tardia, quando ocorre entre 24 horas e 12 semanas após o parto (COUTO, 2021).

Quando o volume de sangue perdido é superior a 1000 mL, a HPP é classificada como grave. A incidência de HPP é variável na literatura, mas acredita-se que esteja presente em 1 a 10% de todos os partos, podendo variar de acordo com a região geográfica e o local do parto

¹ Mestranda em Saúde Coletiva (UFES). Fisioterapeuta (HUCAM).

CV: <http://lattes.cnpq.br/3359813795531314>

² Doutoranda em Medicina Clínica (University of Oslo). Médica. Anestesista do Østfold Hospital Trust Noruega. CV: <http://lattes.cnpq.br/2500532869839839>

³ Doutoranda em Saúde Coletiva (UFES). Enfermeira (EBSERH).

CV: <http://lattes.cnpq.br/7146745726011434>

⁴ Doutor em Epidemiologia e Saúde Pública (FIOCRUZ). Professor do Departamento de Medicina Social da (UFES). CV: <http://lattes.cnpq.br/4174239480596334>

(SHELDON *et al.*, 2014; BRILEY *et al.*, 2014; BOROVAC-PINHEIRO *et al.*, 2018; BOROVAC-PINHEIRO *et al.*, 2021).

As principais causas de HPP são atonia uterina, acretismo placentário ou restos intracavitários, inversão uterina, lacerações e hematomas no trajeto do canal do parto e os distúrbios de coagulação congênitos ou adquiridos (BARROS *et al.*, 2021). As causas de HPP podem ser resumidas na regra dos quatro “T”: tônus, trauma, tecido e trombina. Assim, torna-se imperativa a pesquisa de atonia uterina (Tônus), de lacerações, de hematomas, de inversão ou rotura uterina (Trauma), de restos placentários retidos ou de acretismo (Tecido) e de coagulopatias (Trombina) nas parturientes (EVERSEN *et al.*, 2017).

Dentre os principais fatores de riscos para HPP, encontramos a anemia, as síndromes hipertensivas, a placenta prévia ou de inserção baixa, o hemograma com plaquetas $< 100.000/\text{mm}^3$, a presença de sangramento ativo na admissão, as coagulopatias, o uso de anticoagulantes, o descolamento prematuro da placenta, o acretismo placentário, o sobrepeso e a obesidade (BLOMBERG, 2011; FEBRASGO, 2020; ALVES, 2020). A identificação destes fatores, tanto no pré-natal quanto na assistência ao parto, é essencial para a redução da incidência da morbimortalidade materna e deve ser realizado através de uma avaliação minuciosa da gestante durante todo o período gestacional, permanecendo ao menos até o período de trabalho de parto, por meio de uma anamnese cuidadosa que abranja informações de seus antecedentes ginecobstétricos, o histórico de morbidades e o uso de medicamentos (OPASa, 2018; FEBRASGO, 2021).

A Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) (2021) sugere uma estratificação de risco que classifica as gestantes em baixo risco, médio risco e alto risco para HPP, com recomendações assistenciais de cuidados diferenciados para cada classificação, como vemos na **Tabela 1** a seguir.

Tabela 1. Estratificação de risco para HPP e recomendações assistenciais

RISCOS	CARACTERÍSTICAS	RECOMENDAÇÕES ASSISTENCIAIS
BAIXO	<ul style="list-style-type: none">• Ausência de cicatriz uterina• Gravidez única Três partos vaginais prévios ou menos• Ausência de distúrbio de coagulação• Sem história de HPP	<ul style="list-style-type: none">• Manejo ativo do terceiro estágio*• Observação rigorosa por uma a duas horas em local adequado**• Estimular presença do acompanhante para ajudar a detectar sinais de alerta
MÉDIO	<ul style="list-style-type: none">• Cesarianas ou cirurgia uterina prévia• Pré-eclâmpsia leve• Hipertensão gestacional leve• Hiperdistensão uterina (gestação múltipla, polidrâmnio, macrosomia fetal)• Quatro partos vaginais ou mais• Coriocamionite• História prévia de atonia uterina ou hemorragia obstétrica• Obesidade materna (índice de massa corporal > 35 kg/m2)• Indução de parto	<ul style="list-style-type: none">• Manejo ativo do terceiro estágio*• Observação rigorosa por uma a duas horas em local adequado**• Estimular presença do acompanhante para ajudar a detectar sinais de alerta• Hemograma• Avaliar acesso venoso periférico (Jelco 16G)• Tipagem sanguínea Identificação do risco da paciente
ALTO	<ul style="list-style-type: none">• Placenta prévia ou de inserção baixa• Pré-eclâmpsia grave• Hematócrito inferior a 30% + fatores de risco• Plaquetas < 100.000/mm3• Sangramento ativo à admissão• Coagulopatias• Uso de anticoagulantes• DPP• Placentação anômala (acretismo)• Presença de dois ou mais fatores de médio risco	<ul style="list-style-type: none">• Manejo ativo do terceiro estágio*• Observação rigorosa por uma a duas horas em local adequado**• Estimular presença do acompanhante para ajudar a detectar sinais de alerta• Hemograma• Acesso venoso periférico (Jelco 16G)• Tipagem sanguínea Identificação do risco da paciente• Prova cruzada• Reserva de sangue (concentrado de hemácias)***

* Manejo ativo do terceiro estágio envolve o uso de uterotônico, preferencialmente a ocitocina (10 IU IM) imediatamente após todos os partos, incluindo partos via cesárea, clampeamento tardio do cordão umbilical (1-3 minutos após o nascimento), tração controlada do cordão para a expulsão da placenta, massagem do fundo uterino, avaliação regular e frequente do tônus uterino pela palpação do fundo uterino após a expulsão da placenta.

** Não encaminhar pacientes de médio e alto riscos a enfermarias ou quartos que ofereça apenas vigilância do risco habitual.

*** Reservar outros hemocomponentes de acordo com a necessidade específica do caso.
Fonte: Adaptado da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO). Hemorragia pós-parto. São Paulo: FEBRASGO; 2021.

A HPP está associada de forma significativa ao surgimento de complicações na saúde da mulher que inclui: anemia, disfunções de múltiplos órgãos como a insuficiência renal e hepática, distúrbios de coagulação, choque hipovolêmico, necessidade de transfusão sanguínea e até em casos mais graves a realização de histerectomia (ROCHA *et al.*, 2014; SHELDON *et al.*, 2014; GREEN *et al.*, 2016; CORREA *et al.*, 2023).

O tratamento de HPP pode ser dividido em três categorias: o manejo definitivo, que consiste em abordagens destinadas a eliminar a causa da hemorragia; a ressuscitação volêmica, que visa melhorar a perfu-

são tecidual; e o manejo temporário, que envolve intervenções para evitar a perda de sangue enquanto se investiga a causa e se inicia o manejo definitivo. As opções de tratamento dependem das disponíveis no momento.

Os tratamentos definitivos vão depender das causas do sangramento e podem incluir o uso de medicamentos, como os uterotônicos e inibidores fibrinolíticos; o tratamento cirúrgico, com cirurgias de controle de danos, as suturas compressivas do útero, as ligaduras vasculares do útero e a histerectomia (ACOG, 2017). Para minimizar os impactos na saúde materna, o tratamento da HPP inclui manter o volume de sangue circulatório adequado para se evitar a hipoperfusão dos órgãos vitais e restabelecer a oxigenação adequada dos tecidos. Para o controle rápido do sangramento e da restauração da perfusão tecidual, utiliza-se, de forma inicial, o tratamento com a ressuscitação volêmica, através da infusão de cristaloides. Quando não ocorre resposta clínica a este tratamento, é indicado o uso precoce de produtos sanguíneos, como concentrados de hemácias, plasma fresco congelado, plaquetas e crioprecipitado. Medidas temporárias, como a compressão uterina bimanual, a compressão externa da aorta, o uso do balão de tamponamento intrauterino e o traje antichoque não pneumático, são abordagens que também podem ser utilizadas no tratamento da HPP (OMS, 2012; OPAS, 2018; FEBRASGO, 2020; ALVES, 2020; FEBRASGO, 2021; COUTO, 2021).

Uma vez que, entre a detecção do sangramento e a ocorrência do óbito, o tempo médio é de até duas horas, torna-se importante o treinamento da equipe de assistência para o início dos cuidados imediato (BARROS *et al.*, 2021). De acordo com a FEBRASGO, em 2020, a sequência do atendimento de HPP deve incluir a solicitação de ajuda e o acionamento da equipe multidisciplinar, a realização de manobra de compressão uterina, a avaliação rápida da origem da hemorragia, a manutenção da oxigenação e da perfusão tecidual, a obtenção de acesso venoso, solicitação de exames laboratoriais, reposição da volemia, administração de uterotônicos e ácido tranexâmico, a avaliação de antibioticoterapia e a estimativa de perda sanguínea.

Considerando a relevância do tema, este capítulo visa desenvolver um modelo teórico-conceitual sobre HPP na saúde materna, como uma proposta de análise deste problema de saúde pública da sociedade.

AS RELAÇÕES ENTRE MORTALIDADE MATERNA E HPP PARA SAÚDE PÚBLICA

A mortalidade materna é considerada um problema de saúde pública pois impacta diretamente na família, na comunidade e na sociedade. É definida como a morte da mulher durante a gravidez ou até 42 dias após o parto, estando relacionada ou agravada pela gestação ou por condutas tomadas em relação a ela, excluindo as mortes por acidente ou incidente. Para se obter seu cálculo utiliza-se a chamada razão de mortalidade materna (RMM), um indicador que se baseia na relação entre a mortalidade materna e o número de nascidos vivos para cada 100 mil nascidos vivos (VIANA *et al.*, 2011; BRASIL, 2022a).

Quando o óbito não ocorre, mas a mulher apresenta alguma complicação durante a gestação, no parto ou até 42 dias após o parto, e sobrevive — devido aos cuidados assistenciais ou por casualidade — temos o que chamamos de morbidade materna (SOUZA *et al.*, 2006). A morbidade materna também é considerada um problema de saúde relevante, o que torna importante o manejo eficiente dessas complicações, não só no sentido de reduzir a mortalidade materna, mas também, no sentido de reduzir as condições que favoreçam o surgimento das sequelas que estas complicações podem trazer para a saúde da mulher, interferindo na sua qualidade de vida (AMARAL *et al.*, 2007; FERREIRA *et al.*, 2023).

A mortalidade materna mundial relacionada a gravidez leva a uma perda precoce de cerca de 500 mil mulheres por ano. Destas mortes, estima-se que um quarto esteja relacionada à HPP e que ocorram principalmente em países de baixa renda ou em desenvolvimento (HOLCROFT *et al.*, 2024). Estima-se que a taxa da mortalidade materna mundial no ano de 2020 foi de 216 para cada 100 mil nascidos vivos, valor este muito distante do esperado para alcançar a meta de 2030, que é de 70 mil mortes para cada 100 mil nascidos vivos (OMS, 2023).

No Brasil, a HPP é a segunda causa de morte materna, o que torna a identificação precisa das parturientes com maior risco de HPP fundamental para a melhora de estratégias de intervenção, e assim, contribuir para a redução das mortes maternas e dos eventos adversos (COUTO, 2021; ALVES, 2020).

Em 2020, calcula-se que tenham ocorrido cerca de 2.039 óbitos maternos, no Brasil, com uma taxa de 74,7 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos, dos quais 195 óbitos (12,4%) foram causados por hemorragia, além da hipertensão, infecção e do aborto (BRASIL, 2022a). Para Pacagnella *et al.* (2018), quase 75% de todos os óbitos maternos do Brasil são ocasionados pela pré-eclâmpsia/eclâmpsia, HPP, infecções e por abortos inseguros. Causas essas, que Kassebaum *et al.* (2014) em seu estudo, relatou representar 50% de todas as causas de morte materna dos países subdesenvolvidos a nível global.

No estado do Espírito Santo (ES), no mesmo período, foram notificados 37 óbitos maternos, com uma taxa de 68,8 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos e destes, 2 (5,4%) tiveram como causa a hemorragia, além da hipertensão, infecção e do aborto (BRASIL, 2022b). Dados corroborados por um estudo que encontrou como causas gerais de óbito materno no ES, as síndromes hipertensivas e hemorrágicas, assim como as complicações do puerpério (ALBERT *et al.*, 2022).

Apesar dos esforços, o Brasil não conseguiu atingir a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) de chegar em 2015 com o máximo de 35 mortes maternas a cada 100 mil nascidos vivos, por isso, após a transição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a redução da mortalidade materna foi mantida como uma das prioridades da agenda de saúde e desenvolvimento no Brasil e as ações governamentais intensificadas para que o objetivo seja alcançado (OPASa, 2018; OPASb, 2018).

Diante disso, em 2018 a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), em parceria com o Ministério da Saúde (MS) lançou o programa de estratégia “Zero Morte Materna por Hemorragia (0MMxH)”, uma iniciativa organizada entre gestores e equipe de assistência que busca a prevenção da mortalidade materna por HPP com um diferencial que proporciona autoridade às mulheres em relação às suas preferências e a seus direitos, bem como, a capacitação da equipe multiprofissional para uma assistência otimizada.

O manejo da HPP ainda é um desafio. É necessária uma ação organizada e direcionada para seu controle, com um foco sustentado na prevenção e no tratamento com medidas de socorro que devem

ser bem conhecidas por toda equipe de assistência, para uma resposta eficaz e oportuna a fim de reduzir seus efeitos (BARROS *et al.*, 2021). Para Bateman *et al.* (2010) aproximadamente 40% das mulheres com HPP não apresentam fatores de risco e todas devem ser consideradas susceptíveis. A atonia uterina foi responsável por 79% dos casos de HPP no seu estudo, no qual foram avaliados 154 mil partos e encontrados como principais fatores associados à HPP a retenção placentária ou de membranas, indução do parto, acretismo placentário, lacerações de canal de parto, parto instrumental, recém-nascido grande para a idade gestacional (GIG) e a hipertensão.

Os mesmos autores, avaliaram 690 mil partos em outro estudo, e a HPP teve como fatores associados o acretismo placentário, o descolamento prematuro de placenta, a pré-eclampsia grave e a ocorrência de óbito fetal. Também foram descritos como fatores de risco: a história pessoal ou familiar de HPP, a obesidade, a multiparidade, o trabalho de parto prematuro, a grande distensão uterina presentes na gestação múltipla, na polidrâmnia e na macrosomia fetal, a corioamnionite, a inversão uterina, a miomatose, o útero de *Cowelaire*, a diátese hemorrágica herdada ou adquirida (por embolia de líquido amniótico, sepse ou óbito fetal), a reprodução assistida, a anemia, a idade gestacional (IG) maior que 40 semanas e uso de relaxantes uterinos, de drogas antitrombóticas e de antidepressivos (BATERMAN *et al.*, 2010).

Um estudo, que ocorreu numa maternidade de Salvador - Bahia, considerou ainda os aspectos sociodemográficos como a variável raça/cor, não como risco, mas relacionada às desigualdades sociais e à dificuldade de acesso dessa população aos serviços de saúde, ao passo que ela detém a maior taxa de usuários do serviço público no Brasil. Esse fenômeno pode ser atribuído à variável nível de escolaridade, pois adultos mais jovens e com baixa escolaridade apresentam desigualdades na utilização de serviços de saúde. A ausência de suporte e rede de apoio, supõe que as mães solas, bem como as viúvas e divorciadas, carecem de apoio emocional e financeiro e tendem a desenvolver complicações maternas durante a gestação (SOARES *et al.*, 2021).

Ademais, o risco de morte por HPP aumenta muito quando a anemia está presente (GABRIELLONI *et al.*, 2014). A gestação pode

aumentar as carências nutricionais, ocasionando anemia (especialmente no primeiro e segundo trimestres), que está associada a desfechos obstétricos desfavoráveis, como aumento de taxas de hemorragias, risco de prematuridade, baixo peso ao nascer e aumento da mortalidade perinatal e neonatal. No pós-parto, a anemia se associa a redução da qualidade de vida e aumento dos casos de melancolia e depressão, o que pode prejudicar diretamente a manutenção da amamentação e o cuidado com o recém-nascido, levando a consequências negativas para o seu desenvolvimento (ROCHA *et al.*, 2005).

Ainda como fatores de risco para a HPP, alguns estudos indicam a violência obstétrica considerando as manobras e a assistência praticada no atendimento à gestante durante o parto (MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010; BATEMAN *et al.*, 2010; HOLM *et al.*, 2012; BRILEY *et al.*, 2014; LANSKY *et al.*, 2019).

Num estudo transversal ocorrido na Etiópia, a HPP representou a maior taxa de letalidade entre todas as complicações obstétricas diretas (GELETO *et al.*, 2020). Segundo a OMS, são necessárias soluções urgentes para evitar que as mulheres continuem morrendo de HPP (OMS, 2017). A aplicação consistente de protocolo para o manejo da HPP resulta em melhores resultados (SHIELDS *et al.*, 2015).

As intervenções para HPP incluem ressuscitação com fluidos, a remoção manual de placenta, a compressão uterina bimanual, o uso de uterotônicos e do ácido tranexâmico, a realização de sutura da lesão do trato genital inferior, a reposição de hemoderivados, o tamponamento por balão, a laparotomia, a desvascularização uterina gradual, a realização de suturas de compressão uterina e a histerectomia. Além disso, as medidas de temporização de emergência incluem a aplicação da vestimenta antichoque não pneumática, a aplicação de torniquete uterino e a compressão aórtica (HOFMEYR; QURESHI, 2016).

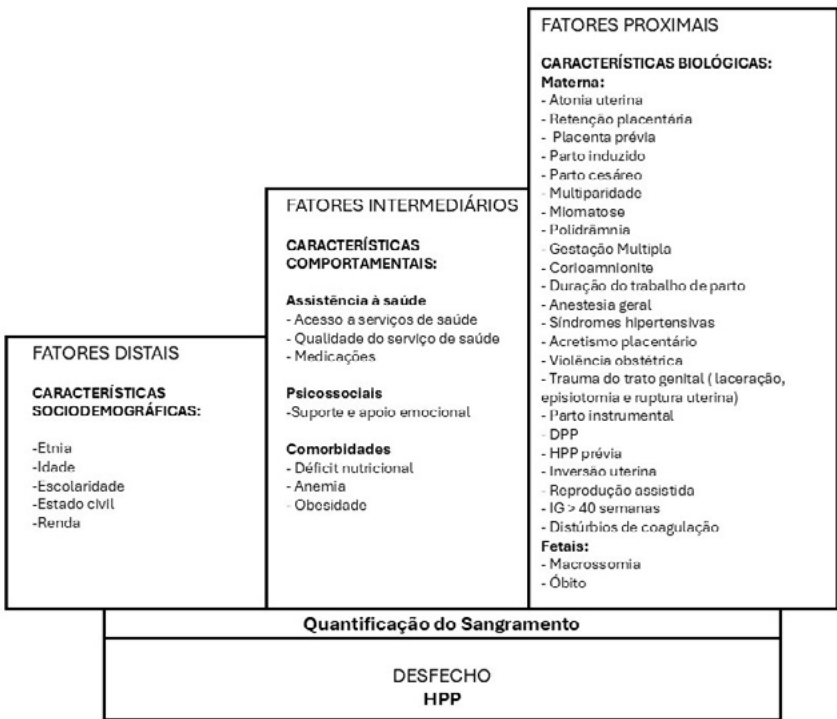
Apesar dos avanços na obstetrícia, a ocorrência dos casos de HPP ainda é muito elevada, principalmente em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como o Brasil, o que representa um grande desafio para os serviços de saúde pública devido à necessidade de ações sistemáticas que possibilitem a redução da taxa de mortalidade materna, uma vez que, grande parte delas acontecem por causas evitáveis e estão

associadas a falta de uma assistência adequada (KASSEBAUM *et al.*, 2014; PACAGNELLA *et al.*, 2018).

ANÁLISE DOS CONDICIONANTES E DETERMINANTES DA HPP NA SAÚDE MATERNA

Considerando a amplitude do tema em análise, realizamos um estudo minucioso dos condicionantes e determinantes da HPP na saúde e propomos um modelo teórico-conceitual hierarquizado para explicar as possíveis inter-relações entre os seus diversos condicionantes e determinantes (Figura 1). Utilizamos, como premissa de base, o modelo proposto por Fuchs *et al.* (1996), considerando os fatores determinantes distais, intermediários e proximais.

Figura 1. Proposta de Modelo Teórico-metodológico para Análise de Hemorragia Pós-Parto, 2024.



Fonte: Elaboração própria

CONDICIONANTES E DETERMINANTES DISTAIS DA HPP

A HPP tem causa multifatorial e alguns estudos sugerem que a ancestralidade asiática, hispânica e a africana estejam relacionadas a uma maior probabilidade de ocorrência devido a uma disparidade no nível de ferro de origem genética encontrada entre esses grupos étnicos (PETERSEN *et al.*, 2002; MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010).

A idade materna está associada de forma variável a HPP. Alguns estudos relatam que as mulheres mais velhas podem apresentar maiores comorbidades médicas e obstétricas, bem como, uma contratilidade uterina prejudicada (BRILEY *et al.*, 2014; FILHO *et al.*, 2015). Já nas mulheres com menos de 20 anos, estudos apontam uma maior probabilidade da ocorrência de trauma pélvico, da realização de episiotomia e lacerações que favorecem o desenvolvimento de síndromes hemorrágicas, apontada como uma das complicações obstétricas mais frequentes encontradas nesse grupo (LYNDON *et al.*, 2012; BATEMAN *et al.*, 2010; PINTO *et al.*, 2020).

Em relação ao nível de escolaridade, a maioria dos estudos demonstram que quanto menor for o nível de escolaridade materna maior a chance de a mulher apresentar algum tipo de complicação obstétrica, uma vez que, a baixa escolaridade reflete privações econômicas e a desigualdade de acesso aos serviços de saúde por parte da gestante (MOURA *et al.*, 2018). Porém, algumas pesquisas também relatam uma associação entre um maior nível de escolaridade materna e a ocorrência da HPP relacionada a uma maior taxa de parto cesárea e ao avanço da idade materna encontrada nesse grupo (ROCHA *et al.*, 2014; SOARES *et al.*, 2021).

A gestação em si, representa um risco para a mulher em qualquer situação conjugal, porém, um companheiro nessa fase da vida pode proporcionar um aporte emocional e financeiro evitando complicações maternas por favorecer o seu autocuidado (NASCIMENTO *et al.*, 2007; SOARES *et al.*, 2021). Alguns estudos sugerem que há uma relação entre a HPP e as mães solteiras que é fundamentada pela falta de apoio emocional, afetivo, financeiro, econômico e social na grande

maioria dos casos encontrados nesse grupo de mães solo (SOARES *et al.*, 2021; MARTINS *et al.*, 2018).

Apesar dos grandes esforços empregados nos últimos anos, ainda é notória a desigualdade de gênero que acomete a nossa sociedade e promove grandes consequências e injustiças sociais as mulheres, que quando inseridas no mercado de trabalho podem receber até 20% a menos do salário quando comparado aos valores recebidos pelos homens, interferindo diretamente na sua renda familiar (MUNIZ; VENEROZO, 2019). A baixa renda familiar está associada a uma situação maior de vulnerabilidade materna e a uma redução da acessibilidade aos serviços de saúde o que favorece uma inadequada assistência ao pré-natal contribuindo para um maior risco gestacional, corroborando que as limitações econômicas interferem no estado de saúde da grávida (MARTINS *et al.*, 2018; GARCIA *et al.*, 2019; MOURA *et al.*, 2018).

CONDICIONANTES E DETERMINANTES INTERMEDIÁRIOS DA HPP

É de conhecimento que alguns fatores como a necessidade do usuário, a idade, a renda e a escolaridade, além da prestação, organização e política do sistema de saúde influenciarão o acesso e o uso dos serviços de saúde por parte dos indivíduos (OLIVEIRA; PEREIRA, 2024). Além disso, não só o acesso ao serviço de saúde, mas também, a qualidade desse serviço prestado impactará diretamente no controle dos riscos e contribuirá para a redução da mortalidade materna (COSTA *et al.*, 2005). De acordo com a Federação Latino-Americana de Obstetrícia e Ginecologia (FLASOG), as deficiências na atenção e no cuidado materno de países em desenvolvimento resultam em um risco absoluto de óbitos por HPP muito maior do que em países desenvolvidos. Nos países em desenvolvimento, a taxa é de 1 em mil, enquanto nos países desenvolvidos é de 1 em 100 mil (FLASOG, 2018).

Durante a gestação a mulher está constantemente exposta a uso de vários medicamentos (OSORIO-DE-CASTRO *et al.*, 2004). Alguns estudos têm demonstrado que o uso de relaxantes uterinos utilizados em algumas mulheres para se evitar o trabalho de parto prematuro, bem

como o uso de drogas antitrombóticas e anticoagulantes utilizadas para combater o desenvolvimento da doença trombolítica na gestação, além do uso do sulfato de magnésio utilizado nos casos de pré-eclâmpsia ou eclâmpsia e também o uso de antidepressivos maternos no final da gestação estão associados a um aumento no risco para a HPP (OYELESE *et al.*, 2010; BATEMAN *et al.*, 2010; MORAES *et al.*, 2012; GRZESKP-WIAK *et al.*, 2015; COUTO *et al.*, 2021).

Já em relação aos aspectos psicossociais, a falta do apoio emocional à mulher nessa fase da vida a torna mais vulnerável e pode influenciar no seu autocuidado e por consequência aumentar os riscos de complicações maternas, dentre elas, a HPP (NASCIMENTO *et al.*, 2007; SOARES *et al.*, 2021; MARTINS *et al.*, 2018).

As deficiências nutricionais são motivos de preocupação global e um problema de saúde pública local, mas apesar dos esforços e intensas ações educativas e profiláticas empregadas por parte dos governantes, seus índices continuam altos e estão fortemente relacionados às condições socioeconômicas da população (ZLOTNIK *et al.*, 2021).

Durante o período gestacional, tanto a mãe quanto o feto sofrem grandes processos de transformações fisiológicas, anatômicas e metabólicas, o que torna imprescindível que a gestante mantenha um estado nutricional adequado para ter uma gestação saudável e sem complicações (CÔRTEZ *et al.*, 2009; BEITUNE *et al.*, 2018). A carência de vitaminas e minerais pode estar aumentada durante a gestação o que contribui para o surgimento da anemia, que é uma das deficiências nutricionais mais importantes encontradas no grupo das gestantes, além da deficiência de ferro e do ácido fólico (SINISTERRA RODRIGUEZ *et al.*, 1991; BEITUNE *et al.*, 2018; ZLOTNIK *et al.*, 2021). Estudos vêm demonstrando que a presença de anemia durante a gravidez está relacionada a resultados obstétricos inadequados e o aumento das taxas hemorrágicas está entre eles (ZLOTNIK *et al.*, 2021). Devido às transformações fisiológicas da gravidez, as mulheres têm maior predisposição à deficiência de ferro e à anemia por deficiência de ferro. Quando essas condições estão presentes, elas se tornam mais suscetíveis a complicações, como hemorragias (BARROS *et al.*, 2021).

A obesidade materna é um outro fator relacionado a um risco aumentado para HPP. Estudos vêm demonstrando que durante a gestação o sobrepeso e a obesidade estão intimamente relacionados a desfechos obstétricos desfavoráveis dentre os quais podemos citar os sangramentos excessivos durante e após o parto (BLOMBERG, 2011; BRILEY *et al.*, 2014; FILHO *et al.*, 2015).

Nesse aspecto, é possível observar como determinantes comportamentais, sociais e relacionados ao estilo de vida podem se interligar para contribuir com a ocorrência de HPP.

CONDICIONANTES E DETERMINANTES PROXIMAIS DA HPP

As fibras musculares do útero cursam em várias direções. Quando o útero está contraído ocorre a oclusão e a compressão de grandes vasos o que contribui para a interrupção do sangramento excessivo uterino. Quando há falha nesse mecanismo e a contração uterina não ocorre, temos a atonia uterina, que é a causa mais frequente da HPP (OYELESE *et al.*, 2010; FILHO *et al.*, 2015). A retenção placentária, a presença de coágulos e de fragmentos de placentas pode impedir a contração uterina eficiente, favorecendo a atonia uterina e por consequência favorece a ocorrência da HPP (MAGANN *et al.*, 2005; BATEMAN *et al.*, 2010; OYELESE *et al.*, 2010; BRILEY *et al.*, 2014). O local de implantação da placenta também influencia na contratilidade uterina. Nos casos de placenta prévia ou de inserção mais baixa a contratilidade será ineficiente e, por consequência, o risco de HPP é maior (OYELESE *et al.*, 2010; BATEMAN *et al.*, 2010; BRILEY *et al.*, 2014).

Além disso, trabalho de parto induzido pode resultar em atonia uterina favorecendo a ocorrência da HPP (MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010; FILHO *et al.*, 2015). O parto cesáreo realizado após um trabalho de parto prolongado predispõe a atonia uterina devido a fadiga muscular e a contração prejudicada do local da incisão do útero também aumenta as chances de HPP (BATEMAN *et al.*, 2010; HOLM *et al.*, 2012; BRILEY *et al.*, 2014; FILHO *et al.*, 2015). A multiparidade também é uma das condições que comprometem a contração e a retração

uterina eficiente e está associada ao risco de sangramento elevado após o parto, situação que é encontrada também nos casos de miomatose materna (BAGGIERI *et al.*, 2011; (MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010; BRILEY *et al.*, 2014).

No caso de polidrâmnia a ocorrência da hiperdistensão uterina pode favorecer o surgimento da atonia uterina e por consequência a HPP. O mesmo mecanismo é atribuído aos casos de gestações múltiplas e macrossomia fetal (MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010; BATEMAN *et al.*, 2010; BRILEY *et al.*, 2014; FILHO *et al.*, 2015). O processo inflamatório da corioamnionite prejudica a contração uterina que por sua vez contribui para a atonia uterina e por consequência a HPP (MAGANN *et al.*, 2005; BATEMAN *et al.*, 2010; BRILEY *et al.*, 2014).

Soma-se a isso, o trabalho de parto muito rápido que está associado a contrações uterinas vigorosas, o que pode levar à fadiga muscular e, consequentemente, a contrações inadequadas. Isso resulta em atonia uterina, favorecendo a ocorrência de HPP. Já o trabalho de parto prolongado pode levar a uma exaustão muscular, que levaria a contrações ineficientes e por consequência a atonia e HPP (MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010; FILHO *et al.*, 2015). E, a anestesia geral também pode influenciar a contratilidade do útero aumentando a chance de atonia uterina e influenciar no aumento de perda sanguínea (MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010; FILHO *et al.*, 2015). Um estudo demonstrou um risco três vezes maior de HPP grave em mulheres submetidas a anestesia geral quando comparadas às que receberam raquianestesia (BUTWICK *et al.*, 2017).

As mulheres com síndromes hipertensivas da gestação podem apresentar alteração do sistema de coagulação com a ativação e o consumo de plaquetas que podem resultar em trombocitopenia, disfunção plaquetária e coagulação intravascular disseminada, fortes fatores indicadores para a ocorrências de complicações hemorrágicas (BATEMAN *et al.*, 2010; BRILEY *et al.*, 2014; FILHO *et al.*, 2015; AMOS *et al.*, 2017). Já no acretismo placentário ocorre uma invasão do tecido da placenta no miométrio o que dificulta a sua separação durante o processo cirúrgico, favorecendo uma ruptura e por consequência uma hemorragia intensa local (OYELESE *et al.*, 2010).

A realização de procedimentos iatrogênicos como a episiotomia, o uso de instrumentos do tipo fórceps ou vácuo, a incisão vertical no parto cesáreo e o próprio parto cesáreo, que podem ser considerados um tipo de violência obstétrica, também estão associados a um risco maior de HPP (MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010; BATEMAN *et al.*, 2010; HOLM *et al.*, 2012; BRILEY *et al.*, 2014; LANSKY *et al.*, 2019). Além disso, o trauma do trato genital pode resultar de lacerações do períneo ou do colo do útero, da realização de episiotomia ou de uma ruptura uterina e podem ser causados de forma espontânea ou iatrogênica. O fato é que qualquer um deles aumenta o risco de ocorrência da HPP (MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010).

No descolamento prematuro de placenta ocorre ruptura dos vasos sanguíneos maternos da região de ancoragem placentária o que favorece a ocorrência de coagulopatia intravascular disseminada contribuindo para a HPP. Uma consequência do descolamento da placenta também é a apoplexia uteroplacentária ou útero *Couvellaire* caracterizado pela infiltração de sangue no miométrio cursando com aumento do tamanho do útero, atonia e amolecimento uterino, aumentando o risco de HPP (SOUZA *et al.*, 2016; OYELESE *et al.*, 2010).

As mulheres que apresentaram HPP em uma gravidez, têm um risco maior de apresentar HPP na gravidez subsequente (MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010; BRILEY *et al.*, 2014). A inversão uterina é uma outra causa rara que ocorre devido a uma forte tração do cordão antes da separação da placenta que impede a contração do útero e compressão dos vasos sanguíneos provocando a HPP (OYELESE *et al.*, 2010). Já na reprodução assistida existe um risco aumentado de HPP, apesar de os mecanismos envolvidos não serem claros, acredita-se que estejam relacionados a fatores intrínsecos ao procedimento de implantação do embrião, além dos maiores riscos de placenta acreta, gravidez múltipla e do parto cesáreo ser o mais utilizado nesses casos (HEALY *et al.*, 2010; BRILEY *et al.*, 2014).

A idade gestacional maior que 40 semanas é um forte indicador de desfechos maternos e neonatais. Estudos vêm demonstrando que estas gestantes têm maiores chances de terem o parto induzido, necessitar de cesariana e apresentar lacerações graves que são fatores que predis põem a HPP (FILHO *et al.* 2015; NUNES *et al.*, 2022).

No caso da presença de distúrbios de coagulação materna herdados ou adquiridos podemos destacar a coagulopatia intravascular disseminada encontrada em casos de descolamento prematuro de placenta, de óbito fetal intrauterino com retenção prolongada do feto, de perda maciça de sangue ou transfusão maciça, de embolia do líquido amniótico e de seps, todos estes podem contribuir para a HPP. Outros distúrbios de coagulação que também podem favorecer a ocorrência de HPP é a doença de *von Willebrand*, a trombocitopenia, a hemofilia e a terapia anticoagulante (MAGANN *et al.*, 2005; OYELESE *et al.*, 2010; FILHO *et al.*, 2015).

Outro fator desafiador na HPP é a quantificação do sangramento apresentado pela puerpera, pois uma avaliação precisa e antecipada dessa perda de sangue possibilitará um tratamento adequado no momento apropriado, evitando possíveis resultados adversos. A avaliação correta e precoce da perda de sangue e da instabilidade hemodinâmica são medidas fundamentais para o seu diagnóstico e seu tratamento oportuno. A perda de sangue pode ser verificada através da estimativa visual, da pesagem de compressas e do uso de dispositivos coletores. Já a presença de instabilidade hemodinâmica é avaliada por parâmetros clínicos como a pressão arterial, a frequência cardíaca e o índice de choque. Na prática clínica, são encontrados vários métodos para quantificar essa perda sanguínea, cada um com suas vantagens e desvantagens e dependerá das condições dos serviços locais e do treinamento da equipe. Ao suspeitar de um sangramento aumentado, o manejo terapêutico deve ser iniciado imediatamente. Por isso, é importante o conhecimento e o treinamento dos profissionais envolvidos na assistência ao parto, para que estejam plenamente capacitados a prevenir, diagnosticar e tratar com qualidade os casos de HPP, uma vez que, a identificação precoce, bem como a determinação da sua causa e o seu pronto atendimento são fundamentais para a redução das complicações que a HPP pode trazer para a saúde materna (OMS, 2012; OPAS, 2018; FEBRASGO, 2020; ALVES, 2020; FEBRASGO, 2021; COUTO, 2021).

Em suma, a análise dos determinantes e condicionantes biológicos da HPP revela que seu desencadeamento está relacionado a fatores biológicos, sociais e comportamentais, tanto isolados quanto combinados.

Compreender esses fatores permite identificar melhor as mulheres em risco e implementar medidas mais eficazes e oportunas, o que é crucial para a prevenção de possíveis complicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a HPP é uma condição multifatorial e, apontada como uma das principais causas de morte materna no mundo, este modelo teórico-conceitual pretende subsidiar estudos epidemiológicos e sociais que considerem o desfecho HPP como objeto de investigação.

Além da alta taxa de mortalidade materna, um número significativo de mulheres que sobrevivem a HPP pode enfrentar suas sequelas físicas e emocionais. Para reduzir a morbimortalidade causada pela HPP, é necessária a implementação de ações por parte dos gestores de saúde que vão incluir: a **capacitação profissional**, com o treinamento das equipes de assistência para reconhecer precocemente os sinais de HPP e adotar os protocolos de atendimento de maneira rápida e eficaz; o **acesso aos recursos adequados**, com a garantia de disponibilidade dos medicamentos utilizados, como ocitocina e os inibidores fibrinolíticos, além de equipamentos para realização do monitoramento e da transfusão sanguínea; a **identificação de fatores de risco**, com a realização de uma avaliação no pré-natal, rigorosa para identificar as mulheres com maior risco de HPP e adotar as medidas preventivas cabíveis desde o início; a **implementação de protocolos de emergência**, com o estabelecimento e a aplicação desses protocolos baseados em evidências para o manejo da HPP, permitindo respostas rápidas e padronizadas; uma **infraestrutura adequada**, com a garantia de que todas as maternidades e os hospitais tenham acesso à bancos de sangue e a unidades de cuidados intensivos para os atendimentos complexos; a **educação e a sensibilização**, com a promoção de campanhas para conscientização sobre a importância do atendimento no pré-natal e da assistência comprometida no parto e pós-parto; além do **monitoramento e de avaliações frequentes**, com a implementação de sistemas de vigilância para monitorar casos de HPP e avaliar a eficácia das intervenções, buscando melhorias contínuas.

Espera-se, também, contribuir para a compreensão das bases teóricas da HPP, além de proporcionar a transferência de conhecimento e servir de base para novas pesquisas e expansões curriculares com essa abordagem diferenciada e inovadora do modelo teórico-metodológico da HPP.

Além disso, este estudo permite que os profissionais de saúde não apenas identifiquem os fatores de risco associados a HPP, mas também compreendam quais são as intervenções direcionadas às puérperas em uma situação de HPP. A integração desse modelo na formação e na prática clínica pode, portanto, contribuir significativamente para a redução da morbidade e mortalidade, associadas à HPP.

REFERÊNCIAS

ALBERT, S.B.Z. *et al.* Causas de morte materna no estado do Espírito Santo: tendência, espacialidade e incompatibilidades. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v.23, n.3, p.71-80, 2022. DOI: 10.47456/rbcs.v23i3.35882. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/35882>. Acesso em: 26 out. 2022.

ALVES, A.L. *et al.* Hemorragia pós-parto: prevenção, diagnóstico e manejo não cirúrgicos. **Femina**, v.48, p.671-679, nov. 2020. Disponível em: <https://is.gd/he8Ejq>. Acesso em: 18 jun. 2023.

AMARAL, E.; LUZ, A. G.; SOUZA, J. P. D. S. A morbidade materna grave na qualificação da assistência: utopia ou necessidade? **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 29, n. 9, p. 484–489, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-72032007000900008>. Acesso em: 19 out. 2024.

BARRETO, B.L. Perfil epidemiológico da mortalidade materna no Brasil no período de 2015 a 2019. **Rev Enferm Contemp**, v.10, n.1, p.127-133, abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3378rec.v10i1.3709>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BARROS, V.V.; ORSI, F.; IGAI, A.M. Anemia por deficiência de ferro na mulher: diagnóstico e tratamento. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (**FEBRASGO**); 2021. cap.9, p.125-44. (Série Orientações e Recomendações FEBRASGO, no.4/ Comissão Nacional Especializada em Tromboembolismo Venoso e Hemorragia na Mulher). Disponível em: <https://is.gd/Byuese>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BATEMAN, B.T. *et al.* The epidemiology of postpartum hemorrhage in a large, nationwide sample of deliveries. **Anesth Analg**, vol .110, p.1368-1373, mai, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1213/ane.0b013e3181d74898>. Acesso em: 24 mai. 2023.

BEITUNE, P. E. L. *et al.* Nutrição durante a gravidez. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (**FEBRASGO**); 2018. (Protocolo Febrasgo – Obstetrícia, nº 14/Comissão Nacional Especializada em Assistência Pré-Natal). Disponível em: <https://is.gd/9K0LUt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BLOMBERG, M. Maternal Obesity and Risk of Postpartum Hemorrhage. **Obstet Gynecol.** vol.118, p.561-568, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/AOG.0b013e318214f1d1>. Acesso em: 24 out. 2022.

BOROVAC-PINHEIRO, A.; RIBEIRO, F. M.; PACAGNELLA, R. C. Risk Factors for Postpartum Hemorrhage and its Severe Forms with Blood Loss Evaluated Objectively - A Prospective Cohort Study. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 43, n. 2, p. 113-118, fev. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1055/s-0040-1718439>. Acesso em: 28 set. 2024.

BOROVAC-PINHEIRO, A. *et al.* Postpartum hemorrhage: new insights for definition and diagnosis. **Am J Obstet Gynecol.** v. 219, n 2, p.162-168. Ago, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ajog.2018.04.013>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://is.gd/PAltxf>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Análise de Situação de Saúde. Boletim epidemiológico: Mortalidade materna no Brasil, 2009 a 2020**, v.52, n.29 p.13-24. Brasília: Ministério da Saúde; 2022a. Disponível em: <https://is.gd/77RIFz>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Departamento de Vigilância Epidemiológica e de Doenças Não Transmissíveis, Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna**. Ministério da Saúde: Brasília, 2022b. Disponível em: <https://is.gd/cKYj9F>. Acesso em: 24 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Regulação, Avaliação e Controle, Coordenação Geral de Sistemas de Informação - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS)**. 2022. Disponível em: <https://is.gd/VKI-Cwq>. Acesso em: 24 out. 2022c.

BRILEY, A. *et al.* Reporting errors, incidence and risk factors for postpartum haemorrhage and progression to severe PPH: a prospective observational study. **BJOG**. v.121, n.7, p.876-888, fev, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1471-0528.12588>. Acesso em: 28 set. 2024.

COMMITTEE ON PRACTICE BULLETINS-OBSTETRICS (ACOG). Practice Bulletin No. 183: Postpartum Hemorrhage. **Obstet Gynecol.** v.130, n.4, p.168-186. Oct, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/aog.0000000000002351>. Acesso em: 21 out. 2024.

CORREA, H. F. DOS S.; DOMINGUES, R. M. S. M.; PINA, M. DE F. Análise espacial da morbimortalidade materna em usuárias do Sistema Único de Saúde no Município do Rio de Janeiro, 2014-2016. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 9, p. e00247322, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT247322>. Acesso em: 28 set. 2024.

CÔRTEZ, M. H.; VASCONCELOS, I. A. L.; COITINHO, D. Prevalência de anemia ferropriva em gestantes brasileiras: uma revisão dos últimos 40 anos. **Revista de Nutrição**, v. 22, n. 3, p. 409-418, mai. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732009000300011>. Acesso em: 29 jul. 2024.

COSTA, A. M.; GUILHEM, D.; WALTER, M. I. M. T. Atendimento a gestantes no Sistema Único de Saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 5, p. 768–774, out. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000500011> . Acesso em: 20 jul. 2024.

COUTO E. Hemorragia pós-parto. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (**FEBRASGO**); 2021. cap. 4; p. 47-69. (Série Orientações e Recomendações FEBRASGO, no.4/Comissão Nacional Especializada em Tromboembolismo Venoso e Hemorragia na Mulher. Disponível em: <https://is.gd/ITTOX0>. Acesso em: 14 set. 2022.

DUTHIE, S. J. *et al.* Discrepancy between laboratory determination and visual estimation of blood loss during normal delivery. **European Journal of Obstetrics & Gynecology and Reproductive Biology**, v.38, n.2, p.119-124, jan. 1991. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0028-2243\(91\)90188-q](https://doi.org/10.1016/0028-2243(91)90188-q). Acesso em: 23 out. 2022.

EVENSEN, ANN ET AL. Postpartum Hemorrhage: Prevention and Treatment. **American Family Physician**, v. 95, n. 7, p. 442-449, 2017. **FEBRASGO**, 2020. Disponível em: <https://is.gd/bm3GnY>. Acesso em: 22 out. 2022.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA (FEBRASGO). Hemorragia pós-parto. São Paulo: **FEBRASGO**; 2021 (Protocolo FEBRASGO-Obstetrícia, n.36/ Comissão Nacional Especializada em Urgências Obstétricas). Disponível em: <https://is.gd/KWho10>. Acesso em 28 set. 2024.

FEDERACIÓN LATINOAMERICANA DE OBSTETRICIA Y GINECOLOGÍA (**FLASOG**). Hemorragia Postparto: donde estamos y hacia dónde vamos? [Internet]. 2018. Disponível em: <<https://is.gd/3W7fsY>>. Acesso em: 30 ago. 2024.

FERREIRA, M. E. S.; COUTINHO, R. Z.; QUEIROZ, B. L. Morbimortalidade materna no Brasil e a urgência de um sistema nacional de vigilância do *near miss* materno. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 8, p. e00013923, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT013923>. Acesso em: 19 out. 2024.

FUCHS, S.C.; VICTORA, C.G.; FACHEL, J. Modelo hierarquizado: uma proposta de modelagem aplicada à investigação de fatores de risco para diarreia grave. **Rev. Saúde Pública**. v.30, n.2, p.168-178, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101996000200009>. Acesso em: 23 out. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. **Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Postagens: Tendências na Mortalidade Materna 2000-2020**. Rio de Janeiro, 08 mar. 2023. Disponível em: <<https://is.gd/wC4bWx>>. Acesso em: 04 maio 2024.

GABRIELLONI, M. C. *et al.* Análise da hemorragia no parto vaginal pelos índices de eritrócitos e hematócritos. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 27, n. 2, p. 186–193, abr. 2014. <https://doi.org/10.1590/1982-0194201400032>. Acesso em: 25 maio 2024.

GARCIA, É. M. *et al.* Risco gestacional e desigualdades sociais: uma relação possível? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 12, p. 4633–642, dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320182412.31422017>. Acesso em: 26 jun. 2024.

GELETO, A. *et al.* Magnitude and determinants of obstetric case fatality rate among women with the direct causes of maternal deaths in Ethiopia: a national crosssectional study. **BMC Pregnancy and Childbirth**, v. 20, n.1, p.130, dez., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12884-020-2830-5>. Acesso em: 23 out. 2022.

GREEN, L. *et al.* The epidemiology and outcomes of women with postpartum hemorrhage requiring massive transfusion with eight or more units of red cells: a national cross-sectional study. **BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology**, v.123, n.13, p.2164-2170, dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1471-0528.13831>. Acesso em: 22 out. 2022.

HOLCROFT, S. *et al.* Predictive Modelling of Postpartum Haemorrhage Using Early Risk Factors: A Comparative Analysis of Statistical and Machine Learning Models. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, n. 21, p.1-13, 07 mai. 2024 .Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ijerph21050600>. Acesso em: 22 jun. 2024.

HOFMEYR, G.J.; QURESHI, Z. Preventing deaths due to hemorrhage. **Best Practice & Research Clinical Obstetrics Gynaecology**, v.36, p.68-82, out., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bpobgyn.2016.05.004>. Acesso em: 23 out. 2022.

KASSEBAUM, N. J. *et al.* Global, regional, and national levels and causes of maternal mortality during 1990-2013: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2013. **The Lancet**, v.384, n.9947, p.980-1004, set. 2014. DOI: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(14\)60696-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(14)60696-6). Disponível em: <https://is.gd/gllrgd>. Acesso em: 27 out. 2022.

LANSKY, S. *et al.* Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 8, p. 2811-2824, ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.30102017> . Acesso em: 17 Jul., 2024.

LEAL, M.C. *et al.* Birth in Brazil: national survey into labour and birth. **Reprod. Health**. v.09, n.15, Aug. 2012. Disponível em: <https://is.gd/shj78P>. Acesso em: 28 maio 2024.

LEAL, M.C. *et al.* Intervenções obstétricas durante o trabalho de parto e parto em mulheres brasileiras de risco habitual. **Cad Saúde Pública**. v.30, n.1, p.S17-32, Aug. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00151513> Acesso em: 24 maio 2024.

LYNDON, A.; LEE, H.C; GILBERT, W. M.; GOULD, J. B.; LEE, K.A. Maternal morbidity during childbirth hospitalization in California. **J Matern Fetal Neonatal Med. The Journal of Maternal-Fetal & Neonatal Medicine**, vol. 25, n.12, p.2529-2535. Aug. 2012 Disponível em: [10.3109/14767058.2012.710280](https://doi.org/10.3109/14767058.2012.710280). Acesso em: 23 out. 2022.

MARSHALL, N. E. *et al.* Impact of simulation and team training on postpartum hemorrhage management in non-academic centers. **The Journal of Maternal-Fetal & Neonatal Medicine**, v. 28, n.5, p.495 - 499, 24 mar. 2015: <https://doi.org/10.3109/14767058.2014.923393>. Disponível em: <https://is.gd/mkZFdk>. Acesso em: 23 out. 2022.

MARTINS, A.C.S.; SILVA, L.S. Epidemiological profile of maternal mortality. **Rev Bras Enferm**, v.71, n.1, p.677-683. [Thematic Issue: Contributions and challenges of nursing practices in collective health].2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0624>. Acesso em: 16 jul. 2024.

MORAES, E. F. M. *et al.* Anticoagulação na gestação e o momento do parto: como proceder. **Acta méd.**; v.33 n.1. p.6. Porto Alegre. 21 dez. 2012. Disponível em: <https://is.gd/iXP9Ge>. Acesso em: 20 jul. 2024.

MOURA, B.L.A. *et al.* Internações por complicações obstétricas na gestação e desfechos maternos e perinatais, em uma coorte de gestantes no Sistema Único de Saúde no Município de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 34, n.1 p.1-13, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00188016> . Acesso em: 16 jul. 2024.

MUNIZ, J. O.; VENEROSO, C. Z. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. **Dados**, v. 62, n. 1, p. e1-e38. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582019169> . Acesso em: 18 jul. 2024.

NASCIMENTO, F.M. *et al.* Maternal Profile Mortality in a Public Maternity of Teresina - PI (Brazil), in the Period between 1996 and 2000: a Nursing Contribution. **Esc. Anna Nery**. v.11 n.3, p.472-78, set. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452007000300012> . Acesso em: 16 jul. 2024.

PACAGNELLA, R. *et al.* Maternal Mortality in Brazil: Proposals and Strategies for its Reduction. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia / RBGO Gynecology and Obstetrics**, v. 40, n.09, p.501-06, set., 2018. DOI:10.1055/s-0038-1672181. Disponível em: <https://is.gd/QDKZGm>. Acesso em: 24 out. 2022.

PINTO, K. C. de L. R.; EDERLI, S. F.; VICENTE, L. M.; BATISTA, A. F.; BIGNARDI, B.; SANTOS, D. A. dos; VICENTINI, E. C. Principais complicações gestacionais e obstétricas em adolescentes/ Main gestational and obstetric complications in adolescents. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 873–882, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n1-069. Disponível em: <https://is.gd/UgmmYO>. Acesso em: 29 sep. 2024.

OLIVEIRA, T. DE S.; PEREIRA, A. M. M. Expressões das desigualdades no acesso aos serviços de saúde na América Latina: uma revisão de escopo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 7, p. e04932024, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024297.04932024>. Acesso em: 17 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Recomendações assistenciais para prevenção, diagnóstico e tratamento da hemorragia obstétrica. Brasília (DF): OPASa; 2018. Disponível em: <https://is.gd/eKB341>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Manual de orientação para o curso de prevenção de manejo obstétrico da hemorragia: Zero Morte Materna por Hemorragia. Brasília: OPASb; 2018. Disponível em: <https://is.gd/ZS8jFY>. Acesso em: 28 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Recomendações da OMS para a prevenção e tratamento da hemorragia pós-parto. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2012. Disponível em: <https://is.gd/rsrvbK>. Acesso em: 22 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Um roteiro para combater a hemorragia pós-parto entre 2023 e 2030. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2023. Disponível em: <https://is.gd/zDK8Xq>. Acesso em: 22 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Trends in maternal mortality 2000 to 2020: estimates by WHO, UNICEF, UNFPA, World Bank Group and UNDESA/Population Division. Geneva: World Health Organization; 2023. Disponível em: <https://is.gd/d2RhTq>. Acesso em: 04 maio 2024.

OSORIO-DE-CASTRO, C. G. S.; PAUMGARTTEN, F. J. R.; SILVER, L. D. O uso de medicamentos na gravidez. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 4, p. 987–996, out. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000400019> . Acesso em: 20 jul. 2024.

OYELESE, Y.; ANANTH, C.V. Postpartum Hemorrhage: Epidemiology, Risk Factors, and Causes. **Clinical Obstetrics and Gynecology**. v. 53, n.1, p.147–156, mar. 2010. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/20142652/> . Acesso em: 04 jun. 2024.

ROCHA, D. D. S. *et al.* Estado nutricional e anemia ferropriva em gestantes: relação com o peso da criança ao nascer. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 4, p. 481–489, Jul./Ago, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-52732005000400004>>. Acesso em: 04 jun. 2024.

SHELDON, W.R. *et al.* WHO Multicountry Survey on Maternal and Newborn Health Research Network. Postpartum haemorrhage management, risks, and maternal outcomes: findings from the World Health Organization Multicountry Survey on Maternal and Newborn Health. **BJOG**. v.121, n. 1, p. 5–13. Mar, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1471-0528.12636>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SHIELDS, L. E. *et al.* Comprehensive maternal hemorrhage protocols reduce the use of blood products and improve patient safety. **American Journal of Obstetrics and Gynecology**, v. 212, n. 3, p. 272–280, mar., 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ajog.2014.07.012>. Disponível em: <https://is.gd/ouldH9>. Acesso em: 23 out. 2022.

SINISTERRA RODRIGUEZ, O. T. *et al.* Anemia e desnutrição maternas e sua relação com o peso ao nascer. **Revista de Saúde Pública**, v. 25, n. 3, p. 193–197, jun. 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101991000300006>. Acesso em: 24 jul. 2024.

SOUZA, J. P. *et al.* Revisão sistemática sobre morbidade materna near miss. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 2, p. 255–264, fev. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006000200003>. Acesso em: 19 out. 2024.

TEIXEIRA, D. *et al.* Sociodemographic and Clinical Factors Associated with Postpartum Hemorrhage in a Maternity Ward. **Aquichan**, v. 21, n. 2, p. 1–13, jul., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5294/aqui.2021.21.2.7> . Acesso em: 18 jun. 2023.

VASCONCELLOS, M.T.L. *et al.* Desenho da amostra Nascer no Brasil: Pesquisa Nacional sobre Parto e Nascimento. **Cad. Saúde Pública**, v.30, n.1, p.49–58. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00176013>. Acesso em: 04 jun. 2024.

VIANA, R.C. *et al.* Mortalidade Materna - uma abordagem atualizada. **Com. Ciências Saúde** – v. 22, p.S141-S152, 2011. Disponível em: <https://is.gd/jHYGcr>. Acesso em: 19 out. 2024.

ZANARDO, G. L. DE P. et al. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. e155043, 2017. Disponível em: <https://is.gd/JZLkVg>. Acesso em: 28 set. 2024.

ZHAO, Y. *et al.* A pilot study on the simulation-based training for Ethiopia skilled birth attendants. **Nurse Education in Practice**, v.34, p.130-138, jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.nepr.2018.12.001>. Disponível em: <https://is.gd/9u6Im9> Acesso em: 23 out. 2022.

INTRODUÇÃO

O racismo estrutural no Brasil é uma questão histórica e complexa que afeta profundamente a vida do negro e principalmente a vida das mulheres negras. Desde a época da escravidão até os dias atuais, mesmo tendo se passado 136 anos desde a abolição, as mulheres negras enfrentam uma interseção de opressões de gênero e raça que limitam seus direitos e possibilidades de atuação na sociedade. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, assegura que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”⁴, e o artigo 3º afirma que é objetivo fundamental da República garantir a todos uma vida digna, com igualdade de oportunidades. Contudo, na prática, essas garantias são frequentemente desrespeitadas, especialmente para as mulheres negras, que continuam a lutar contra o racismo, a misoginia e a desigualdade social.

Nos últimos anos, vários casos emblemáticos de racismo contra mulheres negras ganharam destaque e isso é uma constante nos noticiários. Um exemplo é o caso de uma jovem que foi agredida em uma loja de shopping por seguranças, que alegaram suspeitar que a mulher estivesse na intenção de praticar furto devido à sua cor de pele. Recentemente uma delegada civil foi perseguida por seguranças numa loja de marca conhecida da classe média alta em um shopping na cidade de Fortaleza – CE, por entrar vestida informalmente e tomando um sorvete, mas a verdade do motivo da perseguição era outra: ela era negra. Esse tipo de

¹ Graduação em Direito (UNIGRANRIO). CV: <http://lattes.cnpq.br/7488059485659459>

² Graduação em Direito (UCAM). CV: <http://lattes.cnpq.br/3239272949050632>

³ Graduação em Direito (UCAM). CV: <http://lattes.cnpq.br/6881773059769011>

⁴ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

violência não é um caso isolado; ao contrário, reflete uma cultura que ainda vê as mulheres negras como inferiores e suspeitas.

Mulheres negras enfrentam uma combinação de discriminações que as tornam mais vulneráveis, tanto por causa do racismo quanto do machismo. O objetivo deste texto é examinar essa situação, mencionando exemplos atuais, legislação brasileira, iniciativas governamentais e sugestões para combater o racismo direcionado às mulheres negras.

RACISMO E O DIREITO DA MULHER NEGRA

A Carta Magna de 1988 no Brasil representa um avanço na defesa dos direitos humanos, com diversos dispositivos voltados para a proteção e promoção dos direitos de todos os indivíduos. No entanto, a situação enfrentada pelas mulheres negras revela que tais garantias não são efetivamente colocadas em prática. O princípio da dignidade da pessoa humana, presente no artigo 1º como um dos pilares da República, é frequentemente desafiado diante da marginalização e violência enfrentadas por essas mulheres.

O Código Penal Brasileiro⁵, em seu artigo 213, tipifica o crime de estupro, e o artigo 331 pune a desacato à autoridade e à dignidade humana. Contudo, na prática, as mulheres negras são frequentemente desacreditadas, rechaçadas e desprotegidas nas diversas denúncias de violência, o que reflete um racismo institucional que perpetua essa opressão. Além disso, a falta de políticas públicas efetivas para proteger essas mulheres e garantir seus direitos é um dos principais obstáculos a serem superados.

A batalha pela garantia dos direitos das mulheres negras no Brasil é um assunto de grande importância, que está ligado a questões históricas, sociais e políticas. A situação das mulheres negras no país mostra que essa equidade ainda é um objetivo distante, caracterizado por obstáculos raciais e de gênero que impedem a plena realização de seus direitos.

Historicamente, as mulheres negras têm enfrentado um duplo fardo: o racismo e o sexismo. Carolina Maria de Jesus, em sua obra

⁵ 2020. BRASIL. Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal, artigo 213 e 331

“Quarto de Despejo”⁶, retrata a vida de uma mulher negra que vive à margem da sociedade, expondo a dura realidade de pobreza e opressão. Sua narrativa é um testemunho complexo da luta diária das mulheres negras por reconhecimento, dignidade e principalmente por respeito. À luz do texto tão bem escrito de Carolina de Jesus, é imprescindível reconhecer que a invisibilidade a que essas mulheres são submetidas é uma forma de violência que perpetua desigualdades.

Além da opressão social, as mulheres negras também enfrentam barreiras políticas gigantes que limitam sua participação na esfera pública. Quantas mulheres negras existem no Senado ou em posição de liderança em cargos públicos? A falta de representação em cargos políticos afeta diretamente a elaboração de políticas que atendem às suas necessidades. Apesar de a Constituição Federal estabelecer como um dos objetivos fundamentais da República a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, a realidade mostra que as políticas públicas hoje aplicadas ainda são insuficientes para garantir os direitos dessa parcela da população.

O Código Penal do Brasil, nos artigos 121 e 129, expõem a seriedade da violência contra as mulheres negras, que são frequentemente vítimas de violência letal e doméstica. Os elevados índices de feminicídio entre esse grupo revelam a falha da sociedade em protegê-las e perpetuam um ciclo de violência que precisa ser combatido com urgência.

A escritora Djamila Ribeiro⁷, em suas obras, destaca a importância da interseccionalidade, conceito que analisa como diferentes formas de discriminação se cruzam e afetam a vida das mulheres negras. Djamila defende a necessidade de um olhar atento para a situação do racismo no Brasil e principalmente no que diz respeito às mulheres negras.

O Brasil é um país marcado por uma história de desigualdade racial e social. A escravidão, que perdurou por mais de três séculos, deixou cicatrizes profundas que ainda influenciam a vida das populações negras. Apesar da abolição em 1888, as desigualdades persistem, e as mulheres negras são as mais afetadas por essa realidade. De

⁶ JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo – diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

⁷ RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. São Paulo: 1ª Companhia das Letras, 2019.

acordo com dados do IBGE, as mulheres negras têm expectativa de vida significativamente menor do que as mulheres brancas; isso reflete desigualdades de gênero e racial.

CASOS RECENTES DE RACISMO

O racismo institucional, que muitas vezes desumaniza pessoas com base na cor da pele, chegou até aos concursos de beleza. Quando uma mulher negra, Miss São Paulo de 2024, foi alvo de ataques racistas, estava em jogo não apenas sua imagem, mas também a própria identidade e dignidade de uma grande parte da população. Os comentários negativos e depreciativos que a miss recebeu nas redes sociais mostraram não apenas a intolerância de alguns indivíduos, mas também uma cultura que ainda marginaliza e minimiza as vozes e representações das mulheres negras. Os ataques sofridos pela Miss São Paulo se enquadram na definição de racismo, pois foram motivados por preconceitos raciais, englobando não especificamente a miss, mas sim toda uma coletividade. As ofensas recebidas não estavam apenas relacionadas à sua aparência, seu cabelo ou seus traços étnicos, mas também à sua identidade como mulher negra. Isso evidencia a persistência de estereótipos negativos que desumanizam e menosprezam as capacidades e o valor das mulheres negras na sociedade. Isso exemplifica como o racismo pode afetar a autoestima, a saúde mental e a percepção de identidade de uma mulher negra. Como a luta contra esse tipo de agressão deve ser uma prioridade para a sociedade, uma vez que a saúde mental e a dignidade de indivíduos são fundamentais para uma convivência harmoniosa. O impacto de ataques racistas vai além das palavras proferidas, pois geram consequências emocionais e psicológicas significativas para as vítimas.

Diante de incidentes como o ataque à Miss São Paulo, é crucial que haja uma resposta coletiva. A sociedade precisa condenar veementemente o racismo e trabalhar em conjunto para promover uma cultura de respeito e inclusão. As redes sociais, por sua vez, têm um papel importante

a desempenhar na criação de ambientes seguros, onde a diversidade é celebrada e o preconceito é combatido.

AS REDES SOCIAIS E O DISCURSO DE ÓDIO RACIAL

Atualmente vivemos o dilema das redes sociais, onde milhares de pessoas, especialmente os jovens, passam horas de seu dia online. De acordo com a reportagem apresentada pelo G1 os brasileiros gastam cerca de 9 horas diárias nas redes.

A consequência das horas online se dá nas interações sociais que atualmente ocorrem, em sua maioria, virtualmente. Na realidade virtual as ideias e pensamentos são propagados em uma velocidade alarmante, trazendo os minutos de fama para o usuário que tiver seu vídeo “viralizado”.

Os temas mais polêmicos são os que ganham mais destaque no feed. De modo que os influenciadores digitais, mesmo os iniciantes, procuram produzir vídeos polêmicos e até mesmo revoltantes em busca de visualizações.

Importante ressaltar também que a ideia de que a internet é terra sem lei, mesmo existindo leis que regulamentem o seu uso, faz com que seus usuários tenham a sensação de impunibilidade. O anonimato que os perfis falsos aparentam trazer fortalece essa coragem de expor e defender os discursos de ódio, em especial o racismo e sexismo.

Esses dois fatores combinados, o destaque e a impunibilidade, proporcionam o palco perfeito para o racismo. O que antes era algo que se escondia, ou ao menos se procurava disfarçar, hoje é dito de modo direto e debochado nas redes.

Como por exemplo, o caso da influenciadora que teve um vídeo viralizado onde se vangloriava do fato de ser descendente de um senhor de fazenda de escravos. Além do conteúdo odioso, os comentários de apoio também geraram revolta. O vídeo foi retirado da plataforma.

Para impedir a propagação deste tipo de conteúdo as plataformas devem seguir uma política rígida contra os discursos de ódio racial e

de gênero. Punindo os usuários que criarem, compartilharem e apoiarem este tipo de conduta. Enquanto nós, usuários das redes, devemos denunciar este tipo de conteúdo.

Infelizmente essa forma de propagar o ódio racial só irá diminuir quando as plataformas deixarem de monetizar seus criadores e, principalmente, quando o Estado passar a aplicar as leis existentes.

A NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

Para combater eficazmente o racismo, é importante continuar a realizar ações públicas que promovam a educação e a sensibilização para as questões raciais. Incorporar programas escolares que explorem a história e a cultura afro-brasileira pode ajudar a reduzir o preconceito e promover uma visão mais inclusiva na sociedade. Além disso, é importante criar espaços de diálogo e reflexão sobre o racismo e a desigualdade, a fim de fomentar uma cultura de respeito. A aplicação de sanções relacionadas ao cibercrime é ainda mais importante nas redes sociais, onde as interações tendem a ser mais agressivas e a visibilidade é maior.

O RACISMO NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

O Código Penal Brasileiro *contém* disposições que *visam proteger* a dignidade da pessoa humana e punir atos discriminatórios. Assim, sendo, os artigos 140, que tratam da ofensa e o artigo 208, que trata da discriminação racial desempenham um papel crucial para o enfrentamento e combate ao racismo. *No entanto*, a aplicação dessas normas com frequência deixa a desejar, e as *pessoas afetadas não são recompensadas adequadamente*. A *falta de punição e reparação* em casos de racismo é um obstáculo *significativo para a efetividade* dos direitos das mulheres negras. Nos últimos anos, o Brasil tem implementado algumas iniciativas de políticas públicas *voltadas para a promoção* da igualdade racial e de gênero. O SINAPIR, que é o Sistema Nacional da Promoção da Igualdade Racial e a Política Nacional de Promoção da Igualdade de Gênero *são exemplos de novos* esforços para

diminuir as disparidades étnico-raciais. Apesar disso, a carência de recursos, a falta de consistência e continuidade das políticas e a resistência cultural impedem a eficiência dessas iniciativas.

É fundamental entender que o racismo dirigido às mulheres negras não se limita a um problema racial, mas também envolve questões de gênero. A interseccionalidade demonstra a forma como esses dois aspectos se entrelaçam, resultando em uma experiência singular de opressão. Mulheres negras frequentemente enfrentam estereótipos que as desumanizam, sustentando a crença de que são menos merecedoras de respeito e proteção, o que traz a sensação de baixa autoestima. Para que haja uma transformação significativa, é preciso implementar um conjunto de ações integradas que contemplem educação, sensibilização e políticas públicas eficazes.

Certas propostas sugerem a fomentação de uma educação antirracista, focada na criação de programas escolares que integrem a história e a cultura africana e afro-brasileira, promovendo assim o respeito e a valorização da diversidade racial. Além disso, há a necessidade de fortalecer as políticas públicas, assegurando a execução e o monitoramento eficaz das iniciativas voltadas para a promoção da igualdade racial e de gênero, com a destinação de recursos adequados. É importante também oferecer apoio a essas vítimas, estabelecendo centros de acolhimento e assistência para mulheres negras que enfrentaram situações de racismo, onde possam acessar ajuda psicológica, emocional, financeira e jurídica. Ademais, campanhas de sensibilização sobre os impactos do racismo e da violência de gênero devem ser promovidas cada vez mais, engajando a sociedade civil e a mídia. Por fim, a formação e a capacitação de agentes públicos são essenciais para que estes possam atuar com respeito e sensibilidade em relação às questões raciais e de gênero.

CONSIDERAÇÕES

Contudo, conclui-se que o racismo contra mulheres negras é uma realidade e uma questão complexa que requer uma abordagem integrada e multidimensional. É fundamental que a sociedade brasileira reconheça essa realidade e se mobilize para combatê-la. A construção de um futuro

mais justo e igualitário passa pela valorização da diversidade e pela promoção dos direitos de todas as mulheres, em especial das mulheres negras, que têm enfrentado e ainda enfrentam as mais variadas formas de discriminação e violência. Somente assim poderemos vislumbrar um Brasil verdadeiramente igualitário e livre de preconceitos.

O racismo contra mulheres negras é uma questão urgente que requer a atenção de toda a sociedade. Embora existam leis e políticas públicas, a aplicação efetiva, contínua e a consciência coletiva são fundamentais para a construção de um Brasil mais justo e igualitário. A luta contra o racismo deve ser uma prioridade, e todos têm um papel a desempenhar nessa batalha. A mudança começa com a educação, com a conscientização e, acima de tudo, com a empatia. Somente assim poderemos avançar em direção a uma sociedade que respeite e valorize a diversidade em sua totalidade.

REFERÊNCIAS

Direitos Humanos na Constituição Brasileira de 1988. (2024). recuperado September 2, 2024, de www.dhnet.org.br.

Código Penal Brasileiro. 2020. BRASIL. Decreto - Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. September 3, 2024, de www.jusbrasil.com.br.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência da vida.** Trad. Sérgio Millet. 2 ed. Paris: guillimard, 1967.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

Mulher negra é barrada em loja. Disponível em: <https://is.gd/b7V1Ek>. Acessado em: 2 set. 2024.

Brasileiros passam muitas horas no celular. Disponível em: <https://is.gd/rvThch>. Acessado em: 2 set. 2024.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM SOB A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Izadora Tavares Arruda¹

INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a participação feminina na política brasileira, sob uma abordagem na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com o objetivo de explorar as conquistas femininas ao longo da história.

Entende-se como política o conjunto de normas, práticas e estratégias que regem a realização de eleições e a seleção de representantes para cargos públicos. É essencial para o funcionamento das democracias, pois estabelece as diretrizes que possibilitam a manifestação da vontade popular e a formação de governos. Assim, é imprescindível assegurar que o processo eleitoral seja inclusivo e reflita a diversidade da população.

Quando nos referimos à participação feminina na política, devemos reconhecer que, em paralelo, houve a luta pela defesa dos direitos voltados as mulheres, principalmente em relação aos princípios da igualdade e liberdade – princípios centrais em várias declarações e convenções internacionais, que desempenham papéis fundamentais na construção de uma sociedade justa e equitativa.

Como exemplo, podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que em seu artigo 1º afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos” e no artigo 19 traz que “todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e expressão”.

¹ Mestranda em Direitos Humanos e Políticas Públicas (PUC-PR). Advogada inscrita na OAB/PR. Assessora Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná lotada na 1ª Vice-Presidência. CV: <http://lattes.cnpq.br/3994527098989600>

A relação de domínio e poder é majoritariamente exercida pelo homem, tornando a presença das mulheres no cenário político-representativo uma forma de buscar a igualdade de gênero.

Os desafios para inclusão das mulheres na política são inegáveis, ressaltando a importância da representatividade feminina para uma democracia que visa atender os interesses de toda a sociedade.

Em relação ao legislativo paranaense, verifica-se que recentemente houve um aumento significativo no número de cadeiras ocupadas por mulheres. Além disso, a criação da Bancada Feminina assegurou uma maior participação na composição da Mesa Diretora da Casa Legislativa, ampliando, assim, o espaço dedicado à defesa das causas femininas.

HISTÓRIA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Durante os séculos XVIII e XIX, as mulheres eram amplamente excluídas da vida política. A ideia de que a política era um domínio exclusivo dos homens estava profundamente enraizada nas normas sociais e culturais da época. As mulheres eram vistas como responsáveis apenas pelo lar e pela família, e seu envolvimento na esfera pública era limitado.

O movimento sufragista² ocorrido no final do século XIX, desencadeou no Brasil a conquista do direito ao voto pelas mulheres, por meio do Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932³, conhecido como Código Eleitoral de 1932, promulgado pelo presidente Getúlio Vargas, permitindo que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas ou solteiras com renda própria pudessem votar.

Para uma melhor compreensão, é interessante destacar o que dispõe a historiadora Mônica Karawejczyk, 2019:

O movimento sufragista surgiu como uma resposta direta à exclusão das mulheres da política, arena na qual as leis são feitas. Algumas mulheres passaram a acreditar que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacio-

² Movimento que consistia na luta pela participação ativa das mulheres na política, iniciado no século XIX.

³ <https://is.gd/GIOor9>. Acessado em: 16 ago. 2024.

nais – contra as quais se confrontavam – jamais seriam corrigidas enquanto os homens não tivessem que prestar contas a um eleitorado feminino. Assim, resolveram se unir para, juntas, lutarem por seus direitos. A conquista do voto era percebida por essas mulheres como um meio para atingir outros fins e não como um fim em si. Nesse sentido, o movimento sufragista brasileiro fez parte de um interesse específico das mulheres que como um grupo organizado, tinham uma demanda especial: o reconhecimento da sua cidadania através do direito de votar e serem votadas.

O primeiro partido político feminista no Brasil foi o Partido Republicano Feminino, fundado pela sufragista Leolinda de Figueiredo Daltro em dezembro de 1910, no Rio de Janeiro. Seu principal objetivo era mobilizar as mulheres na luta pelo direito ao voto.

A primeira mulher a votar no Brasil foi a professora Celina Guimarães Viana em 5 de abril de 1928, conforme se verifica:

Celina Guimarães Vianna: Foi a primeira eleitora do Brasil, alistando-se aos 29 anos de idade. Com advento da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, o Rio Grande do Norte foi o primeiro estado que estabeleceu que não haveria distinção de sexo para o exercício do sufrágio. Assim, em 25 de novembro de 1927, na cidade de Mossoró, foi incluído o nome de Celina Guimarães Vianna na lista dos eleitores do Rio Grande do Norte. O fato repercutiu mundialmente, por se tratar não somente da primeira eleitora do Brasil, como da América Latina.⁴

O voto feminino somente foi incluído na Constituição de 1934 para todos os cidadãos maiores de 21 anos, mas ainda era facultativo para as mulheres. Somente em 1965 é que passou a ser obrigatório.

Em 1928, Luiza Alzira Açoriano Teixeira foi eleita a primeira prefeita no Brasil assumindo a prefeitura de Lajes no Rio Grande do Norte. Carlota Pereira de Queiroz foi eleita a primeira Deputada Federal, representando o Estado de São Paulo em 1933.

⁴ <https://is.gd/14VMj0>. Acessado em: 16 ago. 2024.

Em 2010, Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher presidente do Brasil, após 121 anos da Proclamação da República. Sendo oportuno destacar o seu discurso de posse proferido em 1º de janeiro de 2011:

Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico dessa decisão. Sei, também, como é aparente a suavidade da seda verde amarela da faixa presidencial, pois ela traz consigo uma enorme responsabilidade perante a nação. Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração para receber neste momento uma centelha da sua imensa energia e sei que meu mandato deve incluir a tradução mais generosa dessa ousadia do voto popular que após levar à Presidência um homem do povo, um trabalhador, decide convocar uma mulher para dirigir os destinos do País. Venho para abrir portas, para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser Presidentas e para que, no dia de hoje, todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. Não venho para enaltecer a minha biografia, mas para glorificar a vida de cada mulher brasileira. Meu compromisso supremo, reitero, é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos. Fonte: Agência Câmara de Notícias.⁵

E ainda, na reeleição em 1º de janeiro de 2015:

Volto a esta Casa com a alma cheia de alegria, de responsabilidade, de esperança. Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação. Fonte: Agência Câmara de Notícias.⁶

No Judiciário, em 2006 a ministra Ellen Gracie foi a primeira a ocupar a presidência do Supremo Tribunal Federal. Em 2012, a ministra

⁵ <https://is.gd/hgUHJr>. Acessado em: 16 ago. 2024.

⁶ <https://is.gd/ZDzI2Y>. Acessado em: 16 ago. 2024.

Carmen Lúcia se tornou a primeira mulher a presidir o Tribunal Superior Eleitoral, sendo também a primeira mulher à frente do Supremo Tribunal Federal a assumir a Presidência da República em função da ausência dos demais líderes na linha sucessória.⁷

Referidas mulheres desempenharam papel importantíssimo em âmbito nacional, sendo lembradas como pioneiras na luta pela participação feminina na esfera pública, servindo como inspiração para futuras gerações.

DESAFIOS QUANTO À PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Em que pese a Constituição de 1988 ter consolidado a igualdade de direitos entre homens e mulheres, tendo em vista o disposto no artigo 5º, inciso I:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.

Ainda é muito difícil para as mulheres conseguirem aceitação e respeito em espaços dominados por homens. Trata-se de um processo extremamente delicado, considerando que existe uma cultura que privilegia o homem perante as decisões dentro da estrutura político-social. “É necessário superar a concepção corrente de que a formalização da igualdade e a proibição normativa da discriminação são suficientes para garantir a igualdade real de condições e oportunidades entre homens e mulheres.” (Quintela e Dias, 2016).

A cultura referida anteriormente decorre do patriarcado herdado no período colonial, refletindo até hoje a desigualdade de gênero na sociedade brasileira. Nesse sentido, destaca-se Biroli e Miguel, 2015:

⁷ <https://is.gd/MebjHD>. Acessado em: 16 ago. 2024.

O “esquecimento” da efetividade social da diferenciação de gênero levava, na prática e a despeito da afirmação verbal da igualdade entre os sexos pela maior parte dos marxistas e socialistas clássicos, à naturalização da exploração das mulheres. Este esforço produziu análises importantes das relações entre capitalismo e dominação de gênero (ou patriarcado, como preferiram muitas autoras). São abordagens que expõem a inclusão desigual das mulheres nas relações de trabalho no capitalismo, jogando luz sobre a vida doméstica e sobre as conexões entre as formas de exploração do trabalho das mulheres dentro e fora de casa.

Lamentavelmente, grande parte da população ainda enxerga a mulher como responsável apenas pelos cuidados do lar, dos filhos e do marido. E, ao entrar no mercado de trabalho a mulher precisa conciliar essas tarefas, ficando muitas vezes sobrecarregada. Além de que, recebem salários muito inferiores aos dos homens para exercer a mesma função.

De acordo com o Censo Demográfico 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil possui uma população de 6 milhões de mulheres a mais do que homens. O país tem aproximadamente 104,5 milhões de mulheres e 98,5 milhões de homens, representando, respectivamente, 51,5% e 48,5% da população total.⁸ Dados do Tribunal Superior Eleitoral retratam que apesar de as brasileiras comporem 52% do eleitorado, elas representam apenas 33% dos candidatos e caem para apenas 15% entre os eleitos.⁹

Ademais, os Partidos Políticos foram obrigados a destinar 30% das vagas expressas em lei para mulheres, e ainda, reservar pelo menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como Fundo Eleitoral, para financiar as campanhas de candidatas no período eleitoral.

Para Daniela Rezende, 2017:

⁸ <https://is.gd/noyDsT>. Acessado em: 16 ago. 2024.

⁹ <https://is.gd/AUZv3H>. Acessado em: 16 ago. 2024.

“A adoção de políticas públicas voltadas para a questão da inserção da mulher nos espaços de poder, como as cotas de gênero e reservas de recursos do fundo partidário para o estímulo a participação das mulheres na política ainda não são suficientes para garantir o aumento da representatividade feminina nos espaços políticos majoritariamente ocupados por homens. Exemplo disso é o baixo índice de mulheres eleitas em qualquer pleito eleitoral dos últimos anos, mesmo após a criação de mecanismos de ações afirmativas que visaram à inserção de cada vez mais mulheres na vida política.”

Dessa forma, verifica-se que embora os dados do Censo Demográfico 2022 mostrem uma superpopulação feminina no Brasil, com 6 milhões a mais de mulheres em relação aos homens e as políticas de cotas e financiamento direcionadas às candidatas sejam estratégias importantes para promover a equidade de gênero. A presença feminina nas esferas do poder é ainda muito desproporcional, talvez por falta de incentivo para as mulheres se candidatarem à cargos públicos e apoio partidário, ficando a figura feminina prejudicada dentro do sistema democrático.

Mulheres frequentemente enfrentam barreiras estruturais e culturais que, tão somente pelo fato de serem mulheres, acabam sofrendo ataques misóginos, tendo suas vozes sufocadas pelo machismo e preconceito independentemente de seu viés ideológico. Entretanto, a participação das mulheres é de extrema importância, principalmente no que tange à representação de seus interesses.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Ao longo dos 170 anos da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, apenas 27 mulheres ocuparam uma das 54 cadeiras do Plenário no legislativo paranaense, são elas: Amélia Hruschkra, Ana Júlia, Arialba do Rocio Freire, Arlete Caramês, Beti Pavin, Cantora Mara Lima, Cida Borghetti, Claudia Pereira, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Elza Correia, Emília Belinati, Flávia Francischini, Irondi Pugliesi,

Luciana Rafagnin, Lygia Pupatto, Mabel Canto, Márcia Huçulak, Maria Victoria, Marla Tureck, Marlene Salete Casagrande Pereira, Marli Paulino, Rosane Ferreira, Rose Litro, Rosy de Macedo Lima, Serafina Martins Carrilho e Vera Agibert.

Dentre essas mulheres que tanto contribuíram para a política no Estado do Paraná destacam-se a seguir algumas biografias:

Rosy de Macedo Pinheiro Lima: Em 1937 tornou-se a primeira brasileira a conquistar o título de Doutora em Direito na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Foi a primeira Deputada Estadual no Paraná, exercendo a função de 1947 até 1950, pioneira nesta trajetória. Após sua eleição, somente em 1980 a Assembleia voltou a ter uma deputada

Irondi Pugliesi: Vereadora em Arapongas/PR por três mandatos (1973 a 1977, 1993 a 1994 e 2013 a 2017). Também exerceu três mandatos como Deputada Estadual (1983 a 1991 e 1995 a 1999). Participou da elaboração da Constituição do Estado do Paraná, sendo autora da emenda que estabeleceu como dever ao Poder Público o atendimento em creche e pré-escola às crianças de até seis anos. Assumiu o posto de quarta-secretária na Assembleia nos anos de 1997 a 1998.

Vera Agibert: Integrou a Comissão Constituinte do Estado e foi a primeira mulher a ocupar a Mesa Diretora da Casa Legislativa no cargo de 3ª Secretária de 1987 a 1988.

Emília Belinati: Única representante feminina na Assembleia entre 1991 a 1995, sendo a primeira mulher a alcançar o cargo de Vice-Governadora de 1995 a 2003, tendo dois mandatos consecutivos.

Luciana Rafagnin: Vereadora em Francisco Beltrão/PR de 1993 a 2000. Exerceu de forma consecutiva três mandatos como Deputada Estadual, se elegendo em 2002, 2006 e 2010. Assumiu de 2007 a 2008 o cargo de 2ª Secretária da Mesa Diretora, sendo a primeira mulher em 60 anos de presença feminina a ocupar a Comissão Executiva, posição de grande importância na administração do Poder Legislativo. Comandou a presidência da Comissão de Agricultura e da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná. Retornou à Assembleia em 2019 e foi reeleita para seu quinto mandato na eleição de 2022.

Arlete Caramês: Eleita vereadora em Curitiba/PR em 2000, conquistou seu mandato na Assembleia em 2002. Assumiu cargo diretivo da Casa Legislativa entre 2003 a 2006, como 3ª Vice-Presidente.

Cida Borghetti: Deputada Estadual por dois mandatos de 2003 a 2010, se tornou recordista de leis com 101 projetos aprovados e sancionados. Integrou a Mesa Diretora entre 2009 e 2010, como 4ª Secretária. Elegeu-se Deputada Federal de 2011 a 2014. Presidiu a Comissão Especial que aprovou o Marco Legal da Primeira Infância, legislação mais avançada no mundo na proteção às crianças. Também foi Vice-Governadora em 2015 e primeira mulher a comandar o Estado do Paraná em 2018.

Cantora Mara Lima: Nas eleições de 2008, Marilei de Souza Lima foi eleita vereadora em Curitiba/PR. Concorreu como Deputada Estadual nas eleições de 2010, tornando-se a mulher mais votada na história paranaense. Atualmente está no seu quarto mandato, além de ocupar a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Cristina Silvestri: Assumiu como Deputada Estadual em 2015 e encontra-se no terceiro mandato consecutivo. Entre 2019 e 2022, exerceu o papel de primeira Procuradora Especial da Mulher da Assembleia, quando foram instaladas 160 Procuradorias Municipais no Estado e, em 2023 passou a ocupar o cargo diretivo de 3ª Vice-Presidente.

Maria Victoria: Também assumiu como Deputada Estadual em 2015 e encontra-se no terceiro mandato consecutivo. Em 2023 foi eleita para compor a Mesa Diretora na função de 2ª Secretária, sendo a segunda mulher a fazer parte da Comissão Executiva na história da Assembleia.

Ana Júlia: Eleita em 2022, aos 22 anos, é a Deputada Estadual mais jovem da história do Paraná e atualmente preside a Comissão de Defesa dos Direitos da Juventude.

Márcia Huçulak: Foi Secretária Municipal de Saúde de Curitiba de 2017 a 2022, comandou o enfrentamento à covid-19 na capital paranaense. Em 2022 alcançou a maior votação entre as Deputadas Estaduais eleitas.

Observa-se a presença de mulheres defensoras das causas femininas no legislativo paranaense. No entanto, apesar dos avanços alcançados ao

longo dos anos, a luta feminina pela igualdade de direitos e condições na política ainda enfrenta um percurso desafiador.

AVANÇOS NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ QUANTO A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA

As eleições de 2022 garantiram a maior bancada feminina da história do legislativo paranaense, dobrando a representatividade feminina para 18,5% dos parlamentares estaduais. Ou seja, as Deputadas Estaduais Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Mabel Canto e Maria Victoria, eleitas na legislatura anterior, mantiveram seus gabinetes e ganharam a companhia das Deputadas Estaduais Ana Júlia, Cloara Pinheiro, Flávia Francischini, Márcia Huçulak e Marli Paulino, passando de cinco para dez cadeiras no Plenário da Casa Legislativa.

Outro ineditismo em 2022 foi a criação da Bancada Feminina composta por todas as parlamentares do Poder Legislativo, que garantiu a participação das mulheres na composição da Mesa Diretora da Assembleia. Além de conquistar tempo exclusivo para pronunciamento nas sessões plenárias, semelhante ao horário previsto regimentalmente das lideranças e blocos partidários.

A Deputada Estadual Cantora Mara Lima definiu o momento como sendo:

Uma grande vitória. É um momento histórico em quase 170 anos de muita luta da mulher querendo ocupar seu espaço. Somos 52% do eleitorado e não tínhamos a representatividade que gostaríamos de ter. Ainda não chegamos lá, mas chegaremos. É aos poucos, a cada dia uma conquista, mas há uma alegria muito grande no nosso coração e a mulher vai ter uma voz mais forte na Assembleia e também diante da sociedade.

Em conformidade cita-se a fala da Deputada Estadual Mabel Canto:

Já está comprovado que a mulher quando está na política, mais políticas sociais são criadas e a população só tem a

ganhar. Temos que avançar mais, mas foi muito importante dobrar esse número de mulher na Assembleia. As mulheres estão mais engajadas na política. Sabemos que existem dificuldades sociais para que a mulher se insira na política, é difícil ser mãe e conciliar o trabalho de dona de casa, mas a mulher está buscando esse espaço e essa votação vem devido a isso, mas precisamos ampliar.

Dificuldade que também é apontada pela deputada Luciana Rafagnin:

“Foi um avanço grande e considero dois fatores para isso. As mulheres estão participando mais da política, sentindo que a participação é importante. Somos 52% do eleitorado e temos que participar de tudo que acontece na sociedade e em especial na política. Outro fator é o fundo eleitoral. A questão financeira assusta muito as mulheres e esse fator tem favorecido muito para que mais mulheres possam aceitar o desafio de ser candidata”, afirmou. “Nesses 168 anos de Assembleia é a primeira vez que teremos uma bancada tão grande, uma representação tão forte das mulheres. Feliz com esse crescimento. Trabalhamos muito para a participação de mais mulheres na política, percebemos que cresceu esse número e esse resultado das urnas nos anima muito, não só para a Assembleia, mas também na Câmara dos Deputados. Saímos de 77 deputadas para 91 mulheres em 2023 nos representando na Câmara Federal.”

Destaca-se ainda, a criação do Código da Mulher Paranaense que consolidou noventa e sete leis estaduais garantidoras dos direitos das mulheres desde 1990 até 2023. Referido código, teve como objetivo agrupar o conjunto de normas vigentes que interferem na vida das mulheres, de modo a facilitar o acesso por toda população.

Por fim, a Assembleia Legislativa do Paraná terá em 2025, pela primeira vez em 170 anos de história, uma mulher como Vice-Presidente, função que será desempenhada pela Deputada Estadual Flavia Francischini.

Nas palavras da Deputada Flavia Francischini:

Ser eleita Vice-Presidente significa, para mim, um compromisso renovado com as causas que sempre defendi: o combate à violência, a promoção da inclusão das pessoas

com deficiência e a busca por um Paraná mais justo. Sei que esse cargo me permitirá continuar a trabalhar ainda mais intensamente por essas questões, e farei isso com a mesma dedicação e firmeza que sempre guiaram minha atuação política.

Conforme já citado, as mulheres que fizeram parte da Mesa Diretora foram Cida Borghetti, como 4ª Secretária (2009 a 2010); Luciana Rafagnin, como 2ª Secretária (2007 a 2008); Arlete Caramês, como 3ª Vice-Presidente (2003 a 2006); Irondi Pugliesei, como 4ª Secretária (1997 a 1998) e Vera Antônia Agibert, como 3ª Secretária (1987 a 1988).

Portanto, verifica-se que nos últimos anos, em especial a partir de 2022, muito se tem a comemorar, pois houve um avanço regimental, político e histórico no legislativo paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto ao longo do estudo, percebe-se que a baixa representatividade feminina nos cargos políticos brasileiros acaba por comprometer o lugar de fala das mulheres. Uma vez que, temas relevantes aplicáveis ao gênero feminino muitas vezes são tratados e decididos pelos homens.

Quando as mulheres entram na vida pública, elas têm o potencial de transformar o cenário político, econômico e social. A presença feminina faz a diferença e tem o poder de promover mudanças significativas. A participação das mulheres na política é essencial, pois é crucial que elas se envolvam e se pronunciem em nome e para o benefício de outras mulheres.

Apesar de constituírem a maioria na população eleitoral brasileira, as mulheres ainda são minoria na política. No entanto, a trajetória política no Brasil tem sido marcada pela contribuição de mulheres de grande relevância ao longo da história, que se destacaram por sua influência e compromisso com mudanças sociais e econômicas. Essas mulheres lutaram por políticas de inclusão e desenvolvimento econômico e desempenharam um papel crucial na transformação do cenário político, enfrentando desafios e superando barreiras. Sua atuação evidencia o

impacto significativo que a presença feminina pode ter na construção de um país mais justo e igualitário.

Embora existam leis no Brasil que visam reduzir a desigualdade entre homens e mulheres em espaços de poder político, é essencial a implementação de políticas públicas que promovam uma mudança de paradigma. É necessário superar a visão de que a participação feminina na política se limita a cumprir cotas, e incentivar ativamente o aumento da presença das mulheres em espaços públicos, contribuindo para um cenário político mais inclusivo e diversificado.

No que tange à participação feminina na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, observa-se um avanço significativo. Como resultado das últimas eleições, a Casa Legislativa conta agora com a maior bancada feminina de sua história, composta por dez deputadas - o dobro da legislatura anterior. Além disso, destaca-se a eleição da deputada estadual mais jovem da história do Estado, bem como, a presença de duas mulheres na Mesa Diretora, ocupando os cargos de 2ª Secretária e 3ª Vice-Presidente.

Com a criação da Bancada Feminina, pretende-se expandir a participação e garantir uma voz mais ativa para as mulheres no legislativo paranaense. A líder da bancada terá as mesmas prerrogativas que o Regimento Interno confere as lideranças partidárias ou bloco parlamentar.

No entanto, a luta pela igualdade de gênero na política ainda enfrenta desafios significativos. A sub-representação das mulheres em cargos de liderança, as disparidades salariais e a persistência de estereótipos e preconceitos de gênero são problemas que precisam ser abordados. Além disso, a interseccionalidade – a interseção de gênero com raça, classe social, orientação sexual e outras identidades – é crucial para entender as diferentes formas de discriminação e para promover uma representação política mais inclusiva.

A história da participação feminina na política revela um progresso notável, mas também sublinha a persistência de desafios. Apesar das conquistas legais e das mudanças sociais, a igualdade de gênero na política ainda é uma meta em construção. A representação das mulheres em cargos de poder e decisão ainda não reflete a proporção de mulheres na população e enfrenta barreiras que são tanto estruturais quanto culturais.

A implementação de políticas de cotas e a promoção de uma maior inclusão são passos importantes, mas devem ser acompanhados por mudanças culturais e estruturais que garantam que as mulheres possam realmente exercer o poder político de forma plena e igualitária. A luta por uma representação justa e equitativa exige um esforço contínuo para superar as desigualdades e construir uma política que reflita verdadeiramente a diversidade e a complexidade da sociedade.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia; Miguel, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. V. 20, n.2, 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://is.gd/mL6g0t> Acessado em 16 de agosto de 2024.

KARAWJCZYK, Mônica. A luta pelo voto feminino no Brasil. Disponível em: <https://is.gd/zuO5z4> Acessado em: 16 ago. 2024.

QUINTELA, Débora Françolin; DIAS, Joelson Costa. Participação Política das Mulheres No Brasil: Das Cotas De Candidatura à Efetiva Paridade na Representação. Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos, v. 2, n. 1, 2016.

REZENDE, Daniela Leandro. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 25, n. 3, Sep-Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2017000301199&lng=en&nrm=iso Acessado em: 16 ago. 2024.

<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/deputada-flavia-francischini-uniao-e-eleita-a-primeira-vice-presidente-da-historia-da>. Acessado em: 28 ago. 2024.

<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/mulheres-terao-mais-voz-na-assembleia-legislativa-do-parana>. Acessado em: 28 ago. 2024.

<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/dobro-de-mulheres-deputadas-reflete-ineditismo-da-nova-assembleia-legislativa-do-parana>. Acessado em: 28 ago. 2024.

<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/participacao-feminina-na-assembleia-legislativa-avanca-ao-longo-da-historia>. Acessado em: 28 ago. 2024.

<https://www.assembleia.pr.leg.br/comunicacao/noticias/projeto-que-cria-a-bancada-feminina-na-assembleia-e-aprovado-em-redacao-final>. Acessado em: 28 ago. 2024.

AS MULHERES NO REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO NO ENSINO SUPERIOR

Larissa Klosowski de Paula¹

Falar de mulher na história significava, então, tentar reparar em parte essa exclusão, uma vez que procurar traços da presença feminina em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil. (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 281-282).

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo foi identificar referenciais femininos indicados para os cursos de história. Para tanto, focou-se nas indicações de bibliografias obrigatórias e complementares dos cursos de graduação em história da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, ressaltando quantas são as obras femininas indicadas e em quais disciplinas estão as mulheres referenciadas. Partiu-se da hipótese de que mesmo com o histórico de aumento da inserção do público feminino nos cursos superiores, não houve a repercussão desta conjuntura na composição de referencial escrito por mulheres e indicados aos cursos de graduação em história. Ou seja: parte-se da hipótese de que as mulheres continuam minoria nos referenciais teóricos, mesmo que elas sejam maioria em outros indicadores (como se demonstrará mais adiante).

No que se refere à metodologia adotada, embora o objetivo se entrelace, de acordo com Bardin (2023), com o cunho quantitativo, haja vista que primeiramente se realizou uma busca baseada em índices numéricos, pretendeu-se também prover uma análise qualitativa dos dados levantados à medida em que se buscou identificar os categoriais aos quais o referencial feminino se relaciona, bem como correlacionar esses dados com demais referenciais que abordam a inserção feminina no meio acadêmico.

¹ Doutora em História (UFGD). Professora (UniBF). CV: <http://lattes.cnpq.br/4359683635948704>

Neste sentido, o texto que segue se divide em três etapas, sendo a primeira destinada à análise do levantamento de dados quantitativos, que foi realizada por intermédio do acesso aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) disponíveis nos ambientes *on-line* dos campi da UNESPAR. Aqui, por meio da leitura e catalogação dos dados obtidos nas seções de bibliografias obrigatórias e complementares dos PPC, foram elaborados quadros sintéticos com os dados encontrados. Na segunda etapa, relacionou-se os dados levantados anteriormente com os demais referenciais teóricos que abordam a inserção feminina no âmbito acadêmico, bem como se buscou identificar quais as categorias temáticas que o referencial feminino abarca nas universidades analisadas. Por fim, nas considerações finais, buscou-se responder à hipótese que movimentou essa pesquisa e a escrita deste capítulo.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ESCRITOS FEMININOS NA HISTÓRIA²

A produção de escritos de punho feminino não é novidade. De acordo com Smith (2003), tais produções perpassaram a história, embora por muito tempo tenham sido “[.] envolvida[s] pelo desdém profissional que mereceu uma atenção relativamente pequena dos estudiosos” (SMITH, 2003, p. 88). Esse desdém denota de conjuntura temporal na qual os escritos das mulheres destoavam da perspectiva cientificista pautada no positivismo, além de cercear o acesso feminino aos arquivos e espaços de produção de conhecimento científico.

Ainda assim, as produções femininas, mesmo que não consideradas científicas, serviram de suporte composição de “[...] contranarrativa ou cobertura que escondia o que acontecia nas violentas e tumultuadas vidas [...]” (SMITH, 2003, p. 93), sendo esses escritos utilizados por historiadores/as que possuíam esse objeto de análise em tempos posteriores. Além

² Texto adaptado da dissertação defendida pela autora no ano de 2017. Para maiores informações, consultar: PAULA, Larissa Klosowski de. Consciência História e Temática das Mulheres nos Livros Didáticos de História. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino Formação Docente Interdisciplinar – PPIFOR. 2017

disso, a autora também destaca que boa parte das narrativas produzidas antes do XVII eram construídas de maneira coletiva, mas assinada pelo patriarca, pois “[...] sempre que um crítico avaliava um trabalho feito por marido e mulher, *o costume ditava que a autoria fosse atribuída apenas ao homem*. (SMITH, 2003, p. 184. [Grifos meus]).

Essa conjuntura, de acordo com Perrot (1988), se perpetuou com a Revolução Francesa, que colaborou para cercear a participação feminina nos espaços políticos, subordinando a mulher aos cuidados para com o lar, a família e a economia doméstica. Embora a Revolução tenha consolidado mudanças estruturais nas sociedades, os escritos produzidos por mulheres e as próprias mulehres continuavam sendo vistos “[...] como qualquer coisa, menos como escritoras profissionais” (SMITH, 2003, p. 345). Essa conjuntura política somada à intelectual, consolidava o afastamento feminino da produção escrita de relevância científica, de modo que “O positivismo opera um verdadeiro recalçamento do tema feminino e, de modo mais geral, do cotidiano.” (PERROT, 1988, p. 185). A autora complementa a descrição ressaltando que:

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro. A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não-qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas. (PERROT, 1988, p. 186-187)

Porém, ainda que excluídas, as mulheres continuavam existindo e resistindo, preservando boa parte da popular justamente por serem afastadas no aparato científico, de modo que “Para escrever a história popular da Revolução Francesa, Michelet interrogava as mulheres.” (PERROT, 1988, p. 207).

No final do século 19, o amadorismo feminino criava uma superfície histórica com uma densa camada de pintura a respeito da vida diária, da cultura material, da vida das mulheres trabalhadoras e, em menor grau, do ativismo feminino. Ele mostrava uma variedade de tipos sociais, uma multiplicidade de locais para estudo histórico e um sortimento de materiais, a partir dos quais a narrativa histórica podia ser construída. (SMITH, 2003, p. 383-384)

Com as ondas do movimento feminista, a história das mulheres, bem como seus escritos, ganhou espaço tanto nos estudos históricos, quando nos espaços de produção de tais estudos. No entanto, ainda no século XX, as mulheres enfrentaram dificuldades para adentrar às universidades e conquistar espaço no meio acadêmico, de modo que “A mulher profissional [que escrevia a história] era uma entidade imprecisa, um paradoxo, um borrão.” (SMITH, 2003, p. 413),

De acordo com Soihet e Pedro (2007), foi com o movimento dos *Annales* que as mulheres passaram, gradativamente, a ser “[...] incorporadas à historiografia” (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 284). Ibañez e Martinez (2014) vão ao encontro dessa premissa, destacando também que a ampliação das perspectivas da história oriunda do movimento dos *Annales* colaborara para, posteriormente, com o advento da Nova Esquerda Inglesa, prover estudos que associavam as problemáticas sociais com a condição das mulheres.

Com o movimento “crítico do racionalismo abstrato”, de acordo com Soihet e Pedro (2007), nos anos de 1960, os conceitos historiográficos rígidos se tornaram mais maleáveis, abrindo mais espaço para consagrar a História das Mulheres e suas experiências sociais na história.

Dessa forma, as transformações na historiografia, articuladas à explosão do feminino, a partir de fins da década de 1960, tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres. (SOIHET e PEDRO, 2007, p. 285)

Dessa conjuntura, insurgem as ondas do movimento feminista, com suas reivindicações inicialmente pontuadas nos direitos políticos, ao corpo, na interseccionalidade, entre outras demandas que perpassaram o movimento, sem o qual os direitos das mulheres não teriam sido alcançados. Porém, ainda se levantam diversas hipóteses acerca de se os direitos das mulheres estão garantidos, mantidos, e se a condição de igualdade se concretizou. Ao encontro dessas hipóteses que se buscou, utilizando-se como suporte os cursos de história da UNESPAR, identificar quantas, quais e quem são as mulheres referenciadas no processo de formação de professores/as.

No que se refere à inserção feminina no magistério no Brasil, primeiro passo para considerarmos as obras femininas nas matrizes curriculares dos cursos superiores, de acordo com Almeida (1998), embora se tratasse de uma oportunidade de trabalho, era perpassada por uma estrutura desenhada e alinhada por homens, desde a constituição dos currículos até a escrita dos materiais por elas utilizados enquanto didáticos. Além disso, destaca a autora que a profissão docente vinha permeada por uma espécie de área maternal e uma missão para com os cuidados.

Liblik (2017) reitera essa premissa em sua pesquisa, que se destina a analisar as articulações de gênero na carreira acadêmica no campo da História. Neste âmbito, a autora destaca a atuação das categorizadas por ela como duas gerações de historiadoras, sendo a primeira localizada entre os anos de 1934-1970, e a segunda, 1971-1990. A pesquisadora notou diferenciações pela conquista de espaço acadêmico entre as gerações, bem como mapeou muitas das dificuldades encontradas pelas historiadoras tanto no que diz respeito à manutenção da carreira docente universitária, quanto em relação à produção acadêmica interligada a esse exercício.

Assim sendo, levando em consideração os percalços mencionados até então, por intermédio da localização das mulheres nas bibliografias obrigatórias e complementares dos cursos de história de uma das universidades estaduais do Paraná, pretendeu-se mapear quem são essas pesquisadoras, escritoras e/ou historiadoras, e em qual das áreas da história elas se localizam. Não é intenção desta pesquisa promover constrangimentos em relação à formação de professores/as de história,

mas de mapear o referencial escrito por mulheres durante esse processo. Logicamente, compreende-se que nem sempre as aulas serão mediadas exclusivamente pela bibliografia mencionada no PPC. Porém, este documento possui sua importância ao passo que concentra a concepção do curso de graduação ao qual se dirige. Assim sendo, nos próximos tópicos a intencionalidade em se mapear a inserção das mulheres nestes documentos é realizada com o intuito de se pensar nesse espaço também como de conquista feminina.

QUANTAS, QUEM E “SEUS LUGARES”: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA DA BIBLIOGRAFIA INDICADA NOS PPC

No período de escrita deste capítulo, o estado do Paraná contava com sete Universidades Estaduais, a saber: 1. Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); 2. Universidade Estadual de Maringá (UEM); 3. Universidade Estadual de Londrina (UEL); 4. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); 5. Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO); 6. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); 7. Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). A UNESPAR oferta curso de história em quatro dos seus sete campi: Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória. No entanto, não foi possível localizar o PPC do curso de história do campus de Campo Mourão, motivo que o deixou de fora das análises ora realizadas.

Localizados os PPC dos cursos de história, a leitura se concentrou no ementário das disciplinas da grade curricular, principalmente nos itens que versavam sobre as bibliografias obrigatórias e complementares, sendo destas selecionadas apenas as bibliografias escritas ou organizadas exclusivamente por mulheres, ou sendo elas as indicadas como organizadoras principais da obra. Desta atividade, seguem, nos próximos parágrafos, os dados que puderam ser analisados levando-se em consideração que cada PCC é único, ou seja, eles não possuíam uma métrica comum, bem como nem todos incluíam as referências das disciplinas optativas, motivo pelo qual se optou pelo enfoque apenas nas disciplinas curriculares obrigatórias. Neste sentido, levou-se em consideração apenas aquelas

disciplinas para os quais o referencial bibliográfico era mencionado e que faziam parte do núcleo obrigatório do curso.

Considera-se importante destacar também que os referenciais foram contabilizados por disciplina, sendo que a mesma obra foi contabilizada novamente caso aparecesse como referencial em outra disciplina do ementário. Sob esse recorte, os seguintes dados puderam ser levantados:

Quadro 01: referenciais por quantidade

<i>Campus</i>	<i>Qntdd geral de referências</i>	<i>Qntdd de referências femininas</i>
<i>Paranaguá</i>	699	103
<i>Paranavaí</i>	440	80
<i>União da Vitória</i>	303	85

Fonte: autoria própria (2024).

O PPC do curso de história de Paranaguá conta com 30 disciplinas obrigatórias ofertadas no decorrer do curso. Destas, apenas “Introdução à Filosofia” e “Geografia do Brasil” não continham referenciais exclusivamente femininos na bibliografia indicada. Notório destacar que a disciplina onde mais se menciona referenciais femininos foi “Metodologia de Ensino de História”, para qual das 29 referencias indicadas, 12 são de autoria feminina.

Em relação ao curso da unidade de Paranavaí, foram catalogadas 28 disciplinas no núcleo obrigatório, dentre as quais não há referencial exclusivamente feminino nas disciplinas de “História e Ciências Sociais”, “História Moderna”, “Teorias da História I”, “História da África”, “Teorias da História II”, “História Contemporânea II” e “Trabalho de Conclusão de Curso”. Novamente, identificou-se que a maior quantidade de referenciais femininos se localiza nas disciplinas relacionadas ao campo de ensino de história, a saber: “Didática do Ensino de História”, sendo 28 referências indicadas, das quais 10 são de autoria feminina; “História da Legislação educacional e das Políticas Públicas para a Educação no Brasil”, com 10 gerais e 5 femininas; “Ensino de História para o Ensino Fundamental”, com 11 obras escritas por mulheres em um referencial de 21 indicadas; “Estágio Supervisionado para o Ensino Fundamental”, com

os mesmos índices citados anteriormente; e “Introdução à LIBRAS”, que possui 10 obras escritas por mulheres em um referencial de 12 indicadas.

Por fim, das 43 disciplinas obrigatórias do curso de história da unidade de União da Vitória, os escritos produzidos especificamente por mulheres não foram identificados nas disciplinas de: “História Antiga I”, “História Antiga II”, “História da África”, “História do Brasil Republicano I”, “História Medieval I”, “História Medieval II”, “História Moderna I”, “História Moderna II”, “Iniciação à Pesquisa Científica I”, “Teorias da História I”, “Teorias da História III” e “Teorias da História IV”. Novamente, a prevalência de inserção de escritos femininos contempla a área de conhecimentos relacionados à pedagogia ou ao ensino de história, a saber: “Didática da História”, com 4 obras femininas em 8 indicadas; “Estágio Supervisionado I”, com 5 para 7 indicadas no referencial geral; “LIBRAS”, com 4 obras femininas em um rol de 7 gerais; “Metodologia e Prática do Ensino de História I” e “Metodologia e Prática do Ensino de História II” e “Metodologia e Prática do Ensino de História IV”, com 3 obras em 6; “Metodologia e Prática do Ensino de História III”, com 6 obras em 7; “Psicologia da Educação”, com 4 obras em 6; e “Universidade e Sociedade II” com 3 obras em 6. Notou-se, também, no referencial do ementário deste campus, que nas disciplinas de “História do Brasil Imperial I”, do referencial de 6 obras indicadas, 3 são de autoria feminina; para “História Oral”, foram indicadas 8 referências gerais, das quais 6 são de mulheres, destoando dos outros dois já analisados, haja vista que nos anteriores apenas nas disciplinas ligadas ao ensino de história que as obras de autoria feminina se aproximavam do número de indicações masculinas.

Dentre o rol de bibliografias de autoria feminina mencionadas numericamente no Quadro 1, algumas são utilizadas em mais de uma disciplina, assim como são presentes nos PPC de mais de um dos campi ora analisados. Neste sentido, para identificar quem são as mulheres mais referenciadas e para a qual disciplina são indicadas, estabelecendo, deste modo, uma espécie de categorial de referências, todas as bibliografias femininas foram catalogadas e organizadas em acordo com a autoria para, desta atividade, se retirar quais eram as mais citadas. Foram selecionadas

as autoras mencionadas mais de três vezes, independente se era ou não a mesma obra a ser utilizada como referencial.

Desta triagem, observou-se que Carla Pinsky; Carla Pinsky e Tânia Regina de Luca; Circe Maria Bittencourt; Cristiane Baretta da Silva; Hannah Arendt; Isabel Barca; Manuela Carneiro da Cunha; Maria Auxiliadora Schmidt; Maria Auxiliadora Schmidt e Isabel Barca; Maria Auxiliadora Schmidt e Marlene Cainelli; Maria Lígia Prado; Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino Soares e Verena Alberti; foram autoras mais citadas nos PPC analisados.

A obra de *Fontes Históricas*, organizada por Carla Pinsky, é mencionada com referencial para as disciplinas de Teoria e Metodologia da História I, Metodologia da Pesquisa e Extensão e Metodologia do Trabalho de Conclusão de Curso, do campus de Paranaguá, bem como em Estágio Supervisionado I e Produção de Monografia de TCC de União da Vitória. Além desta obra, *Novos Temas nas Salas de Aula em História* também compõe o referencial indicado para o componente de Metodologia e Prática do Ensino de História III de União da Vitória. Além dessa obra, *O Historiador e Suas Fontes*, de Carla Pinsky e Tânia Regina de Luca, é indicado nas disciplinas de Teoria e Metodologia da História I, Metodologia da Pesquisa e Extensão e Metodologia do Trabalho de Conclusão de Curso de Paranaguá, e em Introdução aos Estudos Históricos de Paranavaí.

Circe Maria Bittencourt e seu *O Saber Histórico em Sala de Aula*, é referencial na disciplina de Metodologia do Ensino de História de Paranaguá. No campus de Paranavaí, a autora é citada no referencial das disciplinas de Didática do Ensino de História, Ensino de História para o Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, Ensino de História para o Ensino Médio e Estágio Supervisionado no Ensino Médio, com suas obras *Ensino de História: Fundamentos e Métodos, II Encontro: Perspectivas do Ensino de História*, e, também, *O Saber Histórico na Sala de Aula. Ensino de História: Fundamentos e Métodos* também é obra referenciada para as disciplinas de Estágio Supervisionado I, Metodologia e Prática do Ensino de História I e II, e Universidade e Sociedade I, de União da Vitória.

Os Volumes I e II de *Experiências de Ensino de História no Estágio Supervisionado*, de Cristiane Bareta da Silva, compõem as disciplinas de Ensino de História para o Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental de Paranavaí.

Isabel Barca, com o texto *Aula Oficina: do projeto à avaliação*, é referenciada em Metodologia do Ensino de História, em Paranaguá; e Ensino de História para o Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, em Paranavaí. Em *União da Vitória Educação e Consciência Histórica na Era da Globalização* é referência para a disciplina de Didática da História.

Maria Auxiliadora Schmidt, que possui obras em parceria com Isabel Barca e Marlene Cainelli, é, depois de Circe Maria Bittencourt, a autora mais indicada nos PPC dos cursos de história da UNESPAR. *Histórias do Cotidiano Paranaense* é indicado para a disciplina de História do Paraná, do campus de Paranaguá. *Aprender História Perspectivas da Educação Histórica*, organizado junto à Isabel Barca, é indicado nas disciplinas de Ensino de História para o Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, em Paranavaí; *Jörn Rüsen: e o Ensino de História*, que conta com Estevão Resende Martins, é indicado em União da Vitória, nas disciplinas de Metodologia e Prática do Ensino de História III e Universidade e Sociedade II. Das obras de Maria Auxiliadora Schmidt com Marlene Cainelle, *Ensinar História* é referencial das disciplinas de Didática do Ensino de História, Ensino de História para o Ensino Fundamental e Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental do campus de Paranavaí; e de Metodologia e Prática do Ensino de História III e Universidade e Sociedade II de União da Vitória. *III Encontro: Perspectivas do Ensino de História* é indicado em Didática do Ensino de História em Paranavaí; e, por fim, *Educação Histórica: Teoria e Pesquisa*, para Didática da História em União da Vitória.

Destoam da característica de interligação com as áreas voltadas para o ensino de história a filósofa alemã Hannah Arendt, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, e as historiadoras Verena Alberti, Maria Lígia Prado e sua obra em parceria com Gabriela Pellegrino Soares. A primeira, Hannah Arendt, é indicada para as disciplinas de Teoria e Metodologia

da História II e História Contemporânea, do campus de Paranaguá, com as obras *Entre o Passado e o Futuro* e *Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, Totalitarismo*. Em União da Vitória, além destas duas obras mencionadas, soma-se *Sobre a Revolução* e *Homens em Tempos Sombrios* em Didática da História e História Contemporânea I e II.

O mesmo ocorre com as obras *História dos Índios no Brasil* e *De Amigos Formais e Pessoa; de Companheiros, Espelhos e Identidades*, de Manuela Carneiro da Cunha, indicados para as disciplinas de Antropologia Social, Cultura Indígena e Populações Tradicionais e História do Brasil I, em Paranaguá; e, a primeira obra, para História do Brasil Colônia no campus de Paranavaí.

América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos e *O Populismo na América Latina*, de Maria Lígia Prado, são indicados, o primeiro, em Paranaguá e o segundo, em Paranavaí, para a disciplina de História da América II. Sua obra em parceria com Gabriela Pellegrino Soares, *História da América Latina*, é indicada para as disciplinas já referidas, nos mesmos campi, acrescidas pela disciplina de História da América I do campus de Paranavaí.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as mulheres ocupem menos espaço nos referenciais indicados para os cursos de história, elas não estão ausentes. O espaço que ocupam, no entanto, demonstra a característica destacada por Almeida (1998) no que se refere à relação com o ensino, com o trato de sala de aula. As temáticas das obras também apresentam características relacionadas a esse perfil de trabalho de modo que, diferentemente que Rago (1995) identificou quanto às produções historiográficas femininas, as que adentraram à academia, utilizando-se aqui do exemplo identificado na universidade analisada, não estão centradas no campo da História das Mulheres, mas, reitera-se, no da educação, do ensino de história.

Se essa característica é reflexo, assim como o é no magistério, de, segundo Almeida (1998), de relegar às mulheres espaços que se relacionam com cuidados e que possuem menor prestígio quando comparados à produção de conhecimento historiográfico, somente outra pesquisa para

responder a essa nova hipótese. Se o que foi identificado nos campi da UNESPAR é padrão nos cursos de formação de professores/as de história, também se precisa de ampliação das lentes de análise para responder.

O que se pode afirmar diante do que fora analisado até o momento é que, como destacado no início dessa seção, as mulheres não estão ausentes dos referenciais. Comparadas ao quantitativo de referenciais masculinos ou em coautoria, elas ainda são minoria. As áreas nas quais suas obras são mais utilizadas compreendem o ensino de história, e estão menos presentes nas disciplinas das chamadas “áreas duras”, ou seja, aquelas especificamente voltadas para conteúdos históricos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: EdUNESP, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2023.

IBÁÑEZ, Rachel Sánchez; MARTÍNEZ, Pedro Miralles. Pensa en la historia y enseñar en las aulas: estado de la cuestión y restos de futuro. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis: vol. 6, n. 11, p. 278-289, Jan/Abr. 2014.

LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, p. 81-91, 1995.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Boniie G. **Gênero e História: Homens, Mulheres e a Prática Histórica**. Bauru; São Paulo, EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo. Vol. 27, nº 54, p. 281-300, 2007.

DO PRIVILÉGIO AO ACESSO UNIVERSAL: O CAMINHO DA EDUCAÇÃO PARA MULHERES NO BRASIL

Renata Maldonado Silveira Romão¹

Taís de Queiroz Santos²

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem o intuito de dialogar acerca da educação para mulheres brasileiras ao longo da história e terá o enfoque à educação formal, permeando os aspectos sociais e culturais tendo como marco temporal a partir do Brasil império até os dias atuais.

Embora a educação formal ainda possa ser compreendida por alguns como um privilégio, desde a Constituição Imperial de 1824 estabeleceu-se uma relação direta entre educação e cidadania. A partir desse momento, a educação formal se tornou uma garantia da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos. O que poderia representar um importante avanço em uma política de democratização da instrução formal acabou destacando ainda mais a desigualdade entre os considerados cidadãos, e os demais brasileiros e brasileiras que viviam a margem da cidadania (HORTA, 1998).

Mesmo com a promulgação da Constituição de 1824, que garantia a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, a exclusão feminina e de outros grupos marginalizados permaneceu uma realidade. As meninas e mulheres enfrentaram barreiras institucionais e culturais que limitaram o seu acesso à educação, como a ideia de que a instrução feminina deveria se restringir às habilidades domésticas, reforçando os papéis tradicionais de gênero.

¹ Mestra em Direito (UNIMEP). CV: <http://lattes.cnpq.br/1009850959642954>

² Graduada em História (UNIFESP). CV: <http://lattes.cnpq.br/9080242302524689>

A partir do século XIX, com a Lei de 1827, houve as primeiras tentativas de formalizar a educação feminina, criando-se escolas específicas para meninas e regulamentando a atuação de mulheres como professoras. No entanto, essas iniciativas estavam longe de garantir a igualdade educacional. As mulheres eram formadas para serem “boas esposas e mães”, um ideal que permeava o currículo e os objetivos educacionais destinados a elas, reforçando a segregação de gênero dentro das próprias instituições de ensino.

Com o avanço do século XX, movimentos feministas e reformas educacionais começaram a questionar esses padrões excludentes, promovendo o acesso de mulheres a diferentes níveis de ensino e a áreas de conhecimento antes dominadas por homens. Contudo, o caminho para uma educação plenamente inclusiva e igualitária ainda é permeado por desafios. A presença de mulheres na educação superior e em carreiras científicas, por exemplo, ainda enfrenta obstáculos decorrentes de estereótipos de gênero e discriminação sistêmica.

A história da educação para mulheres no Brasil, portanto, é uma narrativa de resistência e resiliência, onde conquistas importantes convivem com a perpetuação de desigualdades. O desenvolvimento educacional feminino é parte integrante da luta pela cidadania plena, revelando como a educação, longe de ser um simples meio de instrução, é um campo de disputa por direitos, resistência e transformação social.

DESENVOLVIMENTO

A educação para mulheres brasileiras ao longo da história teve seu desenvolvimento pautado com atraso em relação aos homens. Isso porque mesmo com a permanência da realeza portuguesa no território e a inserção de escolas e faculdades, a educação para mulheres não foi uma prioridade.

A compreensão dos direitos no Brasil demorou a se consolidar. A ideia de que todos são cidadãos e, portanto, possuem direitos, levou tempo para se enraizar na cultura e instituições no Brasil.

Durante séculos, a escravidão e a concentração de terras moldaram a base da organização social, política e econômica do país, perpetuando uma estrutura autoritária e desigual. Não por acaso, o Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão. Os portugueses construíram um vasto território com unidade linguística, cultural e religiosa, mas também deixaram como herança uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultural e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira (CARVALHO, 2014).

Essa realidade histórica reflete as profundas dificuldades que enfrentamos até hoje para garantir a cidadania plena, incluindo o direito à educação de qualidade.

A educação, um dos pilares da construção de uma sociedade mais justa e igualitária, permanece fragilizada por resquícios de um passado marcado pela exclusão e pela desigualdade.

Durante a Colônia (1500-1822) a educação ficou a cargo da Companhia de Jesus dos padres jesuítas, que teve como objetivo a conversão e domesticação dos indígenas para a Santa Fé Católica, a educação dos filhos da aristocracia e a formação do clero. Sem qualquer política pública de educação durante o Período Colonial, em 1822, quando da independência e formação do Estado brasileiro, 99% da população continuava analfabeta (GOMES, 2010).

Embora em meados do século XVI a educação feminina fosse um tema pouco pensado, existe um registro realizado na sede do governo geral na Bahia, pelo padre Manoel da Nóbrega, onde indígenas teriam lhe pedido também “mulheres virtuosas” para ensinar as meninas, tal como os padres que instruíam os rapazes. Essa antecipação de quase três séculos ao costume de educar mulheres, de forma semelhante à educação dada aos homens, levou Afrânio Peixoto a comentar esse episódio como “uma instituição quase milagrosa” (MOACYR, 1936).

A partir do século XVII os conventos sugeriram como uma alternativa para a educação formal feminina. Até esse momento, poucas jovens

sabiam ler e escrever, geralmente pertenciam à elite e recebiam a instrução de modo privado, em casa, por meio de algum familiar ou preceptor. Os conventos representavam uma figura ambígua, para algumas mulheres era um símbolo de prisão e castigo, para outras, uma fuga de destinos previamente estabelecidos para mulheres como casamento, maternidade e falta de instrução. Embora esse espaço fosse uma possibilidade, ele foi pouco representativo no que diz respeito ao número de mulheres atendidas. Até 1811 existiam apenas cinco conventos no Brasil, um na Bahia, dois no Rio de Janeiro e dois em São Paulo (CARRA, 2019).

Não por acaso que mudanças significativas na realidade brasileira ocorreram com a chegada e permanência da família real portuguesa, entre os anos de 1808 e 1821, após ter seu território invadido e ocupado pelo exército Napoleônico. Assim, com ares ainda de clandestinidade, se é que se pode afirmar isso, há quem considere que, após intensos conflitos havidos, a constituição federal de 1824 é a verdadeira fundação do Estado brasileiro, conforme defende PRUDENTE:

Não é incorreto dizer que a Constituição de 1824 fundou o Estado brasileiro. Em que pese, com características de estado ilegal, é a partir desta Constituição que o Brasil passa a existir como Estado autônomo. A independência de Portugal, entretanto, não teria sido suficiente para que se acalmassem os ânimos.

Cumprir destacar que a Constituição de 1824, a primeira do Brasil, estabeleceu o direito à educação primária gratuita para todos os cidadãos. A garantia estava prevista nos incisos XXXII e XXXIII do artigo 179, que tratava da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos brasileiros.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes.

No entanto, a maioria da população não tinha acesso à educação, que era destinada principalmente à elite da época.

Foi apenas em 15 de outubro de 1827, que o imperador Dom Pedro I através da lei s/n de mesma data que mandou criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares. Referida lei disciplina em especial no artigo 11 a criação de escolas para meninas e regulamenta nos artigos 12 e 13 a atividade docente de mulheres, conforme a seguir:

Art. 11. Haverão escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento.

Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquelas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimento nos exames feitos na forma do Art. 7º.

Art. 13. As Mestras vencerão os mesmos ordenados e gratificações concedidas aos Mestres.

Cabe observar que o artigo 6º estabelece o conteúdo pedagógico a ser seguido pelos professores:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil.

Pode-se assim perceber que ainda que houvesse a autorização para mulheres de “reconhecida honestidade” lecionarem, não poderiam ensinar geometria, e deveriam ensinar as prendas domésticas às meninas.

Foi no mesmo ano de 1827 que se instalaram no Brasil as duas primeiras faculdades do país, ambas de direito. E também eram destinadas às elites da época.

Em 19 de abril de 1879, foi publicado o decreto nº 7.247 que reformava os ensinos primário e secundário no município do Rio de Janeiro; e o ensino superior em todo Império. O art. 2º instituía a obrigatoriedade da instrução, em escola pública ou subsidiada, para crianças de ambos os sexos. Embora essa medida represente uma ideia rudimentar de ensino universal, ela se aplicava a um público bastante restrito: meninos situados em até um quilometro e meio da escola e meninas situadas até um quilometro. Esse dado demonstra que, embora o processo de universalização da instrução formal tenha acontecido de forma lenta e gradual, às mulheres foram impostos ainda outros entraves que deram continuidade à desigualdade no acesso, retardando ainda mais as oportunidades para a educação feminina.

Apesar da roupagem inovadora, o período republicano conservou discussões próprias do Império. Tanto o catolicismo quanto o positivismo eram contra a coeducação mista dos sexos. É interessante perceber como duas posições, uma que se pretendia conservadora, e outra que se pretendia progressista, convergiam em um mesmo pensamento de segregação feminina. Na Constituição da República (1891), a educação primária e secundária passaram à responsabilidade dos Estados. Em 1893, São Paulo realizou uma reforma educacional que se tornou um símbolo desse “novo” ensino republicano.

A oferta igualitária de vagas para meninos e meninas, e o direito de frequentar a mesma classe, se aplicava somente ao Jardim de Infância, dos 4 aos 6 anos de idade. As demais experiências de ensino aconteciam em sessões masculina e feminina, nas mesmas escolas. Há quem possa dizer que esse era o padrão da época e que por isso não poderia

ser diferente, porém é importante lembrar que reformas como a de Leôncio Carvalho (1879), e projetos como os de Rui Barbosa (1882 e 1883), já haviam apresentado pareceres muito mais ambiciosos nesse aspecto da educação (CARRA, 2019).

Nessa toada é o livro de BELOTTI, descrito em AUAD, 2003, educar para a submissão: o descondicionamento da mulher, onde relata situações do cotidiano familiar, cultural e escolar em que as meninas são ensinadas a serem “boazinhas” e “comportadas”, a não elevarem o tom de voz e serem carinhosas.

O movimento feminista tem desempenhado um papel fundamental na luta pela educação das mulheres no Brasil, promovendo avanços significativos tanto no acesso quanto na qualidade da instrução oferecida. Desde o final do século XIX, as feministas brasileiras passaram a reivindicar direitos educacionais, percebendo a educação como um elemento central para a emancipação feminina. A educação formal tornou-se um campo de batalha para a conquista de direitos sociais e políticos, impulsionando a entrada das mulheres em espaços anteriormente reservados apenas aos homens, como as universidades e determinadas profissões (AUAD, 2003).

Nesse mesmo período outros grupos também apresentaram suas próprias ideias para a educação, em paralelo aos moldes da instrução formal. Para os anarquistas, por exemplo, em especial os operários, a educação feminina era enxergada como um elemento necessário para a luta política. Algumas ordens religiosas também ofereciam instrução à jovens órfãs e pobres, porém reproduzindo os já conhecidos ideais moralistas e de ensino de alguma profissão como a de bordadeira, costureira, doceira, faxineira etc., profissões compatíveis com os ditos papéis femininos (CARRA, 2019).

Com o advento da Escola Nova (1920), do governo de Getúlio Vargas, o ensino misto finalmente se tornou a ordem na instrução formal. Vale ressaltar que tal como no Império, isso não aconteceu em função do reconhecimento da plenitude da cidadania das mulheres. Os

elevados custos da universalização do ensino primário foram o fator determinante para essa escolha. Além é claro, do trabalho de reivindicação dos movimentos organizados de mulheres.

Também vale lembrar que a inclusão das mulheres à educação formal promoveu uma série de ganhos para o projeto de república em curso: o desenvolvimento do conceito de nação, uma maior ciência dos deveres cívicos, redução da pobreza, redução da mortalidade infantil, melhoria da produtividade econômica, entre outras.

Durante o século XX, o feminismo contribuiu para a ampliação do debate sobre igualdade de gênero nas escolas, propondo mudanças nos currículos e métodos de ensino que pudessem romper com os estereótipos sexistas e incluir uma perspectiva crítica sobre as relações de poder entre homens e mulheres. As feministas brasileiras denunciaram a exclusão das mulheres de áreas como as ciências exatas e tecnológicas, desafiando a divisão sexual do trabalho e o conceito de que determinadas disciplinas e profissões eram inadequadas para as mulheres. Além disso, o movimento impulsionou a criação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero na educação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, que prevê a promoção do respeito à diversidade e aos direitos humanos nos ambientes escolares.

A partir da segunda metade do século XX as mulheres passaram a receber mais oportunidades de ingresso, também no ensino superior, e puderam enfim explorar outras possibilidades na carreira acadêmica e profissional. Oportunidades essas que não foram desperdiçadas, na década de 1990 observou-se que a maioria das pessoas matriculadas e concluintes dos cursos superiores eram do sexo feminino. Mais uma década, e nos anos 2000 as mulheres também se tornaram maioria na pós-graduação (CARRA, 2019).

Infelizmente, tais dados não se refletiam na igualdade de oferta de oportunidades. Primeiro porque, a maioria das matrículas de mulheres estavam concentradas em áreas do ensino e licenciaturas, cursos tradicionalmente desvalorizados pelo mercado de trabalho. Além de serem

cursos de menor investimento econômico, sendo diminuídos inclusive nas próprias instituições de ensino. Essa problemática é tão marcante em nossa cultura que embora nós possamos observar um crescimento no acesso feminino à cursos tidos como masculinos, não existe o mesmo movimento em relação aos cursos tidos como femininos, estes permanecem em um lugar de estigma, e longe do interesse masculino.

Nos últimos anos, o feminismo também tem sido crucial para o fortalecimento de ações afirmativas e a criação de programas de apoio à permanência de mulheres no ensino superior, especialmente daquelas pertencentes a grupos vulneráveis, como negras, indígenas e moradoras de áreas rurais. Essas iniciativas têm contribuído para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e diverso, que reconhece e valoriza as diferentes trajetórias e experiências das mulheres brasileiras. A presença de mulheres em posições de liderança acadêmica e em pesquisas científicas também reflete os impactos positivos do feminismo, que continua a lutar para que a educação seja um espaço de empoderamento e transformação social para todas as mulheres.

CONSIDERAÇÕES

Considerando o percurso de proibições e dificuldades de acesso de mulheres à educação formal, há de se imaginar que a garantia do direito ao ingresso pleno e universal seria o último capítulo nesta história. Porém, a contemporaneidade nos tem permitido observar que garantir o acesso não foi o suficiente para a conquista de uma educação igualitária. Isso porque, embora moças e rapazes partilhem o mesmo espaço e a mesma educação, existe um conjunto de currículos e práticas docentes e administrativas que perpetuam uma diferenciação na educação promovida para cada um dos gêneros.

Entre outros ensinamentos, há uma imposição simbólica do que é adequado, ou não, ao homem e a mulher em espaços sociais. Ainda hoje, a cultura escolar se organiza a partir de elementos como gênero, raça, orientação sexual, aparência corporal e capacidade física e intelectual,

todos elementos passíveis de promoção de desigualdades e segregações informais no contexto escolar. Ocorre que a educação formal contemporânea ainda funciona aos moldes de sua criação: “uma proposta de igualdade formal de oportunidades, sem maiores reflexões sobre questões de gênero, étnicas ou socioeconômicas” (CARRA, 2019, p. 558).

A trajetória da educação para mulheres no Brasil revela um processo marcado por avanços e desafios que refletem as transformações sociais, políticas e culturais do país. Desde o período imperial, quando a instrução feminina era limitada e subordinada aos papéis tradicionais de gênero, até os dias atuais, houve conquistas significativas, como a ampliação do acesso à educação formal e a inclusão de mulheres em diferentes níveis e áreas do conhecimento. No entanto, apesar dessas vitórias, persistem desigualdades que afetam a qualidade e a igualdade educacional, especialmente para grupos vulneráveis como mulheres negras, indígenas e de regiões periféricas.

O feminismo teve e continua a ter um papel crucial nesse processo de transformação, ao promover debates e políticas públicas que buscam eliminar barreiras históricas e culturais que dificultam a plena inclusão das mulheres na educação. A crítica aos estereótipos de gênero, a luta contra a discriminação e a busca por um currículo inclusivo são algumas das contribuições do movimento feminista para a construção de um ambiente educacional mais equitativo. As ações afirmativas e os programas de apoio à permanência também são reflexos desse engajamento, que visa garantir que todas as mulheres tenham oportunidades iguais de acesso e sucesso nos ambientes educacionais.

A educação formal tem se perpetuado como um espaço de privilégio. Primeiro das elites, dos rapazes, da população branca e daqueles que estavam nos grandes centros urbanos. Ainda hoje a educação possui desafios de inclusão e universalização, como o acesso e a permanência de pessoas com deficiência, populações periféricas ou rurais, populações empobrecidas etc.

Dessa forma, conclui-se que, embora tenha havido avanços, ainda há muito a ser feito para alcançar uma educação verdadeiramente igualitária no Brasil. A garantia do acesso ao ensino não é suficiente por si só; é necessário também promover uma educação que valorize a diversidade e combata as desigualdades estruturais. Para isso, é essencial a continuidade de políticas inclusivas, o fortalecimento das discussões sobre gênero e educação e a colaboração de toda a sociedade na luta por um sistema educacional que reconheça e respeite as particularidades e necessidades de cada indivíduo. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa e democrática, onde a educação seja um direito efetivamente garantido a todas e todos.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. *Feminismo que história é essa?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

BRASIL. Decreto nº7.247, de 19 de abril de 1879. Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo Império.

BRASIL. Constituição da República. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (De 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <https://is.gd/sjvFVU>

BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil. (de 25 de março de 1824). Disponível em: <https://is.gd/QBt72n>. Acesso em: 21.set.24

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://is.gd/EijVd0>. Acesso em: 23. set. 24.

CABRAL, Cristina. *Gênero e Educação no Brasil: desafios e perspectivas*. São Paulo: Cortez, 2010.

CARRA, P. R. A. Escola mista? Coeducação? Um desafio histórico para a educação de meninos e meninas. *Cadernos de História da Educação*, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 548–570, 2019. DOI: 10.14393/che-v18n2-2019-15. Disponível em: <https://is.gd/qlBDDV>. Acesso em: 21 set. 2024.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, L. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil - um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**: Subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1936. v. 1.

PRUDENTE, Wilson. A verdadeira história do direito constitucional no Brasil. Volume 1. Niterói, RJ: Impetus, 2009.

SÃO PAULO. Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893. Approva o Regulamento da Instrução para execução das leis ns. 88, de 8 de setembro de 1892, e 169, de 7 de agosto de 1893.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. New York, Columbia University Press. 1989. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <https://is.gd/Yxn6NU>. Acesso em: 23 set. 24.

CLUBE DE LEITURA #LEIAMULHERESLAVRAS E FORTALECIMENTO ENTRE MULHERES: UMA ANÁLISE DE RELATO DE LEITORAS E A RELAÇÃO COM PATRIARCADO E GÊNERO

Pauline Freire Pimenta¹

Lutricia Hiani Machado Monti Sousa²

INTRODUÇÃO

Leia Mulheres Lavras: uma introdução

Em 2014, a escritora britânica Joanna Walsh criou a campanha #ReadWomen2014 ao promover a hashtag no Twitter. O objetivo da iniciativa era incentivar a leitura de livros escritos por mulheres durante o ano de 2014, colocando em evidência essas produções literárias e valorizando a obra de autoras femininas. A campanha ganhou ampla adesão ao redor do mundo.

Em 2015, três mulheres brasileiras — Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henriques — uniram-se para criar o projeto Leia Mulheres, no Brasil, com a proposta de realizar encontros presenciais em livrarias e espaços culturais em diversas cidades do país. O movimento cresceu de maneira rápida e, atualmente, o Leia Mulheres está presente em mais de 120 cidades brasileiras, contando com a colaboração de mediadoras locais que coordenam as atividades em cada região. Além disso, a iniciativa também se espalhou para fora do Brasil, expandindo sua atuação internacionalmente.

Em Minas Gerais, em um recorte da região do Sul de Minas, o “Leia Mulheres” está presente em várias cidades, incluindo São Sebastião do Paraíso, Poços de Caldas, Varginha, Itajubá e Alfenas. Em Lavras-MG, o

¹ Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG). Servidor técnico-administrativo (UFLA). Mediadora do Leia Mulheres Lavras. CV: <http://lattes.cnpq.br/1386038972989089>

² Mestra em Educação (UFLA). Mediadora do Leia Mulheres Lavras. CV: <http://lattes.cnpq.br/1979432711281368>

grupo surgiu em março de 2019, por meio da iniciativa das mediadoras Lutrícia Monti, Pauline Pimenta e Rose Oliveira. No início, as reuniões eram pequenas, com até dez participantes. Em 2024, o encontro já passou a ter 60 pessoas participantes do encontro.

No ano de 2024, já foram lidos e discutidos os seguintes títulos literários: *Corpo desfeito*, de Jarriid Arraes; *A Natureza da mordida*, de Carla Madeira; *Cidadã de segunda classe*, de Buchi Emecheta; *A gente mira no amor e acerta na solidão*, de Ana Suy; *Água de barreira*, de Eliane Alves Cruz; *Vozes do Campo*, de Giza Alexandre; *Caderno proibido*, de Alba de Céspedes; *Tudo sobre o amor*, de Bell Hooks; *A morte é um dia que vale a pena viver*, de Ana Claudia Quintana Arantes; *O som do rugido da onça*, de Micheliny Verunschik; e *A ridícula ideia de nunca mais te ver*, de Rosa Montero.

Nos encontros do *Leia Mulheres Lavras*, aberto para homens e mulheres, e todas as pessoas, o público é, em sua maioria, composto por mulheres. Esses encontros não apenas promovem a leitura, mas também criam um espaço de diálogo e fortalecimento entre as participantes, fomentando a troca de experiências e a possibilidade de emancipação feminina por meio da literatura. Os encontros ocorrem de forma itinerante: nas bibliotecas, Casa da Cultura, universidades, cafeterias, locais públicos diversos etc. As obras são selecionadas a partir do desafio anual que antes era indicado pelo site oficial *Leia Mulheres*, mas as participantes possuem autonomia para escolha das obras, a depender do perfil do público.

METODOLOGIA

Neste capítulo, buscamos analisar as respostas de leitoras do grupo *Leia Mulheres* sobre sua experiência e sobre temas relacionados à Patriarcal e Feminismo, ambos sempre presentes nas discussões do grupo e relevantes para incentivar reflexões tanto sobre as obras lidas quanto sobre a sociedade em que vivemos seja nos dias atuais ou no passado. Para responder às questões sobre a experiência do *Leia Mulheres* na vida das mulheres participantes, foi aplicado um formulário online por meio do Google Forms, compartilhado via grupo de WhatsApp

do Leia Mulheres Lavras, cujas respostas serão analisadas ao fim deste artigo. O artigo propõe uma abordagem participativa, tanto no tocante às leitoras, que colaboraram nas respostas a serem analisadas quanto às pesquisadoras autoras que atuam como mediadoras do presente clube de leitura. Percebe-se, na análise, a importância da discussão das obras e sua relação com conceitos como Patriarcado e Feminismo, seja para reforçar o papel de cada uma como alguém que apoia e luta para o fortalecimento do feminismo quanto como alguém que reflete nas palavras e ações o combate contra a manutenção do regime patriarcal.

LUTA CONTRA O PATRIARCADO, FEMINISMO E A IMPORTÂNCIA DA UNIÃO ENTRE MULHERES

O Patriarcado, há tempos, controlou a vida de muitas mulheres que viviam sob a “proteção” de homens (sejam eles pais ou maridos), delimitando de forma severa a esfera privada (dever das mulheres) e a esfera pública (direito dos homens). Segundo Perrot (1992),

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. “Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos”, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867. (PERROT, 1992, p. 178)

A citação acima que remete ao século XIX trazendo afirmações sobre divisão sexual e os papéis e tarefas destinadas a homens e mulheres em pleno século XXI parece ser muito obsoleta e arcaica, mas não se pensarmos nas relações de trabalho e nas posições que as mulheres ocupam ainda hoje em diversas esferas, sejam de trabalho, ou na sociedade em geral. O quê e quanto mudou daqueles tempos para os dias atuais?

Mary Del Priore (1998), ao problematizar acerca do local ocupado pelas mulheres em períodos mais recuados no tempo, apresenta a seguinte questão: “Como dar destaque à diferença dos sexos e às mulheres, quando essas eram tradicionalmente vistas como espectadoras do teatro no qual

se defrontavam seus mestres e senhores, os homens?” (DEL PRIORE, 1998, p. 217). Pelo questionamento podemos destacar a então posição relegada à mulher, que seria sempre à margem do homem, uma vez que a ela cabia somente a esfera privada e foi um longo caminho até chegar a uma situação de mais igualdade, que ainda nos dias de hoje não se mostra ainda totalmente igualitário para elas.

Na contramão do Patriarcado, temos o surgimento do movimento feminista que se dá mais especificamente nos anos 60, quando percebe-se uma maior efervescência dos movimentos políticos no mundo todo, o que culmina, então, na gênese do feminismo e dos questionamentos sobre o que tinha-se como padrão moral. Silva (2008) ressalta que

Conforme variados trabalhos salientaram, o feminismo nasceu profundamente imbricado com os movimentos políticos dos anos 1960 e estreitamente vinculado à efervescência cultural e política que varria todo o mundo ocidental. Estes movimentos da vanguarda intelectual colocaram em xeque padrões morais socialmente aceitos, desmontando arraigados valores de família e recusando a posição subalterna da mulher dentro do espaço privado, além de questionar os pressupostos epistemológicos que nortearam o mundo do saber (SILVA, 2008, p. 226).

O apogeu do movimento feminista no mundo ocorre então nos anos de 1970, com a influência marxista, mudanças no mundo do trabalho, presença de uma maior opressão feminina em função do capitalismo e, no ano de 1980, o termo gênero se apresenta como categoria de análise, um estudo relacional entre homem e mulher.

Também no Brasil, na efervescência dos anos 60 é que houve o apogeu do movimento, apesar deste se fazer presente desde antes, começando na não aceitação das mulheres em ter seu direito de voto negado na constituição de 1889, direito este conseguido somente em 1932. Pode-se dizer, portanto, que a partir do movimento de 1968 foi que as mulheres perceberam-se marginalizadas e tomaram consciência da necessidade de lutar pelos seus direitos, mesmo num contexto dita-

torial como o vivido no Brasil. A partir daí, o movimento feminista foi ganhando força e agregando cada vez mais adeptos e militantes lutando em favor dos direitos da mulher, até os dias de hoje, quando temos uma certa “onda” de manifestações, seja pela imprensa, seja nas redes sociais, dentre outras formas, a favor dos direitos de minorias, sejam elas as mulheres, negros(as), comunidade LGBTQIAPN+, etc.

Na década de 60, já citada no histórico acima como uma época de transformações históricas, em países da Europa e nos Estados Unidos, vive-se um período mais libertário, enquanto que no Brasil ocorre uma repressão histórica. Diante desse cenário, de certa forma como uma resposta brasileira, surgem movimentos sociais, dentre eles o feminismo, que surge mais forte, como demonstrado na citação abaixo.

Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. (PINTO, 2010, p. 16)

Dentro deste contexto, temos que o reforço do patriarcado é muito naturalizado na sociedade, já que “(...) o conservadorismo tradicional considera natural e inevitável o patriarcado na sociedade e a divisão sexual do trabalho entre o homem ‘público’ e a mulher ‘particular’”. A dominação masculina reforça ainda que as mulheres “(...) nasceram para ser esposas e mães, e rebelar-se contra esse destino é inútil e errado.” (HEYWOOD, 2010, p. 31). Essa naturalização do patriarcado, presente em muitas representações sociais e ainda em muitas realidades, reforça

e muito o modelo patriarcal, trazido na reflexão de Pimenta (2019) em sua tese de doutorado que também analisa relatos, a seguir:

Para além da discussão sobre as identidades, há um “modelo de família natural” reforçado em alguns relatos, modelo este construído cultural e historicamente pela Igreja, pelo Estado, baseado na construção da maternidade, na separação do trabalho feminino e masculino, na esfera privada e pública. Esse modelo reproduz fortemente as identidades de mãe,

esposa e mulher. Pelo fato de a mulher ter entrado tardiamente no mercado de trabalho e por muito tempo ter-lhe sido atribuída a esfera privada, há uma política econômica distributiva perversamente produzida de quão necessário foi a entrada da mulher nesse mercado de trabalho, bem como de que tipo de trabalho lhe foi atribuído, primeiramente atividades laborais relacionadas ao cuidado, já que mães/mulheres cuidam, se responsabilizam-se, trabalho este que é desvalorizado, porque é da esfera da mulher.(PIMENTA, 2019, p. 224)

CLUBES DE LEITURA E FORTALECIMENTO ENTRE MULHERES

Os clubes de leitura são espaços onde as pessoas se reúnem para compartilhar a prática literária, e quando voltados para a literatura escrita de mulheres, como no caso do Leia Mulheres Lavras, se tornam ferramentas essenciais para corrigir a histórica sub-representação das mulheres no mercado literário, além de reforçar a visibilidade da escrita feminina. No Leia Mulheres Lavras, as participantes se dedicam exclusivamente a obras de autoras, poetisas e escritoras, criando um espaço dedicado à valorização das vozes femininas, que, por muito tempo, foram silenciadas e/ou marginalizadas.

O protagonismo feminino na literatura ainda está em processo de construção. Não se trata apenas de mulheres escrevendo, mas de mulheres que, por meio de suas obras, desafiam as narrativas que historicamente as silenciaram e oferecem suas próprias histórias ao mundo. Regina

Dalcastagnè nos ensina que a literatura é uma forma de resistência, e isso é evidente nas obras de autoras que falam de suas vivências, lutas e perspectivas únicas sobre a vida.

A ‘escrivência’ é um conceito que descreve a literatura como um reflexo das experiências cotidianas, memórias e vivências das autoras, incorporando as lutas e as resistências de suas comunidades. Esse tipo de escrita vai além do que é considerado convencional ou normativo; ao contrário, ela serve como um grito de resistência e de afirmação da existência. Autoras contemporâneas, como Conceição Evaristo e Eliane Alves Cruz, exemplificam essa prática ao abordar temas como identidade, desigualdade social e ancestralidade, refletindo as lutas de seus povos e comunidades.

Historicamente, a literatura escrita por mulheres foi muitas vezes reduzida à literatura “para mulheres”, como se fosse algo menor ou secundário por ser produzido por autoras femininas. Essa desvalorização das literaturas escrita por mulheres é um sintoma claro de opressão. Negar essas vozes é negar a realidade em sua essência. Sobre a representatividade na literatura brasileira, Dalcastagnè (2012) observa que os personagens, em sua maioria, são brancos, masculinos e de classe média, refletindo estereótipos que perpetuam os padrões de exclusão da sociedade brasileira.

A análise das premiações literárias revela a clara sub-representação das mulheres. O Prêmio Nobel de Literatura, por exemplo, foi concedido a mais de 900 pessoas, mas apenas 57 dessas premiadas foram mulheres, e apenas 4 delas eram negras. Desde o início da premiação, apenas 18 pessoas negras foram agraciadas com o Nobel. A primeira autora a receber o prêmio foi a sueca Selma Lagerlöf, em 1909, e a segunda, Grazia Deledda, apenas 17 anos depois. Em contraste, em 2022, mulheres conquistaram 13 das 20 categorias do Prêmio Jabuti, embora a diversidade racial entre as premiadas ainda seja limitada. Esses dados, embora mostrem avanços, evidenciam a necessidade de mais esforços para uma representatividade justa e completa, especialmente no que diz respeito às autoras negras. Nesse contexto, clubes de leitura como o Leia Mulheres desempenham um papel fundamental ao criar espaços para a visibilidade de autoras, ajudando a criar uma rede de apoio que busca equilibrar as desigualdades históricas e sociais.

O reconhecimento de autoras negras em prêmios como o Jabuti, embora em crescimento, ainda precisa de avanços significativos. A escritora Conceição Evaristo, por exemplo, foi indicada ao Jabuti em

2015 por seu livro *Olhos d'Água*, um reconhecimento importante, mas que ainda está distante da paridade que deve existir entre escritores e escritoras de diversas origens.

Com a crescente participação das autoras em prêmios literários e a presença de clubes de leitura dedicados ao fortalecimento de laços literários, surge a possibilidade de alterar a perspectiva social que, por muito tempo, considerou a literatura escrita por mulheres como algo restrito a elas ou, ainda, como uma literatura “menor”, como se o ofício de escrever fosse uma profissão predominantemente masculina. A escritora Almeida (1896), em sua obra *Livro das Noivas*, aponta que os homens frequentemente sentiam antipatia pela mulher intelectual. No entanto, mesmo em tempos de exclusão, mulheres como Almeida já buscavam alcançar o espaço público, enriquecendo-se intelectualmente, e, ainda que excluídas das primeiras reuniões da Academia Brasileira de Letras (ABL), contribuíram para a construção da cultura literária nacional.

O esquecimento das histórias literárias de mulheres, como apontado por Schmidt (2006), é um reflexo de como a cultura letrada, ainda hoje, tende a considerar essas obras como de interesse restrito a uma minoria de feministas, sem atribuir o valor devido. Como salienta Stevens (2010), a literatura escrita por mulheres precisa se engajar não apenas na crítica social, mas também no campo acadêmico e no saber/fazer feminino, ocupando o espaço que historicamente lhe foi negado.

Conforme os estudos de Constância Lima Duarte (2003) no artigo *Feminismo e Literatura no Brasil*, a escritora Nísia Floresta (1810-1855) trouxe aprofundamentos para o Brasil que reescreverem a história da mulher no contexto nacional. Desde Nísia Floresta, que desafiou as normas de seu tempo ao escrever sobre os direitos das mulheres, até as autoras contemporâneas, a literatura feminina tem sido uma forma de resistência e um veículo para a reescrita da história, a autora publicou o livro *Direito das mulheres e injustiça dos homens* com o intuito de avançar em questões da construção feminina e conscientização de seus direitos. Nessa mesma época, também surgiram periódicos femininos dirigidos por mulheres, mas como pode-se prever, foram esquecidos pelo tempo. Ou seja: as mulheres sempre tentaram conquistar seus espaços de escrita e nunca foram reconhecidas historicamente.

Dessa forma, os clubes de leitura têm sido essenciais para a promoção do protagonismo feminino no mercado editorial. Eles não são apenas

espaços para discutir livros, mas verdadeiros núcleos de emancipação. Ao escolherem obras de diversas autoras, esses clubes ajudam a criar um ambiente de troca e solidariedade, onde as experiências femininas podem ser compartilhadas e discutidas. Em uma perspectiva da cidade de Lavras, o grupo tem popularizado escritoras que trazem histórias com relevância social, literária. Assim, os clubes de leitura, como o Leia Mulheres Lavras, são fundamentais não só para a divulgação de escritoras, mas também para a criação de um ambiente literário onde as experiências femininas são discutidas e valorizadas.

O LEIA MULHERES LAVRAS: UMA ANÁLISE DE DADOS COM BASE NA EXPERIÊNCIA DAS LEITORAS

Com base em observações do Leia Mulheres Lavras, as mediadoras pesquisadoras, que atuam no clube de leitura desde março de 2019, elaboraram um formulário na plataforma Google Forms contendo três perguntas, das quais serão utilizadas as respostas de somente duas: 1) Como você define sua experiência como participante do clube de leitura Leia Mulheres e como o Leia Mulheres proporciona o fortalecimento feminino? e 2) Como você percebe o feminismo (luta por igualdade entre homens e mulheres) e o patriarcado (maior poder dos homens sobre as mulheres) nos encontros do Leia Mulheres? Optou-se pelo formato anônimo de resposta, de modo que as participantes foram identificadas como Leitora 1, Leitora 2, Leitora 3, Leitora 4, Leitora 5, Leitora 6, Leitora 7, Leitora 8, Leitora 9 e Leitora 10. Utilizou-se o termo no feminino pois, como já anunciado, o clube é formado majoritariamente por mulheres.

De acordo com Leandro Queiroz Soares e Mário César Ferreira (2006), a pesquisa participante, como o próprio nome sugere, implica necessariamente a participação tanto do pesquisador no contexto, grupo ou cultura que está sendo estudado, quanto dos sujeitos envolvidos no processo da pesquisa. Dessa forma, adotou-se essa abordagem analítica, uma vez que, como mencionado anteriormente, as mediadoras fazem parte do clube de leitura.

Após a proposta do artigo sobre o clube de leitura Leia Mulheres, a ideia foi bem recebida pelas leitoras, e seis delas, de um grupo de mais de 150 participantes, responderam sobre a sua experiência no clube de leitura.

Análise 1- Experiência no Leia Mulheres Lavras

Na primeira questão, sobre como as participantes definem sua experiência no clube de leitura, predominou o uso de termos relacionados à ampliação de horizontes, à exploração de diversas vozes e à partilha de diferentes visões de mundo. Uma das participantes afirmou: *“É uma experiência única, me senti sempre acolhida, valorizada e respeitada como mulher e idosa”*. Esse marcador de “mulher idosa” se destaca como um ponto relevante para refletir sobre a inclusão de todos os tipos de leitora, independente de sua faixa etária ou qualquer outro tipo de característica. Tem-se aqui, o clube como “Inclusão” e “Acolhimento”.

Minha experiência como participante do clube de leitura “Leia Mulheres” tem sido muito enriquecedora. Desde o início, senti que a proposta do clube oferece uma oportunidade única de imersão no universo literário produzido por mulheres, o que me permite explorar uma diversidade de vozes e perspectivas que muitas vezes são marginalizadas no cenário literário tradicional. Além disso, o ambiente do clube é muito acolhedor, promovendo um espaço de troca rica e de respeito pelas diferentes opiniões, o que fortalece ainda mais a ideia de união entre as participantes.” (Leitora 4)

Também na resposta da Leitora 10, temos o conceito de “Acolhimento”, conforme vemos abaixo:

Tive uma única experiência de participação. Acredito que o Leia Mulheres proporciona fortalecimento feminino na medida em que reúne esse público e estimula a troca de experiências e o sentimento de acolhimento. O conteúdo das leituras podem, ou não, trazer uma soma a esse fortalecimento feminino, a depender da leitura que cada membro apresenta de uma obra e a respectiva condução do conjunto. (Leitora 10)

Leitora 6 menciona como o clube possibilita a troca de visões de mundo e de sociedade, o que pode ser relacionado ao conceito e

que isso torna a experiência poderosa entre as mulheres. Neste trecho percebe-se o grupo como “Poder”

O empoderamento feminino vem da partilha de visão de mundo, de sociedade, das discussões que através da leitura de mulheres incita conceitos, ideias, mudança de paradigmas, envolve um mundo mais transparente, mais desafiador, nos leva a entender o mundo do nosso lugar de fala. (Leitora 6)

Análise 2- Sobre a percepção de feminismo e patriarcado

Quanto à questão do feminismo (luta por igualdade entre homens e mulheres) e do patriarcado (maior poder dos homens sobre as mulheres), muitas participantes relataram que esses temas estão presentes nos debates do grupo. No trecho abaixo percebe-se claramente o grupo como “Visibilidade”, pois uma das leitoras afirmou:

O feminismo e o patriarcado são temas frequentemente abordados, de forma direta ou indireta, nas obras que escolhemos para leitura. Percebo que, ao discutirmos as histórias de autoras que refletem sobre suas próprias vivências e suas lutas, o feminismo se revela como uma ferramenta de resistência, expressão e busca por igualdade. O clube é, de certa forma, um reflexo dessa luta, pois ao priorizar a leitura de mulheres, estamos resgatando e dando visibilidade a vozes que muitas vezes foram silenciadas ou subrepresentadas na literatura tradicional, um passo importante para a transformação das dinâmicas de poder. (Leitora 4)

Outras duas leitoras, por outro lado, comentou sobre a superficialidade das discussões sobre feminismo e patriarcado, destacando a necessidade de aprofundamento, definindo o grupo como “Processo”, algo que realmente ocorre uma vez que as discussões literárias fazem parte de algo inacabado e não algo pronto e definido, já a Leitora 5 trouxe em sua resposta além da questão do “Processo”, ao citar o clube como uma forma de entender o feminismo como uma “busca cons-

tante por justiça e equidade”, traz a questão do “Compartilhamento” como característica do grupo:

Percebo que é uma questão bastante forte em todas as discussões e que gera muito engajamento no grupo. Porém, muitas vezes sinto que a discussão fica em um ponto mais superficial, deixando de lado as questões estruturais da sociedade, como o capitalismo e a organização da força de trabalho. (Leitora 3)

Esses debates no clube de leitura me ajudam a entender o feminismo como uma busca constante por justiça e equidade, enquanto o patriarcado é visto como um obstáculo a ser superado. As conversas no “Leia Mulheres” ampliam minha percepção sobre a importância de questionar as normas sociais e lutar por uma sociedade mais igualitária, onde o poder não seja exclusivamente dos homens, mas compartilhado de forma justa entre todos, independentemente do gênero. (Leitora 5)

LEIA MULHERES LAVRAS: UMA POSSÍVEL ANÁLISE

A análise dos dados revela que o Leia Mulheres Lavras tem contribuído de maneira positiva para a vida das participantes, tanto no aspecto pessoal quanto no social. As participantes se sentiram conectadas a outras mulheres, além de perceberem a leitura como uma ferramenta poderosa para a construção de novas perspectivas de vida. A pesquisa também destaca a importância de se pensar em estratégias para superar as barreiras de gênero, classe e raça que limitam a participação de algumas mulheres, pois o grupo é composto, na sua maioria, por mulheres brancas e de classe média.

A pesquisa realizada no Leia Mulheres Lavras não só evidenciou a importância do clube para o fortalecimento de mulheres, mas também apontou para a necessidade de ampliar a reflexão sobre questões sociais e estruturais, visando a uma transformação mais profunda e inclusiva nas dinâmicas do grupo, como afirma Batliwala (1994), “a sociedade só é forçada a mudar quando um grande número de mulheres estão mobilizadas e pressionando para a mudança” (BATLIWALA, 1994, p. 132).

Portanto, o objetivo da pesquisa, que é investigar o fortalecimento das mulheres, foi reafirmado pelas respostas das leitoras, que relataram sentir-se importantes e valorizadas. No entanto, como ocorre na maioria dos espaços, a leitura ainda se apresenta como uma prática limitante para grande parte da população. Contudo, o espaço de troca proporcionado pelo Leia Mulheres se configura como um ambiente em constante ressignificação, tornando-se cada vez mais um local de diálogo e fortalecimento entre as mulheres e as experiências entre leituras e as leitoras.

Ao percebermos o grupo definido como “Inclusivo”, Lugar de “Acolhimento” “Poder”, “Visibilidade”, “Processo” e Lugar de “Compartilhamento” na visão das próprias leitoras participantes, percebe-se o quão importante é o grupo e o quanto a mudança social vem ocorrendo a passos largos, pois ao refletir sobre algo temas tão próximos e que ao mesmo tempo podem parecer tão distantes das mulheres que participam do grupo, os encontros cumprem seu papel de reflexão da própria realidade e das realidades dos outros por meio da reflexões de obras literárias escritas por mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Giza. *Vozes do campo*. São Paulo: Editora 34, 2019.
- ALMEIDA, Júlia Lopes. Livro das noivas. 2aed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1905.
- ARRAES, Jarrod. *Corpo desfeito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- ARANTES, Ana Claudia Quintana. *A morte é um dia que vale a pena viver*. São Paulo: Editora Planeta, 2017.
- BATLIWALA, S. “The meaning of women’s empowerment: new concepts from action”. In: G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), *Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*, pp.127-138. Boston: Harvard University Press, 1994.
- CÉSPEDES, Alba de. *Caderno proibido*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2013.
- CRUZ, Eliane Alves. *Água de barrela*. Rio de Janeiro: Pallas, 2020.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Literatura brasileira contemporânea: um território contestado. Vinhedo, Editora Horizonte/ Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 2012.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo: USP, 2003.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e Literatura no Brasil. Estudos Avançados, São Paulo: USP, 2003.
- DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta: vida e obra. Natal: Editora Universitária: UFRN, 1995.

- EMECHETA, Buchi. *Cidadã de segunda classe*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- HEYWOOD, A. Ideologias políticas: do feminismo ao multiculturalismo. São Paulo: Ática, 2010.
- HOOKS, Bell. *Tudo sobre o amor: novos conceitos*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 2000.
- LEIA Mulheres. Sobre nós. 2018. Disponível em: <<https://leiamulheres.com.br/>> Acesso em: 09 nov. 2024.
- MADEIRA, Carla. *A natureza da mordida*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2021.
- MONTERO, Rosa. *A ridícula ideia de nunca mais te ver*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- PIMENTA, Pauline Freire. “Lugar de mulher é na reitoria”: análise discursivo-crítica das formações identitárias e das relações de poder de mulheres do alto escalão nas IFES mineiras. 2019. 242 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2010.
- PINTO, Céli Regina Jardim. “Feminismo, História e Poder.”; *Revista de Sociologia e Política* 18.36 (2010): 15-23.
- PERROT, M. Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. – 2ª edição – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: *historiografia Brasileira em Perspectiva*/ Marcos Cezar de Freitas (org.). – São Paulo: Contexto, 1998.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. Florianópolis: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- SILVA, Trajetória a historiografia das mulheres no Brasil. *POLitEia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista*, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.
- SOARES, Leandro Queiroz; FERREIRA, Mário César. Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho. *Revista de Psicologia, Organizações e Trabalho*, v. 6, n. 2, p. 157-174, dez. 2006.
- SUY, Ana. *A gente mira no amor e acerta na solidão*. São Paulo: Editora Todavia, 2022.
- VERUNSCHK, Micheliney. *O som do rugido da onça*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.
- WIKIPÉDIA. *Lista de mulheres laureadas com o Nobel*. Disponível em: <https://is.gd/WOdxWR>. Acesso em: 9 nov. 2024.
- WIKIPÉDIA. *Categoria: Mulheres ganhadoras do Prêmio Jabuti*. Disponível em: <https://is.gd/JVyxds>. Acesso em: 9 nov. 2024.

SOBRE O ORGANIZADOR

CLEBER BIANCHESSI

Doutor em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Mestre em Educação e Novas Tecnologias (UNINTER). Especialização em Mídias Integradas na Educação (UFPR); Especialização em Gestão Pública (UFPR); Especialização em Desenvolvimento Gerencial (FAE Business School); Especialização em Interdisciplinaridade na Educação Básica (IBPEX); Especialização em Saúde para Professores do Ensino Fundamental e Médio (UFPR). Graduação em Administração de Empresas (UNICESUMAR). Graduação em Filosofia (PUC-PR), Sociologia (PUC-PR) e História (PUC-PR).

E-mail: cleberbian@yahoo.com.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

ANÁLISE DOS
CONDICIONANTES 6-7, 63, 71
aspectos psicossociais 74
Assembleia Legislativa 7, 95, 101,
104-105, 107
atividades domésticas 19

B

Bancada Feminina 96, 104, 107
Barreiras Culturais 19
Barreiras Estruturantes 19
Barreiras Motivacionais 19
Brasil Colonial 24, 37

C

CAMINHO DA EDUCAÇÃO
6-7, 121
capacitação profissional 79
cargos políticos 89, 106
Carta Magna de 1988 88
Centro de Recuperação Feminino 50
clube de leitura 6-7, 133, 135, 141-
142, 144
Conselho Nacional de Justiça 42-43,
45, 50, 53
Constituição Imperial 121
Código Penal Brasileiro 88, 92, 94

D

desigualdade salarial 15
DETERMINANTES DA
HEMORRAGIA 6-7, 63
discriminação sistêmica 122
Década da Mulher 30

E

encarceramento feminino 41, 43-44
ensino superior 6-7, 109, 126, 128-
129, 131
Escola Nova 127
estereótipos de gênero 10, 12, 14, 16,
18, 122, 130

F

feminismo 128-131, 134-137, 140-
141, 143-146
FORTALECIMENTO ENTRE
MULHERES 6-7, 133, 138
Força Expedicionária Brasileira 25,
27, 37-38

G

gênero 5-7, 10, 12-22, 41, 43, 47,
73, 84, 87-88, 90, 92-93, 96, 99-101,
106-108, 113, 120-122, 128-133,
136, 144
gênero feminino 5, 106

H

hipermasculinidade 16
HISTÓRIA DAS Mulheres
BRASILEIRAS 5, 7, 23

I

igualdade de gênero 13, 17-18, 92,
96, 107, 128
igualdade educacional 122, 130
Infecção Sexualmente Transmissível
57, 59-61

J

Justiça Restaurativa 42, 44-50, 52-54

L

Leia Mulheres 133-135, 138-139,
141-142, 144-146

M

Ministério da Defesa 23
mortalidade materna 67-68, 70, 73,
79-82, 86
movimentos feministas 5, 30, 122
movimento sufragista 96-97
mulheres brasileiras 5, 7, 23, 26, 83,
98, 121-122, 129, 133
mulheres encarceradas 5, 7, 41, 43,
47-48
mulheres na Defesa 24-26
mulheres na educação 122, 130
mulheres nas profissões 5, 7, 9, 11
mulheres no Brasil 6-7, 39, 108, 121-
122, 127, 130, 146
mulheres privadas de liberdade
55-57, 61

O

obesidade materna 75
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS 30, 85

P

participação feminina 6-7, 17, 21-22,
30, 39, 95-96, 99, 101, 104, 107, 111

patriarcado 6-7, 99-100, 133-137,
141, 143-144
PENITENCIÁRIA FEMININA 5,
7, 47, 55-56
POLÍTICA BRASILEIRA 6-7,
95-96, 99
políticas públicas 18, 41, 56, 88-89,
92-95, 101, 107, 115, 128, 130
predomínio masculino 10
privada de liberdade 5, 7, 55, 59
projeto Caminho de Casa 50, 52-54
práticas restaurativas 7, 41-49, 51-54

R

racismo 6-7, 87-94
racismo estrutural 87
racismo institucional 88, 90
redes sociais 90-92, 137
REGIME FECHADO 5, 7, 55
RELATO DE LEITORAS 6-7, 133

S

Saúde da Mulher 5, 7, 55-56, 59, 62,
65, 67, 82
Saúde Pública 55, 63, 66-67, 70,
74, 81-85
Segunda Guerra Mundial 9
Serviço Militar voluntário 23
SISTEMA CARCERÁRIO
FEMININO 7, 41
sistema penal 41, 46-47
Sistema Único de Saúde 62, 81-82,
84
síndrome do impostor 10

T

Tecnologia da Informação e
Comunicação 5, 7, 9-12, 14, 17,
19-20
TIC 9-12, 14-15, 17-20, 22
Tríplice Aliança 24-25

V

violência de gênero 41, 93

Z

ódio racial 91-92

#LEIAMULHERESLAVRAS
6-7, 133

ISBN 978-65-5368-504-8



9 786553 685048 >

Este livro foi composto pela Editora Bagai.



www.editorabagai.com.br



[/editorabagai](https://www.instagram.com/editorabagai)



[/editorabagai](https://www.facebook.com/editorabagai)



contato@editorabagai.com.br